

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 304, DE 2018

(Do Poder Executivo)

MSC 614/2018

AV 532/2018

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 71, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

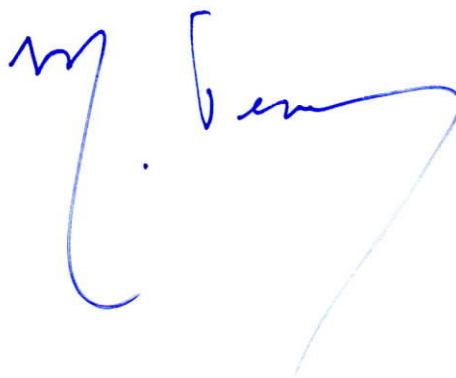
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 738, de 6 de maio de 2015 – Associação Comunitária Braçonortense, no município de Braço do Norte – SC;
- 2 - Portaria nº 3.592, de 19 de agosto de 2015 – Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação, no município de Ouro Preto – MG;
- 3 - Portaria nº 6.311, de 1 de dezembro de 2015 – Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa, no município de Lagoa Formosa – MG;
- 4 - Portaria nº 71, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi – RN, no município de Apodi – RN;
- 5 - Portaria nº 78, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense, no município de Jaru – RO;
- 6 - Portaria nº 127, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Comunidade em Ação, no município de Muzambinho – MG;
- 7 - Portaria nº 173, de 1 de fevereiro de 2016 – Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte de Lazer, no município de Cruz das Almas – BA;
- 8 - Portaria nº 1.259, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Amigos de Unaí, no município de Unaí – MG;
- 9 - Portaria nº 590, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Esperança e Paz, no município de Ouro Preto do Oeste – RO;
- 10 - Portaria nº 1.095, de 7 de junho de 2017 – Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM, no município de Corumbiara – RO;
- 11 - Portaria nº 1.099, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Cultural Ibititaense Rádio Rochedo FM, no município de Ibititá – BA;
- 12 - Portaria nº 1.461, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu, no município de Assu – RN;
- 13 - Portaria nº 1.823, de 7 de junho de 2017 – Associação Serrote Educativa, no município de Serrolândia – BA;

- 14 - Portaria nº 1.893, de 7 de junho de 2017 – Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Forquilha, no município de Forquilha – CE;
- 15 - Portaria nº 1.946, de 7 de junho de 2017 – Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM, no município de Porto Velho – RO;
- 16 - Portaria nº 2.179, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo/ES, no município de Alto Rio Novo – ES;
- 17 - Portaria nº 2.187, de 7 de junho de 2017 – Ascocol – Associação Comunitária de Colorado do Oeste – RO, no município de Colorado do Oeste – RO;
- 18 - Portaria nº 2.188, de 7 de junho de 2017 – Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí, no município de Itajaí – SC;
- 19 - Portaria nº 2.620, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Mirantense – Ascom, no município de Mirante da Serra – RO;
- 20 - Portaria nº 4.138, de 28 de setembro de 2017 – Associação Comunitária de Pojuca, no município de Pojuca – BA; e
- 21 - Portaria nº 6.739, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim – ABCCI, no município de Itatim – BA.

Brasília, 30 de outubro de 2018.



Port. 71/16

EM nº 00248/2018 MCTIC



Brasília, 23 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi/RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

MSC-614/2018

PRIMEIRA SECRETARIA	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em 31/10/18	às 14:20 horas
<i>[Assinatura]</i>	4.766
Nome legível	Ponto

Aviso nº 532 - C. Civil.

Em 30 de outubro de 2018.

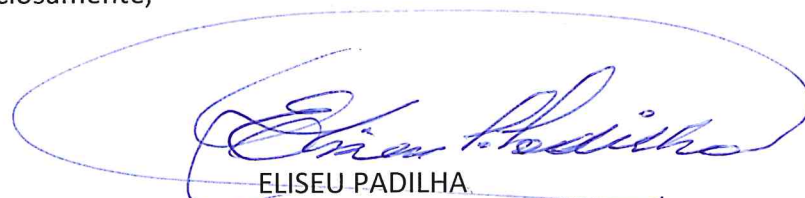
A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 738, 3.592 e 6.311, de 2015; 71, 78, 127, 173 e 1.259; de 2016; 590, 1.095, 1.099, 1.461, 1.823, 1.893, 1.946, 2.179, 2.187, 2.188, 2.620, 4.138 e 6.739, de 2017.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 31/10/18
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
<i>[Assinatura]</i>
Sandra Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SENO 31/10/2018 17:04
Ponto: 5648 Ass.:
Ordem: 1250 r.

PORTARIA Nº 71/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.035879/2012-19 e nº 53780.000350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Apodi / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912103** e o código CRC **335309A1**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.035879/2012-19
Interessado:	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Sector:	CGRC_REN
CNPJ:	02.896.981/0001-22
Serviço:	Rádiodifusão Comunitária
UF:	RN
Localidade:	Apodi
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Rádiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 23/05/2018, às 11:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2999119** e o código CRC **E7451F93**.

Referência: Processo nº 53000.035879/2012-19

SEI nº 2999119



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo nº: 53000.035879/2012-19

(Processo de Outorga nº 53780.000350/1998)

1. Frente à apresentação da documentação anexa encaminhada pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi / RN**, na localidade de **Apodi / RN**, onde solicita **Renovação de Outorga**, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 01 de agosto de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Analista / Economista

OUTORGA EXPIRA EM 25/11/2012

53780.000350/98



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas S/N – Bairro Betel
CEP: 59700-000 – Apodi/RN

Ofício 010/2012 “ACAPORN”

Apodi/RN, 19 de julho de 2012.

Ao
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Explanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – Ala Oeste – 3º Andar
CEP: 70044-900 – Brasília/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 035879/2012-19

SEAPA/SCE
30/07/2012-08:37

Na oportunidade estamos encaminhando solicitação para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, conforme requerimento anexo.

Informamos que a nossa Licença tem validade até 25/11/2012.

Ficamos no aguardo para providenciarmos o que for necessário para a Renovação ora solicitada.

Atenciosamente,

Fábio Soares Lins
Presidente da Associação

Handwritten signature/initials.

02.896.981/0001-22

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, FÁBIO SOARES LINS (nome do representante), na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (denominação da requerente), declaro para os devidos fins que: "ACAPORN"

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;

- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e

- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

APODI/RN, 19 de Julho de 2012.
(local e data)


(assinatura do representante da entidade)

Para: Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços e
Exploração dos Recursos

CEP: 71044-900 - I

CEP: 71044-900



de Comunicação Eletrônica

5 - Bloco "R" - Anexo: Ah Ost - 3º And

ros 2ª - DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 2151/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Solicitação de Documentação.**

Referência: Processo nº 53000.035879/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado sob nº 53000.035879/2012-19 encaminhado pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Apodi / RN**.

ANÁLISE

2. A Entidade deverá encaminhar os seguintes documentos, elencados no subitem 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

nf/CGRC

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2151/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de agosto de 2012.



JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 3231 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de agosto de 2012.

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Bairro Betel
59.700-000 Apodi – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.035879/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.035879/2012**, na localidade de **Apodi / RN**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2151, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, que a entidade deverá apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.
3. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC

NO _____		Razão Social do _____	
ENDEREÇO / ADRESSE _____		Of. 3231 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC 53000.035879/12 Fabio Soares Lins Ass. Comunitária De Comunicação E Cult. De Apodi Rua Vereador Domingos Freire De Freitas, S/N – Bairro Betel 59700-000 Apodi/RN	
CEP / CODE POSTAL _____		Fls. 08 Rubrica	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION _____		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR 		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION 11/09/12	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR Fabio Soares Lins		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION 11 SET 2012	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR _____		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT 	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS _____			

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

RQ 97197176 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POST

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIA

BRASILIA/BS

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOI

END

CID

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

34

REN 02

das Co,
Fls. 09
Rubrica
SCE-M. das Co,
es

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n – bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 009/2012 – 'ACAPORN'

Apodi/RN, 01 de outubro de 2012
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

Ilmo. Senhor
JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
DD Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar – 70044-900 – Brasília-DF

53000 047617/2012-05

SEAPA/SCE

08/10/2012-08:00

Senhor Coordenador,

Em referência ao Ofício nº 3231/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, datado de 21 de agosto de 2012, estamos encaminhando toda a documentação referente Processo nº 53000.035879/2012 que trata de pedido de RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

Estamos à disposição para atender o que for necessário para a renovação da Outorga.

Atenciosamente,


Fábio Soares Lins
Presidente da "ACAPORN"

SEVEX



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

SCE-M. das Comunicações
Fls. 10
Rubrica

Ofício nº 3231 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de agosto de 2012.

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Bairro Betel
59.700-000 Apodi - RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.035879/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.035879/2012**, na localidade de **Apodi / RN**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2151, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, que a entidade deverá apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.
3. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC



SSC-M. das Comunicações
Fls. 11
Rubrica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 2151/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Solicitação de Documentação.**

Referência: Processo nº 53000.035879/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado sob nº 53000.035879/2012-19 encaminhado pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Apodi / RN**.

ANÁLISE

2. A Entidade deverá encaminhar os seguintes documentos, elencados no subitem 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; OK

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; OK

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual; OK

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3; OK

→ V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; OK

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: OK

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

nf/CGRC

M

- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

OK

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

OK

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

OK

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

OK

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 15 de agosto de 2012.


NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 15 de agosto de 2012.


NATALIA FROEMMING
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta


ANEXO 12

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COM. E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN)
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº 02.896.981/0001-22, com
sede RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS S/N, na cidade
de APODI, Estado RN,
CEP 59700-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e
devidamente autorizada conforme Portaria nº 432 datada de 03/08/2000 e
Decreto Legislativo nº 293 publicado no Diário Oficial da União datado de
25/11/2002, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da
outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao
subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o
item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de
2011, publicada no Diário Oficial da União.

APODI/RN, 28 de SETEMBRO de 2012
(local e data)


(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: FABIO SOARES LINS
CPF: 088.824.364-20

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO, para os devidos, fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, de acordo com os parâmetros técnicos previsto na regulamentação vigente, constantes na respectiva Licença de Funcionamento da estação.

Apodi, 17 de setembro de 2012



NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: **FÁBIO SOARES LINS**

CPF: 088.824.364-20

SCE-M. das Comunicações
Fls. 15
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI - RN
(ACAPORN)
CNPJ: 02.896.981/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

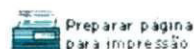
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 07:06:39 do dia 14/09/2012 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/03/2013.
Código de controle da certidão: **4261.643E.3B81.7A2B**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



SCE-M. das Con.
Fls. 16
Rubrica
des

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.896.981/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/12/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI - RN (ACAPORN)			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CACAPORN			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 59.700-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO APODI	UF RN
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **15/09/2012** às **18:40:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

uu

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
"ACAPORN"



ESTATUTO

TÍTULO I
DAS FINALIDADES E DA DURAÇÃO

SEÇÃO I
DAS FINALIDADES



Art. 1º A Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), com sede à rua Vereador Domingos Freire de Freitas S/N, em Apodi/RN, fundada em 25 de novembro de 1998, é constituída com as seguintes finalidades:

I – Defender a democratização dos meios de comunicação em geral e , em especial a criação e manutenção de meios de comunicação alternativos e/ou comunitários, nos termos do Art. 5º, IX da Constituição Federal de 1988;

II – Defender atividades sócios-culturais no sentido da melhoria das condições sócios, econômicos e culturais da coletividade Apodiense;

III – Promover atividades educacionais e de formação geral;

IV – Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividades, movimentos e organismos de cunhos sociais e culturais;

V – Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e de avaliações;

VI – Manter convênios e/ou associar a entidades similares, e de esportes para incentivar o desenvolvimento comunitário e/ou efetiva prestação de serviços de assessoria;

VII – Manter intercâmbio com associações afins, visando troca de experiências;

VIII – Promover a integração das Associações Comunitárias para desenvolver ações conjuntas visando fortalecer o desenvolvimento Cultural e Sócio econômico do município de Apodi/RN;

Art. 2º – São prerrogativas da Associação:

I – Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de Órgãos de Comunicação alternativa e/ou comunitária;

II – Definir contribuições aos associados;

III – Cobrar mensalidades cujos valores serão estabelecidos pela Assembléia Geral;

IV – Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, objetivando arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;

V – Administrar os fundos arrecadados, aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da sociedade;

Art. 3º – A Associação não tem fins ou interesses lucrativos, salvo para sua manutenção e existência.

SEÇÃO II DA DURAÇÃO

Art. 4º – É indeterminado o tempo de duração da Associação.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral da presente Associação, poderá deliberar, por maioria absoluta dos seus associados, sobre sua dissolução e extinção.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

CAPÍTULO I DOS ASSOCIADOS

Art. 5º – Podem filiar-se à Associação todas as pessoas físicas maiores de 18 anos, que tenham atividades ou queiram ter, ligadas a área de Cultura e da Comunicação e, desejarem ter vínculos associativos com esta entidade;

1º – Pessoas físicas menores de 18 anos e maiores de 16 anos poderão se associar na categoria de colaboradores, contribuindo para a associação, com direito a voz e a voto, mas não poderão concorrer a nenhum cargo na diretoria ou Conselho Fiscal;

2º – Poderão ser aceitas como sócios as pessoas jurídicas de quaisquer natureza, seja privada ou pública;

3º – Somente serão aceitos como associados, os interessados que forem apresentados por 05 (cinco) associados e aprovados por dois terços dos membros da Diretoria Executiva;



Desacordo c/ o
Subitem 8.3.1.6

Art. 6º – A Diretoria Executiva poderá conceder, por maioria de votos e por proposta de no mínimo 05 (cinco) associados, o título de Sócio Honorário a pessoas que tenham contribuído ou possam contribuir de forma destacada para a criação, manutenção, engrandecimento, eficiência e respeitabilidade da associação;

1º – A diretoria executiva poderá dispensar, por maioria absoluta de votos, a mensalidade financeira do sócio honorário;

2º – O sócio honorário terá direito a voz e voto nas Assembléias da associação, mas não poderá concorrer a nenhum cargo na Diretoria ou Conselho Fiscal.

Art. 7º – A Diretoria poderá conceder, por maioria absoluta de votos, e por proposta de no mínimo 05 (cinco) sócios, o título de Sócio Benemérito a pessoas que tenham prestado serviços de grande relevância à Associação;

Parágrafo Único – Ao Sócio Benemérito é facultado a desobrigação do pagamento da mensalidade financeira.

Art. 8º – A Diretoria poderá excluir os sócios que não estejam contribuindo com a mensalidade devida, há 03 (três) meses consecutivos, depois de terem sido convidados pelo Tesoureiro a sanar seu débito.

CAPÍTULO II DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9º – São Deveres dos Associados:

- I – Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- II – Comparecer às Assembléias convocadas;
- III – Votar por ocasiões das eleições;
- IV – Pagar em dia as mensalidades fixadas pela Assembléia

Geral.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 10º – São Direitos dos Associados:

- I – Votar e ser votado em qualquer cargo da administração;
- II – Gozar dos benefícios oferecidos pelas sociedades e associações em geral, tudo conforme previsto neste Estatuto e no Regime Interno a ser deliberado;



III – Recorrer à Assembléia Geral contra qualquer ato lesivo ao seu direito;

Parágrafo único – Os membros da associação não respondem, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais, sejam de quaisquer natureza.

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

Art. 11º – São Órgãos constitutivos da Associação:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal

CAPÍTULO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12º – A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano da associação, e é constituída pelos seus sócios no gozo de seus direitos, quites com suas mensalidades, e reuni-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário, ambas por convocação da Diretoria, através do seu Presidente.

Art. 13º – A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada pelo Presidente, pela maioria absoluta da Diretoria ou a requerimento de 50% (cinquenta por cento) dos associados.

1º – Quando a Assembléia Geral for convocada pela maioria absoluta da diretoria da associação, ou a requerimento do percentual de associados previstos no caput desse artigo, esses, imprescindivelmente deverão fazer constar na convocação os motivos e os assuntos a serem deliberados, sob pena de sua nulidade;

2º – Vencido o Presidente da associação, quando a Assembléia Geral for convocada na forma prevista no parágrafo anterior desse artigo, este deverá convocá-la dentro do prazo improrrogável de 06 (seis) dias contados da data da entrega do requerimento, obedecidos os demais prazos e formalidades legais desse Estatuto;

3º – Caso o Presidente da associação não convocar a Assembléia Geral dentro do prazo previsto no parágrafo 2º, do presente artigo, fa-lo-ão aqueles que deliberarem por sua



Faltou 8.2.1. e 8.3.1.

responsabilidade e realização, com observância aos prazos e formalidades legais desse Estatuto;

4º – Em caso de omissão ou recusa por parte do Presidente da Associação, terão obrigatoriamente preferências sucessivas para presidir os trabalhos, o membro da Diretoria Executiva que ocupa o cargo mais graduado na escala prevista no Parágrafo Único do art. 18, do presente Estatuto, que se fizer presente à Assembléia Geral, ou em caso de ausência de todos os Diretores, o associado que encabeçou o requerimento de convocação, sob pena de sua completa invalidade.

Art. 14º – As Assembléias Gerais decidirão por maioria dos votos presentes, sendo proibidos os votos por procuração. Funcionará em primeira convocação com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) dos associados e, a segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com no mínimo 40% (quarenta por cento) daquele percentual.

Art. 15º – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam:

- a) eleição da Diretoria e Conselho Fiscal;
- b) previsão Orçamentária e aprovação de contas;
- c) julgamento dos atos da Diretoria na aplicação das penalidades.

Art. 16º – As Assembléias Gerais Ordinárias, que obrigatoriamente serão realizadas anualmente, entre outros assuntos, deliberará sobre previsões de orçamento e prestações de contas.

Art. 17º – As Assembléias Gerais serão realizadas mediante edital publicado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias em jornal de circulação na região ou mediante veiculação radiofônica com no mínimo 05 (cinco) chamadas diárias durante os cinco dias, ou ainda, em meios de comunicação alternativos e/ou comunitários de abrangências local ou regionais.

Art. 18º – Compete à Assembléia Geral:

- a) decidir em última e definitiva instância;
- b) eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- c) reformular o Estatuto;
- d) aprovar o regimento interno que regulamenta os vários setores de atividade da associação;
- e) aprovar o balanço e as contas do exercício do ano anterior, o qual deverá ser apresentado até 31 de março de cada ano;



- f) analisar e definir o planejamento de trabalho do período seguinte;
- g) formar a comissão eleitoral, composta de três membros, para dirigir o processo eleitoral.



CAPÍTULO II DA DIRETORIA

Art. 19º – A Diretoria Executiva será composta de 06 (seis) membros, eleitos pelos sócios em Assembléia Geral, por um período de 03 (três) anos e atuará colegiadamente nas decisões, destacando entre os membros eleitos, 01 (um) Secretariado de 03 (três) para encaminhar as decisões.

Parágrafo único – A Diretoria Executiva terá a seguinte composição:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III– 1º Secretário;
- IV– 2º Secretário;
- V– 1º Tesoureiro;
- VI– 2º Tesoureiro.

Art. 20º – Compete a Diretoria Executiva:

- a) dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto, administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral dos associados;
- b) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, as decisões da Assembléia Geral e demais resoluções, inclusive as da Presidência;
- c) reunir-se ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando houver convocação da maioria absoluta da Diretoria;
- d) promover e incentivar a criação de comissões de departamentos com função de assessoria às atividades da entidade;
- e) admitir e demitir funcionários e baixar normas funcionais.

Parágrafo Único – As decisões da Diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, com participação garantida na maioria simples de seus membros.

Art. 21º – O secretariado da Diretoria será composto pelo Presidente, 1º Tesoureiro e 1º Secretário que dividirão entre si as tarefas e atribuições do secretariado, de forma a viabilizar não só as decisões da diretoria colegiada, como fazer frente à administração da entidade.

SEÇÃO I DO PRESIDENTE



SSC-M. das Con.
Fls. 23
Rubrica US

Art. 22º – Compete ao Presidente:

- a) Representar a associação em juízo e fora dele;
- b) Convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- c) Convocar e instalar as Assembléias Gerais;
- d) Ordenar as despesas autorizadas e com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis;
- e) Organizar um relatório das ocorrências do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária obrigatória de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos associados e balanço do exercício financeiro;
- f) juntamente com o tesoureiro abrir e manter contas bancárias;
- g) O voto Minerva, ou voto decisivo nas votações da diretoria que resultarem empatadas.
- h) admitir e demitir funcionários, após homologação pela Diretoria.

SEÇÃO II
DO SECRETÁRIO

Art. 23º – Compete ao Secretário:

- a) Redigir e manter a transcrição em dia das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;
- b) Redigir as correspondências da associação;
- c) Dirigir e supervisionar todo o trabalho da secretaria.

SEÇÃO III
DO TESOUREIRO

Art. 24º – Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da sociedade;
- b) manter em contas bancárias, juntamente com o Presidente, os valores da associação, podendo aplicá-lo, ouvindo a Diretoria;
- c) assinar com o Presidente, os cheques;
- d) efetuar pagamentos autorizados e recebimentos;
- e) supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade;
- f) apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual.

TÍTULO III
DO CONSELHO FISCAL

Não constam
atr. buíções d
Vice-Presidente
2º-Tesoureiro
2º Secret
(8.2 "h.1")

Art. 25º – Ao Conselho Fiscal, que será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, simultaneamente com a Diretoria e seus mandatos coincidirão, e lhes competem:

- a) analisar toda a documentação contábil da entidade, fiscalizando-a;
- b) emitir parecer sobre a previsão Orçamentária e sobre o balanço anual;
- c) opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes semestrais.
- d) reunir ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal em sua primeira reunião escolherá entre si o Presidente e o Secretário.

TÍTULO V DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 26º – As eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 03 (três) anos, no mês de julho do terceiro ano de cada mandato, pela Assembléia Geral Ordinária, podendo seus membros serem reeleitos.

- 1- As eleições serão realizadas no segundo domingo de julho do ano do encerramento de cada mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, das 8:00h às 14:00h;
- 2- A posse da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos ocorrerá às 16:00 horas com o encerramento da Assembléia Geral Ordinária.

Art. 27º – As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal serão convocadas por edital com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término dos seus mandatos, sendo que nos 10 (dez) primeiros dias deverão serem registradas na Secretaria da Entidade as chapas concorrentes ao pleito.

Art. 28º – Só pode votar e ser votado para qualquer cargo o associado que esteja quites com suas obrigações para a Associação, inclusive as referentes às mensalidades, e que tenha pelo menos 01(um) ano de associação.

Art. 29º – O processo eleitoral será conduzido por uma comissão eleitoral formada por 01 (um) Presidente, 02 (dois) mesários e 01 (um) Secretário e será acompanhado e fiscalizado por um representante de cada chapa, indicado por cada candidato a Presidente.

Art. 30º – A apuração será feita imediatamente após a eleição, pela comissão eleitoral.

Art. 31º – Será considerada eleita a chapa que obtiver o maior número de votos válidos.





TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 32º – O patrimônio da Associação será constituído de:

- a) das contribuições dos associados;
- b) da arrecadação feita pela entidade;
- c) das doações e legados;
- d) dos bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- e) dos aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos ;
- f) das vendas auferidas com prestações de serviços e ou assessoria.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral deverá impor aos associados a contribuição relativa às mensalidades.

Art. 33º – Os bens imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização da maioria de votos da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim.

Art. 34º – Em caso de dissolução, qualquer que seja a causa, os bens da Associação deverão serem destinados a outra entidade que propugna em seu Estatuto a mesma finalidade dessa Associação, ou outra sem fins lucrativos, porém, em qualquer dos casos será decidido em Assembléia Geral.

Art. 35º – Poderá a Associação manter atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, desde que os rendimentos destas atividades sejam destinados exclusivamente à realização de seus objetivos e fins sociais.

TÍTULO VII PERDA DO MANDATO

Art. 36º – Perderão o mandato os membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal que incorrer em:

- a) malversação ou dilapidação do patrimônio social da Entidade;
- b) grave violação desse Estatuto;
- c) abandono de cargo, assim considerando a ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas;
- d) aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo da associação;
- e) que tenha sido processado e condenado por crime comum em sentença com trânsito e julgado por juiz competente.



Parágrafo Único - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, assegurando-se ao acusado o amplo direito de defesa ao teor do que dispõe o inciso LV, do Art. 5º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 37º - Em caso de destituição ou renúncia de qualquer membro da Diretoria efetiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido por seus respectivos suplentes.

Art. 38º - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, todos com seus respectivos suplentes, a Direção ou o 1º Secretário renunciante convocará a Assembléia Geral que elegerá uma Comissão eleitoral de 04 (quatro) membros, que administrarão a entidade, e fará realizar novas eleições no prazo de 30 (trinta) dias, para os membros que complementarão o resto dos mandatos dos renunciantes, obedecidos os demais dispositivos do Estatuto e do Regimento Interno.

Parágrafo Único - Caso o 1º Secretário, ou os Diretores da Entidade não procederem ao que dispõe o caput desse artigo, qualquer sócio poderá fazê-lo.

TÍTULO VIII DAS PENALIDADES

Art. 39º - Estará sujeito às penas aqui previstas, o associado que incorrer nas seguintes faltas:

- a) grave violação do Estatuto;
- b) atitudes que contrariem decisões de Assembléias;
- c) difamar a Associação ou sua Diretoria;
- d) praticar atos atentatórios à dignidade da Associação, dos associados e dos membros da Direção ou do Conselho Fiscal, e outros, assim considerados em Assembléia Geral por maioria absoluta dos membros.

Art. 40º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir em:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão até 01 (um) ano;
- c) eliminação do quadro social.

Parágrafo Único - Em qualquer dos casos será assegurado ao acusado a ampla defesa e o contraditório, inclusive, recurso em última instância à Assembléia Geral.

TÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO



Art. 41º - A Associação poderá ser dissolvida, mediante Assembleia Geral convocada para este fim, com a presença da maioria absoluta dos seus associados.

1º - A dissolução da presente Entidade quando apreciada mediante à Assembleia Geral, só terá validade quando decidida por 2/3 (dois terços) dos associados;

2º - Resolvido o passivo e todas as obrigações trabalhistas com os funcionários, o patrimônio dessa Associação será destinado a uma outra entidade afim, ou outra escolhida pela Assembleia Geral.

SSCE-M. das Co.
Fls. 27
Rubrica

TÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42º - O presente Estatuto só poderá ser reformado por Assembleia Geral especialmente convocada, por maioria de 2/3 (dois terços) dos associados.

Parágrafo Único - A reforma só será efetivada se aprovada, também, pela maioria de 2/3 (dois terços) dos associados.

TÍTULO XI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 43º - A Diretoria eleita na Assembleia de fundação da Associação terá mandato de 03 (três) anos a contar da data da Assembleia de constituição desta entidade.

Parágrafo Único - Ao Presidente da Associação eleito na Assembleia de fundação será concedido irrevogavelmente o primeiro título de Sócio Benemérito, salvo unicamente, em caso de eliminação do quadro social da entidade.

Art. 44º - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos de acordo com a Lei, os princípios doutrinários e o Regimento Interno, que será aprovado em Assembleia Geral com votos favoráveis da maioria absoluta dos associados.

Apodi/RN, 25 de novembro de 1998.


Fábio Soares Lins
PRESIDENTE

Registrado o presente ESTATUTO às fls. 113-V à 114-V, sob o número de 124, do livro "01-A" do Registro de Pessoas Jurídicas, e, apontado às fls. 99, sob o número de ordem 963, do livro "A" de PROTOCOLO.

Apodi(RN), 14 de Dezembro de 1.998

Edwiges Pinheiro da Silva Souza
= Edwiges Pinheiro da Silva Souza =
Of. do Reg. de Pessoas Jurídicas

das Co.
Fls. 26
Rubrica
52



08481442/0001-097

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO OFÍCIO NOTAS
RUA MARGARIDA DE FREITAS, 179
CENTRO

C.E.P. 59700-000
APODI - RN

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
"ACAPORN"



ESTATUTO

TÍTULO I

DAS FINALIDADES E DA DURAÇÃO

SEÇÃO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º - A Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), com sede à rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n, em Apodi/RN, fundada em 25 de novembro de 1998, dentre suas finalidades, acrescentar o item:

IX - Execução de Serviço de Radiodifusão.

NOTA: Registrada em Cartório no Liv. A, em 15.05.2000
Feito Assembleia Geral Extraordinária em 15/05/2000

das Con
Fls. 30
Rubrica
335

PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

EDWIGES PINHEIRO DA SILVA SOUZA

Tabelião e Escrivão do 1º Ofício

Oficial Privativo do Registro de Imóveis

Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

NAIDE MATILDE DE ANDRADE CORDEIRO

Substituta Autorizada

Fórum Des. NEWTON PINTO

Rua Manoel Pedro Viana, S/N - APODI-RN

Telefone: (084) 333-2015

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu Ofício, a pedido verbal de pessoa interessada, que a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI-RN" (ACAPORN), com Sede na rua Vereador Domingos Freire de Freitas, S/N, nesta cidade de Apodi-RN, foi registrado no Livro "01-A", do Registro Pessoas Jurídicas, sob o número de ordem 124, às fls. 113-V à 114-V, em data de 14 de Dezembro de 1.998. O referido é verdade; Dou fé. Eu, Edwiges Pinheiro da Silva Souza, (Edwiges Pinheiro da Silva Souza), Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, fiz extrair a presente Certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Apodi(RN), 14 de Dezembro de 1.998

Edwiges Pinheiro da Silva Souza
= EDWIGES PINHEIRO DA SILVA SOUZA =

Of. do Reg. de Pessoas Jurídicas



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO OFÍCIO NOTAS

RUA MARGARIDA DE FREITAS, 173
CENTRO

C.E.P. 59700-000
APODI - RN



PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
EDWIGES PINHEIRO DA SILVA SOUZA

Tabeliã do 1º Ofício

Oficial Privativo do Registro de Imóveis
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

JOSÉ ARAÚJO DE SOUZA

Bel. CAIO VALÉRIO PINHEIRO DE SOUZA

Substitutos Autorizados

Rua São João Batista – 30 - APODI-RN

Telefax: (84) 3333-2015

E-mail: 1cartorioapodi@bol.com.br

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu Ofício, a pedido verbal de pessoa interessada, que a Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi, "ACAPORN"- realizada em 15 de julho de 2010, com o objetivo de eleger e dar posse a nova Diretoria e Conselho Fiscal, pelo período de 03 (três) anos, iniciando em 15 de julho de 2010 até 15 de julho de 2013, encontra-se **AVERBADA** no Livro "**A-06**", do Registro de Pessoas Jurídicas deste 1º Cartório, sob o número de ordem **574**, fls. **068**, em data de **01 de outubro de 2012**. O referido é verdade; Dou fé. **Dada e passada** nesta cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, no primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e doze (1ª.10.2012). EU, José Araújo de Souza, (José Araújo de Souza), Substituto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, fiz extrair a presente Certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Apodi(RN), 01 de outubro de 2012.

José Araújo de Souza
= José Araújo de Souza =

Oficial Substituto do Reg. de Pessoas Jurídicas



Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização.

08481442/0001-03

APODI CARTÓRIO PRILATARIO
OFICIO DE NOTAS

RUA SÃO JOÃO BATISTA, 30
CENTRO

CEP - 58700-000

APODI - RN

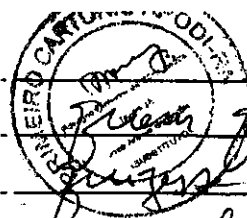
13 - CLEONE SOARES LINS

14 - ISA SOARES LINS



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN, "ACAPORN" - REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2010.

Aos quinze dias do mês de julho de Dois Mil e Dez (2010), às 19:00h, na sede provisória da Associação, sito à Rua Vereador Domingos Freire de Freitas S/Nº, Bairro BETEL, nesta Cidade de Apodi, reuniram em Assembleia Geral Ordinária os associados da "ACAPORN", sob a presidência do seu titular Fábio Soares Guimarães, e secretariado pelo titular, 1º Secretário: Francisco Soares Peixoto Guimarães. Os associados foram convocados através de ofício circular, e compareceram conforme relação de presenças, 14 (quatorze) sócios, que no final da ata assinaram o livro juntamente com o presidente. O Presidente abriu a sessão e mandou que fosse lido o Edital de Convocação que tratava das eleições dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Após a leitura do Edital, e como não havia registro de duplos, na ocasião foi sugerida uma única lista com a seguinte composição: DIRETORIA: Fábio Soares Guimarães - Presidente; Gilvano Soares de Sousa Moraes - Vice-Presidente; 1º Secretário - Francisco Soares Peixoto Guimarães; 2º Secretário - Maria Tatianna Cavalcante Jácome Soares; 1º Tesoureiro - Elanber Peixoto Soares Guimarães; 2º Tesoureiro - Plínio Soares Guimarães. CONSELHO FISCAL (Efetivos): Daniel Soares de Sousa, Anaci Ara de Macedo e Claudina Soares Guimarães. CONSELHO FISCAL (Suplentes): Isa Soares Guimarães, Cleone Soares Guimarães e Antonio Vanei dos Santos. Após apurados os nomes sugeridos, a Assembleia aprovou por unanimidade de votos e ficou constituída a Diretoria e Conselho Fiscal acima mencionados, por um período de 03 (três) anos, iniciando em 15 de julho de 2010 até 15 de julho de 2013. O Presidente agradeceu a confiança de recondução de mais um mandato e facultou a palavra para



quizesse fazer uso. Não houve ninguém que quizesse fazer uso da palavra, o presidente encorajou o Assessor e Mondou que fosse lida a ATA, e eu, FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS, Secretária, lerei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todas as presentes. Apodi/RN, 15 de julho de 2010.

Francisca Soares Peixoto Lins

MEGA

Gilvana Soares de Sousa

GILVANA

TATIANA

Flávia Peixoto Soares Lins

FLÁVIA

Plínio S. L.

PLÍNIO

Daniel Soares de Sousa

DANIEL

Araci Ara de Macedo

ARACI

Vanice Lins de Sousa

VANICE

Claudina Soares Lins

CLAUDINA

Cleone Soares Lins

CLEONE

Isa Soares Lins

ISA

Efêbia Peixoto Soares Lins

EFÉBIA

Felipe Augusto Peixoto Soares Lins

FELIPE

Felipe

FELIPE

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR (DIRETORIA) DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN), REALIZADA PARA CRIAR O CONSELHO COMUNITÁRIO DA ENTIDADE.

Nos dez dias do mês de janeiro de 2012, às 19h, reuniu-se na sede do "ACAPORN", a sua diretoria, para deliberar sobre a instituição e composição de um Conselho Comunitário composto de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da Comunidade local, tais como associações de classe, bairros, religiosos ou de moradores, desde que legalmente instituídos, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Comunidade. O Presidente da diretoria, S. Efêbia Soares Lins, fez a comunicação do ponto e solicitou aos demais



PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CIRCUNSCRIÇÃO - APODI - RN

CONTINUAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODITEN,
"ACAPDRN" - REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2010, LAURADA ÀS
FIS. 09.109-V.

A ATA ACIMA REFERIDA ENCONTRA-SE AVERBADA NO
LIVRO "A-06", DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, SOB O Nº DE ORDEM
570, ÀS FIS. 068, CONTINUAÇÃO DO LIVRO "A-04", FIS. 123 À 123-V.

APODI-RN, 01 DE OUTUBRO DE 2012

João Francisco de Souza

DECIAT SUBST. DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS



Válido somente com o selo de
autenticidade e fiscalização.

08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS

RUA SÃO JOÃO BATISTA, 30
CENTRO

CEP - 58700-000

APODI - RN

D E C L A R A Ç Ã O

EU, **FABIO SOARES LINS** na qualidade de representante legal da
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI
declaro para os devidos fins que:

- não veícula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de Apoio Cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% do tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como o estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo vinculado, nos moldes do Artº 221, II, da Constituição Federal.

Apodi, 17 de setembro de 2012



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Eu, FÁBIO SOARES LINS, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN), declaro para os devidos fins que:

- que indico FRANCISCO ROBERTO FERNANDES DE PAIVA e FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS, como as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, ambos brasileiros, conforme documentos de comprovação anexo.

Apodi/RN, 20 de setembro de 2012.



Representante da entidade

ÚLTIMO RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN)

Nós que compomos o Conselho Comunitário da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), declaramos que acompanhamos a programação da emissora, e que a referida programação na nossa avaliação atende o interesse da comunidade e atende também as finalidades legais do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Apodi/RN, 01 de setembro de 2012.

Francisco de Assis da Silva

Francisco de Assis da Silva- representante do Conselho do bairro IPE

Valderico Torres Alves

Valderico Torres – representante do Conselho do bairro Bacurau I

Agnaldo Lopes da Silva

Agnaldo Lopes da Silva – representante (pastor) da Igreja Betel Apodi

Alysson de Souza Bernardo

Alysson de Souza Bernardo – representante (pastor) da Igreja de Cristo Apodi

Maciel Rodrigues da Silva

Maciel Rodrigues da Silva – pároco da Igreja Católica Apodi

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN)

N/O	NOME	RG Nº	ÓRGÃO EXPEDIDOR	ENDEREÇO
01	Fábio Soares Lins	253.793	ITEP/RN	Rua Pitanga 37, conj. COHAB-Apodi/RN
02	Flaviano Moreira Monteiro	1.303.685	SSP/RN	Rua Marechal Floriano Peixoto s/n-Centro-Apodi/RN
03	Aldeci Bezerra Júnior	151.371	ITEP/RN	Rua projetada s/n-Betel-Apodi/RN
04	Antonio Francisco Nogueira	716.919	ITEP/RN	Rua Nonato Mota 97-Malvinas-Apodi/RN
05	Antonio Vanci dos Santos	4.238.418	SSP/CE	Rua Padre Benedito Alves 477-Centro-Apodi/RN
06	Plínio Soares Lins	569.991	ITEP/RN	Rua Sebastião Lúcio da Silva 72-L. Seca-Apodi/RN
07	José Maria de Oliveira	448.550	ITEP/RN	Sítio Juazeiro-Apodi/RN
08	José Araújo de Sousa	221.829	ITEP/RN	Rua São João Batista 30-Centro-Apodi/RN
09	José Vandilson Diógenes	186.770	IMLEC/RN	Rua São João Batista 46-Centro-Apodi/RN
10	João Bosco Maia	183.527	ITEP/RN	R. Gov. Dix-Sept-Rosado 450-Centro-Apodi/RN
11	Efábio Peixoto Soares Lins	1.895.937	SSP/RN	Rua Joaquim T. Moura 255-centro-Apodi/RN
12	Francisca Soares Peixoto Lins	276.208	ITEP/RN	Rua Pitanga 37-conj. COHAB-Apodi/RN
13	Francisco dos Santos Noronha	580.770	ITEP/RN	Rua Marechal Floriano Peixoto 103-Centro-Apodi/RN
14	Francimar Moreira Câmara	839.318	ITEP/RN	Sítio Trapiá I-Apodi/RN
15	Fernando Dias da Costa	274.649	ITEP/RN	Rua Gov. Walfredo Gurgel 63-COHAB-Apodi/RN
16	Dagmar Suassuna da Silva	148.915	ITEP/RN	Rua Dalton Cunha 186-b. Rodoviária-Apodi/RN
17	Daniel Soares de Souza	406.710	ITEP/RN	Rua Jataí 85-Conj. COHAB-Apodi/RN
18	Jailsom de Moraes	933.731	SSP/RN	Rua Antonio Lopes Filho 322-Centro-Apodi/RN
19	Erivan torres	1.083.061	SSP/RN	Rua adrião bezerra 74-L. Seca-Apodi/RN
20	Felipe Augusto Peixoto Soares Lins	2.743.509	SSP/RN	Rua Pitanga 37-conj. COHAB-Apodi/RN
35	Maria Tatiana Cavalcante Jácome Soares	2.356.047	SSP/RN	Rua Joaquim T. Moura 255-Centro-Apodi/RN
21	Araci ara de Macedo	768.023	ITEP/RN	Rua Padre Benedito Alves 477-Centro-Apodi/RN
22	Gilvana Soares de Souza Moraes	1.546.322	SSP/RN	Rua Dep. Cosmo Lemos 300-Cx. Dágua-Apodi/RN
23	Flauber Peixoto Soares Lins	1.741.736	SSP/RN	Rua Joaquim Teixeira de Moura 255-Centro-Apodi/RN
24	Claudina Soares Lins	222.659	ITEP/RN	Rua Luiz Jacinto de Oliveira 357-L. Seca-Apodi/RN

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A D E C O M U N I C A Ç Ã O

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

E C U L T U R A D E A P O D I 0 2 8 9 6 9 8 1 0 0 d 1 2 2

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

A C A P O R N

Portaria de Autorização nº 432 de 3/8/2000 Publicada no D.O.U de de de

Decreto Legislativo nº 293 de Publicado no D.O.U de 25 de 11 de 2002

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R V E R E A D O R D O M I N G O S F R E I R E D E F R E I T A S S / N

BAIRRO

B E T E L A P O D I

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 0 5 ° 3 9 ' 0 5 " S 3 7 ° 4 9 ' 5 6 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R V E R E A D O R D O M I N G O S F R E I R E D E F R E I T A S S / N

BAIRRO

B E T E L A P O D I

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 0 5 ° 3 9 ' 0 5 " S 3 7 ° 4 9 ' 5 6 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

mu

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE
T E C L A R E Q U I P A M E N T O S E L E T R O N I C O S L T D A

MODELO
T E C 1 1 3

POTÊNCIA DE FABRICA
2 5 . 0 watts

Nº HOMOLOGAÇÃO
0 7 1 7 - 0 3 - 0 3 4 5

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO
2 5 . 0 watts

POTÊNCIA MEDIDA
2 4 . 9 watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO
8 7 . 9 MHz

FREQUENCIA MEDIDA
8 7 . 9 MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FABRICA
_____ watts

Nº HOMOLOGAÇÃO

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO
_____ watts

POTÊNCIA MEDIDA
_____ watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO
_____ MHz

FREQUENCIA MEDIDA
_____ MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados
que constam na última licença expedida?

NÃO ☒ SIM ☐

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

MODIFICAÇÃO Nº HOMOLOGAÇÃO

FABRICANTE DA ANTENA
T D E A K A N T E N A S

MODELO
F M E d 2

GANHO max (Gt)
1 0 . 0

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO
2 7 . 5 m

ALTURA DA TORRE
3 0 . 0 m

ALTITUDE DO LOCAL
5 8 . 0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença
expedida?

NÃO ☐ SIM ☐

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE
K m P

MODELO
R G 2 1 3 C E L

COMPRIMENTO (L)
3 5 . 0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)
4 . 2 dB

PERDAS NA LINHA (PL)
1 . 4 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)
0 . 7 1

Perdas na linha (PL) = L . AL

Eficiência da linha (η) = 10 ^{-PL} / 10

00

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

GPS; frequencímetro Digital. Medidor de Potência

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

R O N A L D O D E A N D R A D E M A R T I N S

ENDEREÇO

R P R O F J O S E G U R G E L 2 9 6 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C A P I M M A C I D

BAIRRO

CIDADE

N A T A L U F R N

REG CREA

FORMAÇÃO

2 1 0 2 2 8 2 3 5 0 E N G E L E T R I C I S T A

CEP

TELEFONE

FAX

5 9 0 7 8 - 4 5 0 8 4 - 9 9 8 3 0 8 9 3

E-MAIL

r o n a l d o a u f r n e t . b r

LOCAL

DATA

A P Q D I 1 8 / 0 9 / 2 0 1 2

ASSINATURA

[Assinatura]

Fls. 40
Rubrica

CAIXA
Fis. 91
Rubrica

CAIXA

104-0

10492.20187 01000.200848 20070.459209 3 54750000004000

Cedente	Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte	2044 / 220180-1	R\$		24000008200704592 - 0

Número do documento	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento
2102282350XXXX	08025934000190	03/10/2012	40,00
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos
			(=) Valor cobrado

Sacado

RONALDO DE ANDRADE MARTINS

Demonstrativo

601 - Anotação Responsabilidade Técnica-ART - 2012 - 00021022823505012920 - 40,00 (01/01)

Autenticação mecânica

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.

Corte na linha pontilhada

CAIXA

104-0

10492.20187 01000.200848 20070.459209 3 54750000004000

Local de pagamento	Vencimento
Pagável em qualquer Banco até o vencimento	03/10/2012
Cedente	Agência/Código cedente
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte	2044 / 220180-1
Data do documento	Nosso número
23/09/2012	24000008200704592 - 0
Uso do banco	(=) Valor documento
Carteira	40,00
SR	

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente)

601 - Anotacao Responsabilidade Tecnica-ART - 2012 - 00021022823505012920 - 40,00 (01/01)

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.

Sacado

RONALDO DE ANDRADE MARTINS

RUA PROFESSOR JOSE GURGEL, 2960, - CAPIM MACIO - NATAL/RN CEP:59078-450

Operador : WEB

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

CAIXA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

AUTO-ATENDIMENTO - AG UFRN

DATA: 25/09/2012

HORA: 10:53:38

TERMINAL: 06331020

CONTROLE: 063310200070

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE BLOQUETO

CONTA DEBITADA: 0633 001.00000129-5
NOME: RONALDO DE A MARTINS

NOME DO BANCO:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DATA DO VENCIMENTO

DATA DO PAGAMENTO

VALOR DO DOCUMENTO

VALOR JUROS

VALOR IOF

VALOR MULTA

VALOR DESCONTO

VALOR ABATIMENTO

VALOR DO PAGAMENTO

NSU AUTORIZAÇÃO: 000157523

Representação Numérica do Código de Barras
1049220187 01000200848 20070459209 3
54750000004000

Informações, reclamações, sugestões e elogios

SAC CAIXA: 0800-726 0101

Ouvitoria da CAIXA: 0800-725 7474

www.caixa.gov.br

CAIXA
Fis. 91
Rubrica

das Comunicações
SSCE-M
Fls. 42
Rubrica

REMETENTE:

FÁBIO SOARES LINS

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE
APODI/RN**

Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/n° -

Bairro Betel

59700-000 – APODI – RN

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

COORDENAÇÃO GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO 'R' – 3º ANDAR

BRASILIA-DF

70044-900



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.035879/2012

Localidade/UF: APODI/RN

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI - RN (ACAPORN)


Aviso: 0

Canal: 0

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim

Check List	
2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Não
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)
-
16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)
A entidade deverá encaminhar a seguinte documentação: a) alterações estatutárias; b) documentos, declarações e comprovantes de residência dos dirigentes; c) certidões do subitem 10.8 da Norma; d) grade de programação da emissora; e e) certidão da Anatel.



Natália Froemming

EX 1120

Em exigência 63

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n – Betel – Apodi/RN

Ofício nº 013/2013 "ACAPORN"

Apodi/RN, 11 de julho de 2013



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 043179/2013-89

SEAPA/SCE

18/07/2013-08:56

Ao Senhor
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – 70044-900 – Brasília-DF

Assunto: Resposta Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.035879/2012.

Senhor Coordenador,

Em referência ao Ofício nº 3052/2013/CGRC/SCE-MC, datado de 13 de junho de 2013, estamos encaminhando toda a documentação de constatação de Pendências referente ao **Processo nº 53000.035879/2012**, que trata de pedido de RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

Informamos que a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL, não conseguimos acessar no site, mas como existiam 02 débitos pendentes, fizemos a quitação e segue comprovantes de pagamentos anexo;

Continuaremos à disposição para atender o que for necessário para a Renovação da Outorga.

Atenciosamente,


FÁBIO SOARES LINS
Representante Legal

SEARC
134-1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 3052 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 13 de junho de 2013.

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Bairro Betel
59.700-000 Apodi - RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.035879/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.035879/2012**, na localidade de **Apodi / RN**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1605/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Vilma de Fátima Alvaranga Farias
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comur
Substituta
Matrícula: 1366009



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1605/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.035879/2012



SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga encaminhado pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Apodi / RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do envio da documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

9 I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

OK II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação do documento ao disposto na Lei nº 9.612/1998 e na Norma nº 01/2011, conforme transcrição a seguir:

OK a. art. 5º, § 3º diz que “somente serão aceitos como associados os interessados que forem apresentados por 5 (cinco) associados e aprovados por dois terços dos membros da Diretoria Executiva”, o que está em desacordo com o subitem 8.3, alínea “b” da Norma, transcrito abaixo:

OK “8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

OK b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (grifo nosso);”

OK b. Não constam no estatuto as disposições contidas no subitem 8.2, alínea “i” e 8.3, alínea “h” da Norma (transcritos abaixo), referentes à Assembleia Geral.

Norma nº 01/2011:

OK “8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:
(...)”

OK i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;"

OK "8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observadas as disposições constantes dos arts. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil."

Lei nº 10.406/02:

OK "Art. 59. Compete privativamente à assembleia geral:

I – destituir os administradores (grifo nosso);

(...)

OK Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores." ✓

OK "Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la." ✓

OK c. Não está prevista a constituição do Conselho Comunitário, conforme subitem 8.2, alínea "k" da Norma e art. 8º da lei nº 9.612/1998.

OK "8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

OK k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária."

OK "Art. 8º. A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei." ✓

OK d. Não consta a determinação de que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados, conforme o subitem 8.3, alínea "g" da Norma;

OK e. Não constam no estatuto as atribuições do Vice-Presidente, do 2º Secretário e do 2º Tesoureiro, o que está em desacordo com o subitem 8.2, subalínea "h.1" da Norma, transcrito abaixo:

OK "8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

OK h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: (grifo nosso)"

OK III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

OK IV. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

OK a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral.

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

OK d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

OK V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e" e subitem 8.4, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

OK VI. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea "j" da Norma nº 1/2011.

OK VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

OK VIII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "l", da Norma nº 1/2011. (Anexo 4)

OK IX. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f", subalínea "fi", da Norma nº 1/2011. (Anexo 3)

OK X. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de

outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.2", da Norma nº 1/2011.

XI. Grade de Programação da Emissora.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

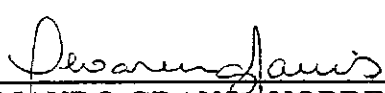
À consideração superior.

Brasília, 13 de junho de 2013.


NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1605/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 13 de junho de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Vilma de Fátima Azeiteiro Faria
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009



PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
EDWIGES PINHEIRO DA SILVA SOUZA

Tabeliã do 1º Ofício

Oficial Privativo do Registro de Imóveis
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

JOSÉ ARAÚJO DE SOUZA

Bel. CAIO VALÉRIO PINHEIRO DE SOUZA

Substitutos Autorizados

Rua São João Batista – 30 - APODI-RN

Telefax: (84) 3333-2015

E-mail: 1cartorioapodi@bol.com.br

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu Ofício, a pedido verbal de pessoa interessada, que a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN "ACAPORN", de Apodi/RN, realizada em 02 de julho de 2013, com a finalidade de atender o dispositivo da lei nº. 9.612/1998 e na Norma nº. 01/2011, do ministério das Comunicações, encontra-se **AVERBADA** no Livro "**A-06**", do Registro de Pessoas Jurídicas deste 1º Cartório, sob o número de ordem **574**, fls. **185 à 186**, em data de **11 de julho de 2013**. O referido é verdade; Dou fé. **Dada e passada** nesta cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, nos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (11.07.2013). EU, José Araújo de Souza, (José Araújo de Souza), Substituto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, fiz extrair a presente Certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Apodi(RN), 11 de julho de 2013.

José Araújo de Souza
= José Araújo de Souza =

Oficial Substituto do Reg. de Pessoas Jurídicas

Válido somente com o selo de
autenticidade e fiscalização.



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS

RUA SÃO JOÃO BATISTA, 30
CENTRO

CEP - 59708-000

APODI - RN



PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CIRCUNSCRIÇÃO - APODI - RN

CONTINUAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN,
"ACAPORN" - REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2010, LAURADA ÀS
FOL. 09/09-V.

A ATA ACIMA REFERIDA ENCONTRA-SE AVERBADA NO
LIVRO "A-06", DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, SOB O Nº DE ORDEM
570, ÀS FOL. 068, CONTINUAÇÃO DO LIVRO "A-04", FOL. 123 À 123-V.

APODI-RN, 01 DE OUTUBRO DE 2012

José Augusto de Souza

OFICIAL SUBST. DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS

RUA SÃO JOÃO BATISTA, 90
CENTRO

CEP - 58700-000
APODI - RN

Válido somente com o selo de
autenticidade e fiscalização.



RELAÇÃO DOS SÓCIOS PRESENTES À ASSEMBLÉIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNI-
TÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
"ACAPORN", REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2013

1. FÁBIO SOARES LINS
2. MARIA TATIANA CAVALCANTE JÁCOME SOARES
3. ANTONIO VANDOS SANTOS
4. FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS
5. ARACI ARA DE MACEDO
6. PLÍNIO SOARES LINS
7. FRANCISCO DOS SANTOS NORONHA
8. CLAUDINA SOARES LINS
9. DAGMAR SUASSUNA DA SILVA




11. FELIPE AUGUSTO PEIXOTO SOARES LINS
12. DANIEL SOARES DE SOUSA
13. ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA
14. FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS
15. JAILSON DE MORAIS
16. GILVANA SOARES DE SOUSA MORAIS
17. FRANCIMAR MOREIRA CÂMARA
18. EFABIO PEIXOTO SOARES LINS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN", REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2013.

Aos 07 (dois) dias do mês de julho de 2013, às 10h, na sede da Associação, sito à Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n, nesta cidade, reuniu-se em Assembleia Geral Extraordinária, os associados da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN, sob a presidência de seu titular o senhor Fábio Soares Brito, que convidou a mim, Francisco Soares Peixoto Brito, 1º Secretário, para secretariar os trabalhos, e convidando os demais membros do diretoria para comporem a mesa. Verificando "quorum legal", com a presença de 18 associados, conforme relação de presenças, o presidente mandou que fosse procedida a leitura do EDITAL DE CONVOCAÇÃO, assim transcrito: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN", Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n - Bairro Betel - Apodi/RN - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. O Presidente da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN "ACAPORN", no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos Sociais, art. 32, convoca todos os associados no gozo dos seus direitos, a se reunirem extraordinariamente no dia 07 de julho de 2013, às 10h, na sede da Associação, sito à Rua Vereador Domingos Freire de



Atas s/n, nesta cidade, especialmente convocada pela
Majoria de 2/3 (dois terços) dos associados (art. 47º
e seu parágrafo único), para deliberar sobre
a seguinte ORDEM DO DIA: I - Adequação do Estatuto
Social, para atender o dispositivo da Lei nº 9.612/
1998 e na Norma nº 01/2011, do Ministério das Co-
municações. NOTA: Para efeitos legais e estatutários,
declara-se que o número de associados no gozo de seus
direitos é de 25 (Vinte e cinco). Apodi/RN, 27 de junho
de 2013. Fábio Soares Gius - Presidente. Após a leitura
do Edital de Convocação, o Presidente explicou a ne-
cessidade de Adequação do Estatuto Social, pois seria
para atender ofício nº 3052/2013/CGRC/SCE-MC,
datado de 13 de junho de 2013, referente ao processo
nº 53000.035879/2012 e Nota Técnica nº 1605/2013,
que constata pendências na documentação encaminhada
pela Associação no pedido de RENOVAÇÃO DE OU-
TORGA para execução do serviço de radiodifusão
Comunitária. As pendências a serem sanadas, são
de Adequação do Estatuto Social, para atender o dis-
positivo da Lei nº 9.612/1998 e na Norma nº 01/2011,
do Ministério das Comunicações, conforme foram elen-
cadas as constatações de pendências, e fizemos as
alterações propostas e estamos submetendo ao conhecimento
dos senhores associados as seguintes adequações ao
Estatuto Social. DO ESTATUTO SOCIAL - DAS FINALIDADES.
Art. 1º - Acrescentar a este artigo, o item X - Para execução
de serviço de radiodifusão, a Associação constituirá
um Conselho Comunitário, composto por no mínimo
05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comu-
nidade local, tais como associações de classe, bene-
ficientes, religiosas ou de moradores, desde que legalmente
instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação
da emissora, com vista ao atendimento do interesse et-
nográfico da Comunidade: CAPÍTULO I - DOS ASSOCIADOS -

Art. 5º - Acrescentar o parágrafo 4º - A Associação assegurará ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;  CAPÍTULO I.

DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 12º - Acrescentar Parágrafo único:


A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do Estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la; CAPÍTULO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL -

Art. 18º - Compete à Assembleia Geral - acrescentar alínea "2") destituir os administradores; - Parágrafo único: Para as deliberações a que se referem as alíneas "1" e "2" deste artigo é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no Estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores; TÍTULO III - DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO - Art. 35º - Acrescentar a este artigo - Parágrafo único: - não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados; CAPÍTULO II - DA

DIRETORIA - Art. 22º - Acrescentar a este artigo - Parágrafo único: - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos; Art. 23º - Acrescentar a este artigo - Parágrafo único: Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário em seus eventuais impedimentos; Art. 24º - Acrescentar a este artigo - Parágrafo único: Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em seus eventuais impedimentos.

O Presidente perguntou se algum associado teria alguma dúvida do que foi apresentado, e todos disseram ter entendido, então o Presidente colocou em votação os adequamentos ao Estatuto Social e foi aprovado por unanimidade dos presentes. O Presidente agradeceu a participação de todos e como nada mais havia a tratar, encerrou a sessão e mandou que fosse lavrada a ATA, e eu, Francisca Joana Prieto Lima, 1º Secretária, lavrei-a, em depois de lida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e pelos presentes. Apodi/RN, 07 de julho de 2012

x Francisca Joana Prieto Lima
Felipe Augusto Prieto Lima





Maria Tatiana C. Soares
Eduardo Peixoto Soares Lima
Flávia Peixoto Soares Lima
Claudina Soares Lima
Antônio Francisco [assinatura]
Nelson [assinatura]
Argemir Araújo de Macedo
[assinatura]
Francisco dos Santos Norberto
Carmen Massine de [assinatura]
* Donald Souza da Silva
Frederico Moreira Lima
Fernando [assinatura] da Costa
Gisela Soares de [assinatura] Moura
[assinatura] de Moura

REGISTRO - PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CONTINUAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE APODI-IRN, "ACAPORN", EM APODI-IRN, REALIZADA EM 02
DE JULHO DE 2013.

O DOCUMENTO ACIMA, REFERIDO ENCONTRA

QUERADO NO LIVRO "A-06", DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS,
SOL O Nº DE ORDEM 574, ÀS FLS. 185 à 186.

APODI-IRN, 11 DE JULHO DE 2013

[assinatura]

OFICIAL SUBST. DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS.

Válido somente com o selo de
autenticidade e fiscalização.



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS
RUA ELIO JOSÉ BATISTA, 30
CARIÓ

CEP - 55760-600
APODI-IRN

00194.56961 85001.143941 24000.714212 1 28500000010000

Recibo do Sacado

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Data do Processamento 02/07/2013 -	Vencimento
	Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv) 50011439424-0007-14	
1. Informações Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR) - Código= 7241 - Total de Estações -		
2. Mensagem Nº Fistel:50011439424 Referência: Nº Estações:1 Classe:X Canal :200 RADCOM Apodi/RN		
3. Regras - Após vencimento Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 10% +Taxa SELIC - Multa: R\$ 10,00 - Juros: R\$ 87,02 - Débitos gerados a partir de 09/11/2004, Resolução 387/2004 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 31/07/2013		
(=)Valor do Documento 100,00	(+)Mora/Multa/Juros 97,02	(=)Valor Cobrado 197,02
Sacado: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI/RN CNPJ/CPF: 02896981000122		



Autenticação Mecânica

03/07/2013 15:52:04
089213078 0487

BANCO DO BRASIL - 15:52:04
0487

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569618500114394124000714212128500000010000
NOSSO NUMERO 50011439424000714
CONVENIO 00456968

FISTEL - REC OUTORGA DIREITO U
1607/00333218
AGENCIA/COO. CEDENTE 27/07/2005
DATA DE VENCIMENTO 03/07/2013
VALOR DO DOCUMENTO 100,00
OUTROS ACRESCIMOS 97,02
VALOR COBRADO 197,02

NR. AUTENTICACAO
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

00194.56979 45001.143945 24002.281210 5 56540000006600

Recibo do Sacado

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Data do Processamento 02/07/2013 -	Vencimento
	Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv) 50011439424-0022-81	
1. Informações Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2013: Quantidade de estações : A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 631426515		
2. Mensagem Nº Fistel:50011439424 Possui débito(s) de outra(s) receita(s) em ano(s) anterior(es)		
3. Regras Acrescido de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Multa: R\$ 13,20 - Juros: R\$ 1,85 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 31/07/2013		
(=)Valor do Documento 66,00	(+)Mora/Multa/Juros 15,05	(+)Outros Acréscimos
Sacado: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI/RN CNPJ/CPF: 02896981000122		(=)Valor Cobrado 81,05

Autenticação Mecânica

03/07/2013 - BANCO DO BRASIL - 15:51:13
089213078 0486

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569794500114394524002281210556540000006600
NOSSO NUMERO 50011439424002281
CONVENIO 00456974
FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC 1607/00333218
AGENCIA/COD. CEDENTE 31/03/2013
DATA DE VENCIMENTO 03/07/2013
DATA DO PAGAMENTO 66,00
VALOR DO DOCUMENTO 15,05
OUTROS ACRESCIMOS 81,05
VALOR COBRADO

NR. AUTENTICACAO 9.88F.CF4.E83.A28.F2D
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.




DECLARAÇÃO

Eu, **FÁBIO SOARES LINS**, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN "ACAPORN", declaro para os devidos fins que:

- A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.2", da Norma 01/2011.

Apodi/RN, 28 de junho de 2013.

Representante da Entidade

DECLARAÇÃO



Nós, na qualidade de dirigentes da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN "ACAPORN", declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011.

Apodi/RN, 28 de junho de 2013.

Fábio Soares Lins
Representante da Entidade
CPF: 088.824.364-20

Givana Soares de Sousa Morais
Vice-Presidente – CPF: 059.050.064-31

Francisca Soares Peixoto Lins
1ª Secretária – CPF: 108.307.904-20

Maria Tatiana Cavalcante Jacome Soares
2ª Secretária – CPF: 055.305.604-73

Flauber Peixoto Soares Lins
1º Tesoureiro – CPF: 049.719.534-85

Plínio Soares Lins
2º Tesoureiro – CPF: 316.037.694-04

DECLARAÇÃO

Eu, FÁBIO SOARES LINS, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN", declaro para os devidos fins que:

- Todos os dirigentes da Entidade residem na área de execução do serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.1", da Norma nº 01/2011.

Apodi/RN, 28 de junho de 2013.



Representante da Entidade

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

GUIA No.

01.2013/011.961

RG No. **2356047/RN**



CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, DANDO BUSCA NO ARQUIVO
CRIMINAL DESTE INSTITUTO, NADA CONSTA DE CONDENÇÃO CONTRA A PESSOA
DE **MARIA TATIANA CAVALCANTE JACOME SOARES**

FILHO(A) DE **JORGE LUIZ DA SILVA JACOME**

E DE **MARIA GORETE CAVALCANTE VIEIRA JACOME**

NASCIDO EM **27/06/1985**

NATURAL DE **UMARIZAL/RN**

Responsável pela Busca:

Natal/RN, 10 de julho de 2013.

Valentim Marinho de Oliveira Neto
MAT 212.168-2
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
SUBCOORDENADORIA REGIONAL
ITEP-MOSSORÓ-RN

Fundamentação Legal: Parágrafo Único, Art. 20 do CPP

ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ VÁLIDO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE

ESTE CERTIFICADO DE ANTECEDENTES TEM VALIDADE DE 15 DIAS

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

GUIA No.

01.2013/011.953

RG No. **569991/RN**



CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, DANDO BUSCA NO ARQUIVO
CRIMINAL DESTE INSTITUTO, NADA CONSTA DE CONDENAÇÃO CONTRA A PESSOA
DE **PLINIO SOARES LINS**

FILHO(A) DE **ARILIO SOARES DE MACEDO**

E DE **MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA**

NASCIDO EM **14/07/1962**

NATURAL DE **APODI/RN**

Responsável pela Busca:

Natal/RN, 10 de julho de 2013.


Valentim Marinho de Oliveira Neto
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
SUBCOORDENADOR REGIONAL
ITEP-MOSSORÓ-RN

Fundamentação Legal: Parágrafo Único, Art. 20 do CPP

ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ VÁLIDO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE

ESTE CERTIFICADO DE ANTECEDENTES TEM VALIDADE DE 15 DIAS

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

GUIA No.

01.2013/011.954

RG No. **1546322/RN**



CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, DANDO BUSCA NO ARQUIVO
CRIMINAL DESTES INSTITUTO, NADA CONSTA DE CONDENÇÃO CONTRA A PESSOA
DE **GILVANA SOARES DE SOUZA MORAIS**

FILHO(A) DE **DANIEL SOARES DE SOUSA**


E DE **MARIA SOARES LINS DE SOUSA**

NASCIDO EM **30/08/1976**

NATURAL DE **APODÍ/RN**

Responsável pela Busca:

Natal/RN, 10 de julho de 2013.


Valentim Marinho de Oliveira Neto
MAT 212.166-2
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
ITEP-MOSSORÓ-RN

Fundamentação Legal: Parágrafo Único, Art. 20 do CPP

ESTE DOCUMENTO SO SERÁ VÁLIDO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE

ESTE CERTIFICADO DE ANTECEDENTES TEM VALIDADE DE 15 DIAS

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

GUIA No.

01.2013/011.950

RG No. 276208/RN



CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, DANDO BUSCA NO ARQUIVO CRIMINAL DESTES INSTITUTO, NADA CONSTA DE CONDENÇÃO CONTRA A PESSOA DE **FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS**

FILHO(A) DE **ARCELINO SOARES PEIXOTO**

E DE **MARIA ESPEDITA SOARES**

NASCIDO EM **22/06/1956**

NATURAL DE **SÃO MIGUEL RN**

Responsável pela Busca:

Natal/RN, 10 de julho de 2013.

Valentim Marinho de Oliveira Neto
MAT 212.166-2
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
SUBCOORDENADOR REGIONAL
ITEP-MOSSORÓ-RN

Fundamentação Legal: Parágrafo Único, Art. 20 do CPP

ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ VÁLIDO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE

ESTE CERTIFICADO DE ANTECEDENTES TEM VALIDADE DE 15 DIAS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

GUIA No.

01.2013/011.955

RG No. **253793/RN**



CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, DANDO BUSCA NO ARQUIVO
CRIMINAL DESTE INSTITUTO, NADA CONSTA DE CONDENAÇÃO CONTRA A PESSOA
DE **FABIO SOARES LINS**

FILHO(A) DE

E DE **MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA**

NASCIDO EM **04/01/1954**

NATURAL DE **APODÍ/RN**

Responsável pela Busca:

Natal/RN, 10 de julho de 2013.


Valentim Marinho de Oliveira Neto
MAT 212.166-2
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
ITEP-MOSSORÓ-RN

Fundamentação Legal: Parágrafo Único, Art. 20 do CPP

ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ VÁLIDO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE

ESTE CERTIFICADO DE ANTECEDENTES TEM VALIDADE DE 15 DIAS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

GUIA No.

01.2013/011.956

RG No. **1741738/RN**



CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, DANDO BUSCA NO ARQUIVO
CRIMINAL DESTE INSTITUTO, NADA CONSTA DE CONDENAÇÃO CONTRA A PESSOA
DE **FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS**

FILHO(A) DE **FABIO SOARES LINS**

E DE **FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS**

NASCIDO EM **23/12/1984**

NATURAL DE **PAU DOS FERROS-RN**

Responsável pela Busca:

Natal/RN, 10 de julho de 2013.


Valentim Mariano de Oliveira Neto
MAT 212.166-2
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
ITEP-MOSSORÓ-RN

Fundamentação Legal: Parágrafo Único, Art. 20 do CPP

ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ VÁLIDO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE

ESTE CERTIFICADO DE ANTECEDENTES TEM VALIDADE DE 15 DIAS



Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Página 1 of 1

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal



Nº
201300069575

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE
25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A

A PESSOA FÍSICA

FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS
CPF: 049.719.534-85
RG: 1741736

**NADA CONSTA em relação a decisões judiciais transitadas em julgado, embora
haja os seguintes feitos em tramitação:**

Processos em tramitação de acordo com Art.7º, V, §1º da Resolução 121 do CNJ.
A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).
Constam os seguintes feitos:

0001661-35.2012.4.05.8401 8 18/10/2012 PROCEDIMENTO ESP.DO JUIZADO ESPECIAL
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Natal, 3 de julho de 2013. (12:33h)

Ricardo
RICARDO CAVALCANTE DANTAS
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Justiça Gratuita

Referente ao pedido de certidão número 2013.00069575-0

VALIDADE P/ ATOS PRATICADOS NO BRASIL: 30 DIAS A PARTIR DA EMISSÃO.

VALIDADE P/ ATOS PRATICADOS NO EXTERIOR: 60 DIAS A PARTIR DA EMISSÃO.

Em respeito ao Art. 7º, V, §1º da Resolução 121 esta certidão

A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s)

1 página(s).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 201300068860

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

MARIA TATIANA CAVALCANTE JÁCOME SOARES
CPF: 055.305.604-23

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 1/7/2013 20:39:40

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400

Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855

Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295

Assú - Rua Deputado Manoel de Melo Montenegro, 110 - Novo Horizonte , CEP: 59650-000, Fone: (84) 3331-2704

Pau dos Ferros - Rua João Aquino, 142 - Centro, CEP:59900-000, Fone: (84) 3351-3236



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 201300068865

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

GILVANA SOARES DE SOUZA MORAIS
CPF: 059.050.064-31

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 1/7/2013 20:47:43

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400
Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855
Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295
Assú - Rua Deputado Manoel de Melo Montenegro, 110 - Novo Horizonte , CEP: 59650-000, Fone: (84) 3331-2704
Pau dos Ferros - Rua João Aquino, 142 - Centro, CEP:59900-000, Fone: (84) 3351-3236



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 201300068864

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS

CPF: 108.307.904-20

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 1/7/2013 20:45:36

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400
Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855
Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295
Assú - Rua Deputado Manoel de Melo Montenegro, 110 - Novo Horizonte , CEP: 59650-000, Fone: (84) 3331-2704
Pau dos Ferros - Rua João Aquino, 142 - Centro, CEP:59900-000, Fone: (84) 3351-3236



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 201300068859

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

PLÍNIO SOARES LINS

CPF: 316.037.694-04

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 1/7/2013 20:37:20

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400

Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855

Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295

Assú - Rua Deputado Manoel de Melo Montenegro, 110 - Novo Horizonte , CEP: 59650-000, Fone: (84) 3331-2704

Pau dos Ferros - Rua João Aquino, 142 - Centro, CEP:59900-000, Fone: (84) 3351-3236



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 201300068857

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

FÁBIO SOARES LINS

CPF: 088.824.364-20

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 1/7/2013 20:35:52

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400
Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855
Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295
Assú - Rua Deputado Manoel de Melo Montenegro, 110 - Novo Horizonte , CEP: 59650-000, Fone: (84) 3331-2704
Pau dos Ferros - Rua João Aquino, 142 - Centro, CEP:59900-000, Fone: (84) 3351-3236

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MARIA TATIANA CAVALCANTE JÁCOME SOARES, filha de Jorge Luiz da Silva Jácome e Maria Goreti Cavalcante Vieira Jácome, nascida aos 27/06/1985, residente na Rua Padre Benedito Alves 346, casa, Centro, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculada ao RG: 2.356.047, CPF: 056.305.604-23 *****

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede a emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado, em caso de gozo do benefício de sursis ou se a pena já tiver sido extinta ou cumprida. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 20h18min.

PEDIDO Nº:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS, filha de Arcelino Soares Peixoto e Maria Espedita Soares, nascida aos 22/06/1956, residente na Rua Joaquim Teixeira de Moura 550, casa, Centro, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculada ao RG: 276.208, CPF: 108.307.904-20 *****

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede a emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado, em caso de gozo do benefício de sursis ou se a pena já tiver sido extinta ou cumprida. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 19h47min.

PEDIDO Nº:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS



CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS, filho de Fábio Soares Lins e Francisca Peixoto Soares Lins, nascido aos 23/12/1984, residente na Rua Manoel Nogueira 550, casa, Betel, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculado ao RG: 1741736, CPF: 049.719.534-85 *****

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede a emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado, em caso de gozo do benefício de sursis ou se a pena já tiver sido extinta ou cumprida. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 19h42min.

PEDIDO Nº:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS



CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

GILVANA SOARES DE SOUZA MORAIS, filha de Daniel Soares de Sousa e Maria Soares Lins de Sousa, nascida aos 30/08/1976, residente na Rua Dep. Cosme Lemo - número em frente 100, casa, Centro, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculada ao RG: 1.546.322, CPF: 059.050.064-31 *****

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede a emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado, em caso de gozo do benefício de sursis ou se a pena já tiver sido extinta ou cumprida. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 19h34min.

PEDIDO Nº:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

PLÍNIO SOARES LINS, filho de Abílio Soares de Macedo e Maria Vieira de Oliveira, nascido aos 14/07/1962, residente na Rua Manoel Nogueira 550, casa, Betel, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculado ao RG: 569991, CPF: 316.037.694-04 *****

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede a emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado, em caso de gozo do benefício de sursis ou se a pena já tiver sido extinta ou cumprida. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 19h38min.

PEDIDO Nº:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS



CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

FÁBIO SOARES LINS, filho de Não Declarado e Maria Vieira de Oliveira, nascido aos 04/01/1954, residente na Rua Manoel Nogueira 550, casa, Betel, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculado ao RG: 253793, CPF: 088.824.364-20 *****

Certifico ainda que a certidão é emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede a emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado, em caso de gozo do benefício de sursis ou se a pena já tiver sido extinta ou cumprida. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 18h42min.

PEDIDO Nº:





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **GILVANA SOARES DE SOUZA MORAIS**
Inscrição: **016628261686** Zona: 35 Seção: 96
Município: 16195 - APODI UF: RN
Data de Nascimento: 30/08/1976 Domiciliada desde: 31/05/1994
Filiação: **MARIA SOARES LINS DE SOUSA**
DANIEL SOARES DE SOUSA

Certidão emitida às 16:33 de 02/07/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

9XR8.RC9+.PGKØ.UZZI

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA TATIANA CAVALCANTE JACOME**
Inscrição: **024740091686** Zona: 35 Seção: 38
Município: 16195 - APODI UF: RN
Data de Nascimento: 27/06/1985 Domiciliada desde: 23/01/2004
Filiação: MARIA GORETE CAVALCANTE VIEIRA JACOME
JORGE LUIZ DA SILVA JACOME

Certidão emitida às 09:43 de 02/07/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **XWVK.8NEX.NA1P.WBO/**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **PLINIO SOARES LINS**

Inscrição: **007835291694** Zona: 35 Seção: 12

Município: 16195 - APODI UF: RN

Data de Nascimento: 14/07/1962 Domiciliado desde: 15/04/1986

Filiação: MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA
ABILIO SOARES DE MACEDO

Certidão emitida às 09:36 de 02/07/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

2FXF.DWYA.1IKQ.6PDJ

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



SEI 53000.035879/2012-19 / pg. 89



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS**
Inscrição: **023020131600** Zona: 35 Seção: 44
Município: 16195 - APODI UF: RN
Data de Nascimento: 23/12/1984 Domiciliado desde: 20/05/2011
Filiação: FRANCISCA SOARES PEIXOTO
FABIO SOARES LINS

Certidão emitida às 21:10 de 01/07/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **3Q3U.D1NY.2DEB.6PJC**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FABIO SOARES LINS**
Inscrição: **007905191600** Zona: 35 Seção: 37
Município: 16195 - APODI UF: RN
Data de Nascimento: 04/01/1954 Domiciliado desde: 15/04/1986
Filiação: MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA
NAO CONSTA

Certidão emitida às 22:44 de 01/07/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

KEYC.IZXO.EQN1.ED6W



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155 - Bairro Lagoa Nova - CEP.: 59.064 - 250 - Natal/RN
Home Page: <http://www.dpf.gov.br> / Email cm.nti.srrn@dpf.gov.br
Tel. (84) 3204-5500 Fax. (84) 3204-5604



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 6063/2013 - SR/DPF/RN

Augustinho Oliveira Cezarino, Escrivão de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Natal/RN, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao requerimento de **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, para fins de direito:

CERTIFICA que, até a presente data, **NAO HÁ** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal em nome de **FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS**, sexo masculino, nacionalidade brasileira, filho(a) de Fabio Soares Lins e Francisca Soares Peixoto Lins, nascido(a) aos 23/12/1984, natural de Pau dos Ferros/RN, documento de identidade nº 1741736/SSP/RN, CPF 049.719.534-85, nos termos do Art. 20, parágrafo Único do Código de Processo Penal e Art. 3º, inciso VI da IN 005/2007-DG/DPF. Nada mais havendo, firma a presente.

Natal/RN, 03 de julho de 2013.

Augustinho Oliveira Cezarino
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial - Matrícula nº 7.375
CART/SR/DPF/RN

OBSERVAÇÃO: CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS
Expedição Gratuita



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 21741152013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **PLINIO*SOARES*LINS**, nacionalidade brasil, filho(a) de **ABILIO SOARES DE MACEDO** e **MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA**, nascido(a) aos 27/06/1985, natural de **APODI/RN**, Documento de identificação 569991 SSP/RN, CPF 316.037.694-04.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:50 de 02/07/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 21741052013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIA*TATIANA*CAVALCANTE*JÁCOME*SOARES**, nacionalidade brasil, filho(a) de JORGE LUIZ DA SILVA JÁCOME e MARIA GORET CAVALCANTE VIEIRA JÁCOME, nascido(a) aos 27/06/1985, natural de UMARIZAL/RN, Documento de identificação 2356047 SSP/RN, CPF 055.305.604-23.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:47 de 02/07/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 21740762013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **FRANCISCA*SOARES*PEIXOTO*LINS**, nacionalidade brasil, filho(a) de **ARCELINO SOARES PEIXOTO** e **MARIA ESPEDITA SOARES**, nascido(a) aos 22/06/1956, natural de **SÃO MIGUEL/RN**, Documento de identificação 276208 SSP/RN, CPF 108.307.904-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:43 de 02/07/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 21740332013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **GILVANA*SOARES*DE*SOUZA*MORAIS**, nacionalidade brasil, filho(a) de **DANIEL SOARES DE SOUSA** e **MARIA SOARES LINS DE SOUSA**, nascido(a) aos 30/08/1976, natural de **APODI/RN**, Documento de identificação 1546322 SSP/RN, CPF 059.050.064-31.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:33 de 02/07/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 21740012013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **FÁBIO*SOARES*LINS**, nacionalidade brasil, filho(a) de **NÃO CONSTA** e **MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA**, nascido(a) aos 04/01/1954, natural de APODI/RN, Documento de identificação 253793 SSP/RN, CPF 088.824.364-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:27 de 02/07/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI - RN

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ: 08.349.011/0001-93

Praça Francisco Pinto, 56 - Centro - CEP: 59.700-000

Secretaria Municipal de Finanças



Certidão Negativa de Débitos - Contribuinte

Certidão / Ano	Requerente	Protocolo	Validade
357 / 2013	ASSOCIAÇÃO C. DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI		05/10/2013
Finalidade QUITAÇÃO DE DEBITO			
Contribuinte 3359 - ASSOCIAÇÃO C. DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI		CPF / CNPJ 02.896.981/0001-22	
Endereço RUA VEREADOR DOMINGO FREIRE DE FREITAS, 0		Bairro BETEL	
Complemento		Cidade APODI - RN 59700-000	

Certificamos que até a presente data **não existe** débito tributário vencido relativo ao contribuinte com a localização descrita acima.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Apodi/RN, 5 de julho de 2013


Jefferson Moreira Gama
Assessor de Contas e Tributos
Matrícula: 911745
CPF: 052.659.074-24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000222013-18021981

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA
DE APOD

CNPJ: 02.896.981/0001-22



Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 02/07/2013.

Válida até 29/12/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

02/07/2013 09:51

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02896981/0001-22
Razão Social: ASSOC COM DE COM E CULTURA DE APODI RN
Endereço: R VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS SN / CENTRO /
NATAL / RN / 59700-000



A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/07/2013 a 08/08/2013

Certificação Número: 2013071016354438378820

Informação obtida em 10/07/2013, às 16:35:48.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 201300068734

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
CNPJ: 02896981000122

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 1/7/2013 16:00:25

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400
Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855
Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295
Assú - Rua Deputado Manoel de Melo Montenegro, 110 - Novo Horizonte , CEP: 59650-000, Fone: (84) 3331-2704
Pau dos Ferros - Rua João Aquino, 142 - Centro, CEP:59900-000, Fone: (84) 3351-3236

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS



CERTIDÃO Nº:

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI RN, residente na Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n, casa, Betel, CEP: 59700-000, Apodi - RN, vinculado ao CNPJ: 02.896.981/0001-22

CERTIFICO outrossim, que a presente certidão foi extraída dos registros cíveis em geral, excluídos os processos eletrônicos distribuídos através dos Sistemas PROJUDI e PJe, para os Juizados Especiais Cíveis, 3ª Vara de Execução Fiscal Estadual e Tributária da Comarca do Natal/RN.

Esta certidão abrange a 1ª Instância da Justiça Estadual do RN.

CERTIFICO ainda, que os dados pessoais, constantes nesta certidão, foram informados pelo solicitante, devendo sua titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.

CERTIFICA finalmente, que esta certidão, pode ter sua autenticidade confirmada no endereço eletrônico www.tjrn.jus.br, no campo Consultas / Emissão e autenticação de certidão, informando-se o seu número, por um prazo máximo de 30 (trinta) dias de validade.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 1 de julho de 2013 às 20h25min.

PEDIDO Nº:



MARIA TATIANA CAVALCANTE JÁCOME SOARES
ENDEREÇO DO PAI CONFORME RG ANEXO



ATENÇÃO

SENHORES USUÁRIOS, ATENÇÃO AO EFETUAR O PAGAMENTO
DO SEU BOLETO UNIMED NOS CAIXAS ELETRÔNICOS DO
BANCO DO BRASIL, NÃO ESQUECER DE VERIFICAR A DATA
DE PAGAMENTO.

INFORMAMOS QUE A SEGUNDA VIA DO BOLETO PODE SER
EMITIDA ATRAVÉS DE NOSSO SITE:
WWW.UNIMEDMOSSORO.COM.BR

Unimed 
Mossoró



R:

17.05.12

ACF MARQUES DO

Em: 16/05/2012

Vencimento: 25/06/2012

ANS nº 38942-1



00019290

JORGE LUIZ DA SILVA JACOME
R PADRE BENEDITO ALVES 346
CENTRO
59700-000 APODI - RN

Impresso a Laser por: Millennium Impressos Eletrônicos (83) 3341-4000 www.mie.com.br

627

ANEXO COMPROVANTE DO VÍNCULO EXISTENTE

MARIA TATIANA CAVALCANTE JÁCOME SOARES

UNIMED MOSSORO C T MEDICOS
AV RIO BRANCO 984
CENTRO
59621-400 MOSSORO - RN
Fone: (84)3315-4520
Fax: (84)3315-4525
Internet: www.unimedmossoro.com.br
E-mail: difusoria@unimedmossoro.com.br

Sacado:
JORGE LUIZ DA SILVA JACOME
Código: 00019290
Vencimento: 25/06/2012
Contrato: 00019290

Pag:1
Número do Documento: 01315089/01
Valor do Documento: R\$ 443,00

Descrição		Faixa Etária	Valor	Total
Mensalidade do plano (R)				433,26
JORGE LUIZ DA SILVA JACOME	4089085571001	018 a 059	216,63	
MARIA GORET CAVALCANTE VIEIRA JACOME	4089085571010	018 a 059	216,63	
Multa Parcela(s) Anterior(es)				8,86
Juros de Mora Parcela(s) Anterior(es)				0,88
TOTAL				443,00

Esta via não precisa ser levada ao banco

748 - Bansicredi
UNIMED MOSSORO C T MEDICOS
Contrato: 00019290
Número Documento: 01315089/01
Nosso Número: 12/226131-8
Vencimento: 25/06/2012
Valor: R\$ 443,00

Valor Cobrado: R\$

Destaque aqui

Recibo do Beneficiário

Autenticação Mecânica



Jorge Luiz da Silva Jacome

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	002.736.047
NOME	09/12/2008
FILIAÇÃO	MARIA TATIANA CAVALCANTE JACOME SOARES
NATURALIDADE	JORGE LUIZ DA SILVA JACOME
DOC ORIGEM	MARIA GORETE CAVALCANTE VIEIRA JACOME
CPF	27/06/1985
	CERT. DE CASAMENTO L-8174 F-55 R6-034528
	NATAL - RN-5 CARTORIO
	055.305.604-23
	2a. VIA
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



Para uso do Correio

- ☐ Mudou-se ☐ Recusado
- ☐ Endereço Insuficiente ☐ Desconhecido
- ☐ Não existe nº indicado ☐ Inf. escrita pelo porteiro/síndico
- ☐ Ausente ☐ Falecido
- ☐ Não procurado

Assinatura entregador nº _____

Reiniciado Serviço Postal em: _____

Data _____



2372 - PL. OPER. PJ. PAULISTA
R. ITAPEVA, 782 TER. / 1 SÔBR
01332-000 SAO PAULO



SP

0108439



FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS
R JOAQUIM TEIXEIRA DE ,255 SOBRADO

59700-000 APODI

RN



7209036539062200000010843930240512

CBON

Na impossibilidade de localizar o endereço do destinatário,
devo-lver este documento para:
CYRELA SUECIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARI
R JORNALISTA DJAIR DANTAS PEREIRA DE MAC - LAGOA SECA
CEP: 59022-370 - NATAL
RN

Bradesco



bradesco.com.br

Débito Automático Bradesco.
Cadastre já.

Ouvindoria - 0800 727 9933
de 2ª a 6ª feira das 8h às 18h, exceto feriados

Alô Bradesco - SAC - 0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
24 horas, 7 dias por semana

<input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Mudou-se		<input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Recusado		<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Número inexistente	
--	--	--	--	---	--

PARA USO DOS CORREIOS

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO
 Caixa Postal 1021 - CEP 01031-970 - São Paulo - SP

Assinatura: _____
 Data: ____/____/____
 Reintegrado ao Serviço Postal em: _____

A conta da sua TV por assinatura.



CTC SANTO ANDRE SPM PL59
 FABIO SOARES LINS
 R PITANGA, 39
 CENTRO
 59700-000 APODI RN

7287007045200880000083549530250313
 POSTAGEM: 25/03/2013 VENCIMENTO: 08/04/2013



Compartilhe
cada momento.

Plano DDD Ilimitado 21 por apenas R\$9,90 por mês com 2 primeiros meses grátis. Economize nas ligações DDD do seu telefone fixo para qualquer fixo do Brasil com 21.

www.embratel.com.br/promo21clarotv
 ou ligue 0800 721 2100

2 meses grátis
 Plano DDD Ilimitado 21

Faz um 21. DDD Ilimitado grátis para cliente Claro TV



Oferta
exclusiva
para
Claro TV

Período exclusivo para cliente Claro TV. Oferta válida até 31/12/2013.



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO

Para sua maior comodidade solicite o cadastramento de sua conta em débito automático.

Fale com nossa Central de Atendimento.

Seu código para inclusão em débito automático é : 021050698420-6



FIXO

TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0016-55 - INSC. ESTADUAL: 20.054.091-2
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 757 - NATAL - RN CEP: 59020-400
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 3/4

FRANCISCA SOARES PEIXOTO
RUA DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, 999
CENTRO
59700-000 APODI-RN



DATA DE EMISSÃO 17/06/2013	TELEFONE/CONTRATO 3333-3179 0 3
CNPJ / CPF 00010830790420	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	
TIPO DE TERMINAL RESIDENCIAL	VALOR A PAGAR R\$ 56,00
COD. DEB. AUTOMÁTICO 001018616560	
CODIGO DDD 84	VENCIMENTO 02/07/2013

PLANO LOCAL:		HISTORICO DO CONSUMO DE MINUTOS:		06/13:	05/13:	04/13:		
FALE				03/13:	02/13:	01/13:		
PAG./LINHA	DATA	DESCRIÇÃO	TEL.ORIGEM	TEL.CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR

F ADORA TELEMAR NORTE LESTE S/A NFST N. 00000102655/SERIE /SUB-SERIE

TELEFONE 03205 3333-3179 0 3

SERVIÇOS MENSAIS

0001/01 17/06/2013 PA96/145 FALE 230 RESIDENCIAL 01 A 30/06/13
SUBTOTAL56,00
56,00

LIGAÇÕES LOCAIS

0001/02 17/06/2013 CONSUMO MINUTOS 0:00 FRANQUIA 460:00 MINUTOS ALEM DA FRANQUIA 0:00
SUBTOTAL0,00
0,00BASE DE CÁLCULO ICMS 56,00
ALÍQUOTA 27%
VALOR 15,12

TOTAL NOTA FISCAL SERVIÇOS

56,00

ISS

RESERVADO AO FISCO

4e40.b875.f530.4c66.fe6a.a51c.f015.1980

FATURA N.: 1000029984357

TELEMAR NORTE LESTE S/A - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 757 - NATAL - RN CEP: 59020-400
CNPJ: 33.000.118/0016-55 - INSC. ESTADUAL: 20.054.091-2

RESUMO GERAL

LOCAL TELEFONE CJ SU
03205 3333-3179 0 3
TOTALVALOR
56,00
56,00SALDO DE MINUTOS - P/ MES SEGUINTE:
00000230:00

CF: IMPOSTOS: PARA O FUST(1%) FUNTEL(0,5%) DO VALOR DOS SERVIÇOS, NÃO REPASSADAS AS TARIFAS.

DEMONSTRAÇÃO DO CONSUMO DE MINUTOS DO SEU PLANO ALTERNATIVO

LIGAÇÕES LOCAIS 0:00
LIGAÇÕES INTERNET 0:00
LIGAÇÕES A COBRAR 0:00

*** FIM DO DETALHAMENTO DA CONTA ***

• Pagando até o vencimento você evita:

- Cobrança de multa de 2% + juros de 1% ao mês.
- Suspensão da prestação de serviços (parcial 30 dias e total 60 dias).
- Com + de 90 dias de atraso, inclusão nos cadastros dos Serviços de Proteção ao Crédito (Serasa, SPC e similares) e cancelamento da linha com perda do número.

*A partir de 25/08/2013, nas áreas de DDIs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 e, a partir de 27/10/2013, nas áreas de DDIs 21, 22, 24, 27 e 28 os celulares terão 9 dígitos. Será acrescentado o "9" antes do número atual, passando para o seguinte formato: (DDD) 9xxxx-xxxx. Para mais informações acesse www.oi.com.br/9digito



CAERN - 08.334.385/0001-35

EXTRATO DE DÉBITO

ESCRITÓRIO
APODIROTA
2.1306

INSCRIÇÃO		NOME DO USUÁRIO		CPF/CNPJ: 316.037.694-04		MATRÍCULA				
311.001.365.0131.000		PLINIO SOARES LINS				3533230				
ENDEREÇO DO IMÓVEL										
RUA MANOEL NOGUEIRA FERREIRA, 550 - SEC.MUN. DE SAUDE - APODI APODI RN 59700-9581988										
SA	SE	ECONOMIA	RES.	COM.	IND.	PÚBL.	TIPO DE CONS.	DATA EMISSÃO	NÃO RECEBER APÓS	
3	1		001				NORMAL	01/07/2013	08/07/2013	
MÊS/ANO		VENCIMENTO		VALOR		MÊS/ANO		VENCIMENTO		VALOR
06/2013		22/06/2013		82,19						



DÉBITO ORIGINAL	82,19
SERVIÇOS/ATUALIZAÇÃO	0,00
DESCONTO/CRÉDITOS	0,00
VALOR A PAGAR	82,19

O PAGAMENTO DAS FATURAS EM ATRASO PODERÁ SER EFETUADO ATRAVÉS DESTES DOCUMENTOS. LEMBRAMOS QUE A EXISTÊNCIA DE DÉBITO LEVARÁ A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E A COBRANÇA JUDICIAL.

VIA USUÁRIO AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido por: FRANCISCO ECY DE LIMA



INSCRIÇÃO	NÃO RECEBER APÓS	MATRÍCULA	N. SEQUENCIAL
311.001.365.0131.000	08/07/2013	3533230	9581988

VALOR A PAGAR

82,19

82650000000-3 82190006311-5 00353323000-3 95819881415-3

VIA CAERN



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59015-000
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.426-3
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

08000 840195



CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 27/05/2013 ÀS 15:31:01

MATRÍCULA:

MÊS / ANO

DADOS DO CLIENTE

7494025

06/2013

GILVANA SOARES DE SOUZA

RUA DEP COSMO LEMO, N. EM FRENTE 300 APODI APODI RN
59700-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS			
311.001.340.013.000	6	7102	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO
HIDRÔMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA		SITUAÇÃO ESGOTO			
SEM MEDIDOR	LIGADO		POTENCIAL			

CONSUMO ÁGUA (M3): 40

DATA LEITURA:

LEIT. ATUAL:

LEIT. ANT.

DIAS CONSUMO:

HISTÓRICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MÉDIA
05/2013	10	03/2013	10	01/2013	10	10
04/2013	10	02/2013	10	12/2012	10	

DESCRIÇÃO

CONSUMO

TOTAL (R\$)

ÁGUA

RES ENTRE 50 E 100H 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

10 M3

25,24

VENCIMENTO:

22/06/2013

TOTAL A PAGAR:

25,24

ANTES DE COMPRAR OU ALUGAR UM IMÓVEL, PROCURE A CAERN
PARA SABER SE EXISTE DÍVIDA. EVITE ABORRECIMENTOS.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Totais	Cloro	Nitrato
Máximo Permitido	5	6,0 a 9,5	Ausente	0,2 a 5,0	10 mg N/L
VALOR OBTIDO	0,3	7,1	1000 U/L	1,9	--

Rua Dep. Cosmo Lemo, N. em frente 300 - Apodi/RN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

TO VACINADO
BRASIL
LIVRE
DA RUBEOLA




Gilvana Soares de Souza Moraes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE
MOORE FORMULADOS S.A.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.546.322 DATA DE EXPEDIÇÃO 09.04.94

NOME Gilvana Soares de Souza Moraes
Daniel Soares de Sousa

FILIAÇÃO Maria Soares Lins de Sousa

Apodi RN 30.08.1976
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.cas. 3128 lv 26 fls 12 do
DOC. ORDEM Cart.de Apodi RN

CPF

Daniel Soares
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N. 7.116 DE 29/08/83

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 06942754

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR
Fláudio Peixoto Soares Lima

BARCODE

GAB

OBSERVAÇÕES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
FLÁUDIO PEIXOTO SOARES LINS

VISÃO
FABIO SOARES LINS
FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS

NATURALIDADE
PAU DOS FERROS-RN

RG
1741736 - SSPRN

QUADRO DE ÓRGÃOS E TERCELOS
SIM

DATA DE NASCIMENTO
29/12/1984

CPF
049.719.534-85

VIA
01

EXPIRADO EM
12/12/2007

7063

Assinatura: *Fláudio Peixoto Soares Lima*

Ministério das Comunicações
Fls. 100
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO




ASSINATURA DO TITULAR
Flávio Soares Lins

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 369.001 2ª via DATA DE EXPEDIÇÃO 07.04.1992

FLÁVIO SOARES LINS

MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA

APODI RN

DATA DE NASCIMENTO 14.07.1962

C/ANEXO 12/248 FLS 09V9 LV 17, CARTA

DE APODI RN

DI 0.037.694-04-1-1700239497-3

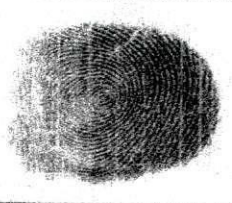
Maria Corina [Assinatura]


ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

 POLGEMAR DIREITO



Francisco Soares Peixoto Lima
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 900.276.208 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/01/2003

NOME FRANCISCA SOARES PEIXOTO LIMA

FILIAÇÃO MARCELINO SOARES PEIXOTO
MARIA ESPEDITA SOARES

NATURALIDADE SÃO MIGUEL RN DATA DE NASCIMENTO 22/06/1956

DOC. ORIGEM CABAME LOB22 F-131 RG-003681

PAU DOS FERROS RN 02 CARTÓRIO

CPF 108.307.904-20

2 VIAS 211100 0

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AUTENTICAÇÃO
411 084252



CERTIFICO, para os devidos efeitos que
a presente fotocópia é reprodução fiel
do documento que lhe foi apresentado.

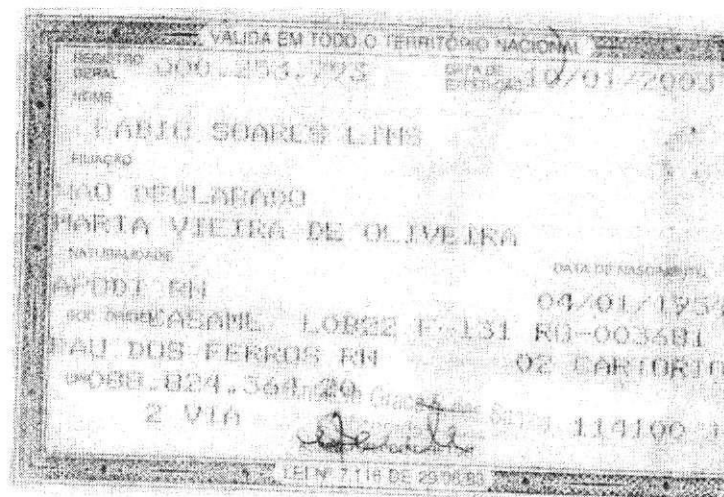
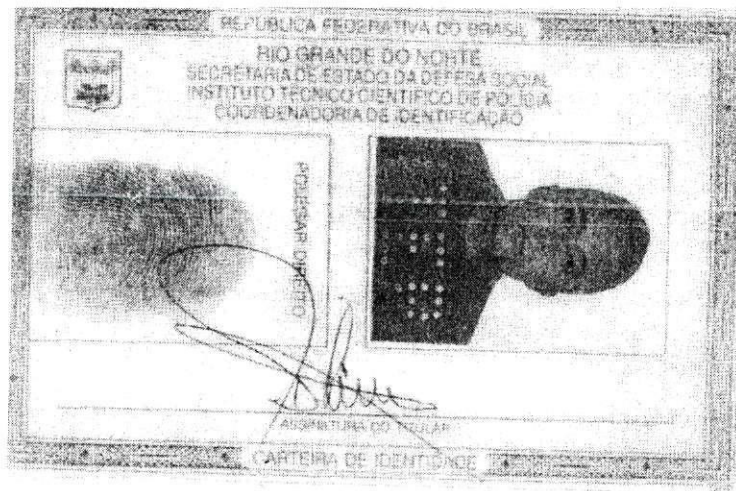
Confere dou fé.

ApoDI-RN 04 / 04 / 2011

Edwiges Pinheiro da Silva Souza
☒ Edwiges Pinheiro da Silva Souza - TABELA
☐ José Araújo de Sousa - SUBSTITUTO
☐ Caio Valério P. de Sousa - SUBSTITUTO

VÁLIDA COM SELO DE AUTENTICAÇÃO





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	002.356.047	DATA DE EXPIÇÃO	09/12/2008
NOME	MARIA TATIANA CAVALCANTE JACONE SOARES		
FLUÍDO	JOSÉ LUIZ DA SILVA JACONE		
NATURALIDADE	MARIA GORETE CAVALCANTE VIEIRA JACONE		
DOC. ORIGINAL	LIVRIZAL RN		
CERT. DE CASAMENTO	L-9174 F-55 RG-034526		
DATA DE NASCIMENTO	27/06/1985		
CNPJ	055.305.604-23		
2a. VIA	2a. VIA		

LEI Nº 7.116 DE 29/06/65

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DE IDENTIDADE

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

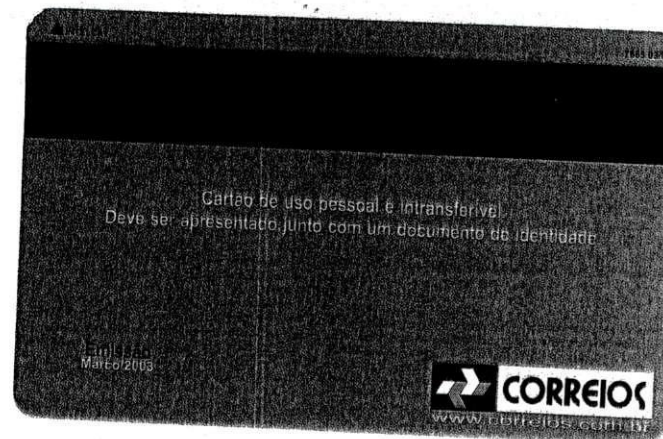
Maria Tatiana G. Soares

Ministério das Comunicações

Fis. 104

Rubrica

104



OS CPFs DOS DEMAIS DIRIGENTES ESTÃO NOS RGs.

UNIA NOBRE MAIA

ADIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

INICAÇÃO ELETRÔNICA

000 R, 3º ANDAR



PARA : SR. SAMIR AMANDO GAA
COORDENADOR - GERAL DE I

END : MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COM
ESTRANADA DOS MINISTÉRIOS - B
70044-900 - BRASÍLIA-DF





JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
MARCOS ROBERIO DE MORAIS CARVALHO	015901831619	VICE-PRESIDENTE	20/09/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
BRÁULIO RIBEIRO DA ROCHA	002206261694	VICE-PRESIDENTE	14/02/2011 a 19/09/2011 - INATIVO
EUCLIDES TORRES FILHO	007919911635	VOGAL	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
FÁBIO SOARES LINS	007905191600	PRESIDENTE	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
FRANCISCO JOSÉ DE LIMA CARVALHO	020796851643	SECRETÁRIO	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LIBINA EDRIANA DA COSTA OLIVEIRA	028671631651	TESOUREIRA	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgao partidário:

CNPJ: **15.743.064/0001-50**
 Partido Político: **PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC**
 Orgão
 Partidário: **Comissão Provisória**
 Abrangência: **MUNICIPAL - APODI/RN**



27/09/2011

Protocolo: **291182011**Data Protocolo: **16:53:45**Vigência: **Início:14/02/2011 Fim da vigência indeterminado**Logradouro: **RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/N**Bairro: **BETEL**CEP: **59.700-000**

Telefone:

Fax:

E-mail:

Código: **ADFR.TURZ.PLHU.9AFU.**Certidão emitida
às: **02/01/2014 14:36:06**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO**.

Nome do Eleitor: FABIO SOARES LINS

Inscrição: 007905191600

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PSC	RN	APODI	30/09/2011

Certidão emitida às 14:34:04 de 02/01/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **4JO9.HZJU.S51B.0KJW**





**QUADRO
POLÍTICO**



Home

Candidatos

Municipios

Estados

Sobre

Login

Dados do candidato

Tweeter 0

g+1 0

Recomendar 0

Nome: Fabio Soares Lins

Data de nascimento: 04/01/1954

Local de nascimento: Apodi

Sexo: Masculino

Eleições Municipais 2004

Ano da eleicao: 2004

Numero do candidato: 22222

Nome na urna: Fabio, fabio Soares

Valor maximo de despesas: 30.000,00

Código do partido: Partido Da República

Partido: 22 - PR

Grau de instrução: Superior Completo

Nacionalidade: Brasileira Nata



Estado civil:

Casado(a)

Cargo:

Vereador

Estado:

Rio Grande Do Norte

Status:

Deferido

Ocupação:

Servidor Público Estadual

Turno

Zona

Votos

1

35

506

Total de votos:

506

Situação pós eleição: Suplente / Turno: Eleição Municipal 2004

Município: Apodi / Rio Grande Do Norte

Eleições Municipais 2000

Ano da eleição:

2000

Numero do candidato:

22222

Nome na urna:

Fabio

Valor maximo de despesas:

-1,00

Código do partido:

Partido Da República

Partido:

22 - PR

Grau de instrução:

Superior Completo

Nacionalidade:

Brasileira Nata

Estado civil:

Casado(a)

Cargo:

Vereador

Estado:

Rio Grande do Norte

Status:

Deferido

Ocupação:

Não Informado

Comentários para Fabio Soares Lins



Comentar...

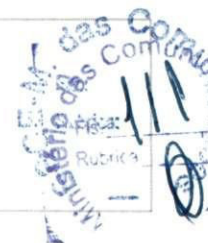
Comentário usando...

Plug-in social do Facebook

Copyright 2012 - Quadro Político



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.035879/2012 Localidade / UF: APODI/RN
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI - RN (ACAPORN)
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Vínculo familiar e político. Família Soares e Lins. Presidente da Entidade faz parte do diretório do PSC de Apodi/RN.

~~Pedro Luis Barreto Vianna Rocha~~
WALLACE S. PINHEIRO.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177



Ofício nº 116 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 09 de Janeiro

de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI**

Rua Vereador Domingos Freire de Freitas

59.700-000 Apodi – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.035879/2012-19.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.035879/2012-19**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **APODI / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0012 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.035879/2012-19**
Processo de Outorga nº 53780.000350/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **APODI / RN**.

ANÁLISE

2. Analisando os autos, constataram-se indícios de que a entidade mantém vínculos que a subordinam à administração ou domínio familiar, visto que sua diretoria executiva é composta majoritariamente pela família Soares e Lins. A saber, os Sr(a)s. Fábio Soares Lins, Gilvana Soares de Sousa Moraes, Francisca Soares Peixoto Lins, Maria Tatiana Cavalcante Jacome Soares, Flaubert Peixoto Soares Lins e Plínio Soares Lins.

3. Além disto, verificou-se que a entidade mantém vínculos político-partidários, visto que seu diretor presidente, Fábio Soares Lins, compõe o diretório do Partido Social Cristão – PSC do Município de Apodi/RN na função de presidente, conforme documentação anexa.

4. Assim, o pedido de outorga desta requerente deve aguardar o esclarecimento sobre os fatos apresentados, considerando que o art. 11 da Lei 9.612, de 1998, repudia qualquer vínculo que possa submeter as prestadoras do serviço de RadCom ao domínio, administração ou mesmo orientação familiar e político-partidária.

CONCLUSÃO

5. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para se manifestar sobre o possível vínculo familiar e político-partidário supracitados e apresentar a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, possuindo o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

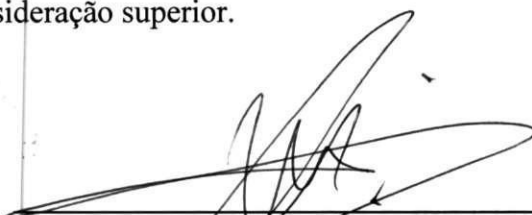
6. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será

WSP/CGRC

considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 02 de janeiro de 2014.



WALLACE SANTOS PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 09 de janeiro de 2014.



ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
MARCOS ROBERIO DE MORAIS CARVALHO	015901831619	VICE-PRESIDENTE	20/09/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
BRÁULIO RIBEIRO DA ROCHA	002206261694	VICE-PRESIDENTE	14/02/2011 a 19/09/2011 - INATIVO
EUCLIDES TORRES FILHO	007919911635	VOGAL	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
FÁBIO SOARES LINS	007905191600	PRESIDENTE	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
FRANCISCO JOSÉ DE LIMA CARVALHO	020796851643	SECRETÁRIO	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LIBINA EDRIANA DA COSTA OLIVEIRA	028671631651	TESOUREIRA	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgao partidário:

CNPJ: **15.743.064/0001-50**
 Partido Político: **PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC**
 Orgão
 Partidário: **Comissão Provisória**
 Abrangência: **MUNICIPAL - APODI/RN**



27/09/2011

Protocolo: **291182011**Data Protocolo: **16:53:45**Vigência: **Início:14/02/2011 Fim da vigência indeterminado**Logradouro: **RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/N**Bairro: **BETEL**CEP: **59.700-000**

Telefone:

Fax:

E-mail:

Código: **ADFR.TURZ.PLHU.9AFU.**Certidão emitida
às: **02/01/2014 14:36:06**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: FABIO SOARES LINS

Inscrição: 007905191600

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido UF Município Data de Filiação

1PSC RN APODI 30/09/2011

Certidão emitida às 14:34:04 de 02/01/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **4JO9.HZJU.S51B.0KJW**



**QUADRO
POLÍTICO**

Home

Candidatos

Municípios

Estados

Sobre

Login

Dados do candidato

Tweeter 0

g+1 0

Recomendar 0

Nome: Fabio Soares Lins**Data de nascimento:** 04/01/1954**Local de nascimento:** Apodi**Sexo:** Masculino

Eleições Municipais 2004

Ano da eleição: 2004**Numero do candidato:** 22222**Nome na urna:** Fabio,fabio Soares**Valor maximo de despesas:** 30.000,00**Código do partido:** Partido Da República**Partido:** 22 - PR**Grau de instrução:** Superior Completo**Nacionalidade:** Brasileira Nata

Estado civil: Casado(a)
Cargo: Vereador
Estado: Rio Grande Do Norte
Status: Deferido
Ocupação: Servidor Público Estadual

Turno	Zona	Votos
1	35	506
Total de votos:		506

Situação pós eleição: Suplente / Turno: Eleição Municipal 2004

Município: Apodi / Rio Grande Do Norte

Eleições Municipais 2000

Ano da eleicao: 2000
Numero do candidato: 22222
Nome na urna: Fabio
Valor maximo de despesas: -1,00
Código do partido: Partido Da República
Partido: 22 - PR
Grau de instrução: Superior Completo
Nacionalidade: Brasileira Nata
Estado civil: Casado(a)
Cargo: Vereador

02/01/14

Quadro Político - Dados políticos de Fabio Soares Lins - Candidato por Apodi (RN)

Estado:

Rio Grande Do Norte

Status:

Deferido

Ocupação:

Não Informado

Comentários para Fabio Soares Lins



Comentar...

Comentário usando...

Plug-in social do Facebook

Copyright 2012 - Quadro Político



05

Exitem 0

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n – Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 002/2014-“ACAPORN”

Apodi/RN, 05 de fevereiro de 2014.

Ao Senhor
ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária – Substituto
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
70044-900 – Brasília-DF

Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 118
Rubrica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 006770/2014-36
SEAPA/SCE
18/02/2014-07:58

Senhor Coordenador,

1. Em resposta ao Ofício nº 116/2014/CGRC/SCE-MC, referente a Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC, que verificou pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga, processo nº 53000.035879/2012-19, vimos através desta informar que na última Assembléia Geral Ordinária da “ACAPORN”, realizada em 15.07.2013, que tratou da Eleição da Diretoria, foi substituído os membros com sobrenome **Soares Lins**, e que estamos providenciando os registros da documentação como ATA e outros, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para serem encaminhados em breve a este órgão competente, Ministério das Comunicações.
2. Com relação ao vínculo político-partidário do diretor presidente, Fábio Soares Lins, ao Partido Social Cristão (PSC) do município de Apodi/RN na função de presidente, informo que pedi DESFILIAÇÃO, conforme consta em anexo Pedido de Desfiliação requerido ao Partido e comunicado ao Juiz Eleitoral da Comarca de Apodi/RN.
3. Sendo só o que se apresenta no momento, continuamos à disposição para atender o que for necessário para a conclusão da Renovação da Outorga .

Atenciosamente,

Fábio Soares Lins
Presidente

Have
133

Excelentíssimo Senhor
Dr. Juiz Eleitoral da 35ª Zona
APODI/RN



REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Eu, FÁBIO SOARES LINS, brasileiro, casado, inscrito sob o título de número 007905191600, residente e domiciliado em Apodi/RN, venho por meio deste REQUERER minha DESFILIAÇÃO ao Partido Social Cristão (PSC) em Apodi/RN, conforme solicitação já feita ao Vice-Presidente do Partido, cuja cópia protocolada segue anexo.

Nestes Termos
Peço Deferimento

Apodi/RN, 05 de fevereiro de 2014.

Assinatura do Requerente

Recebi em
05/02/2014.

Thiago Capistrano Andrade
Chefe de Cartório
35ª Zona Eleitoral/RN

Ilustríssimo Senhor
Vice-Presidente do PSC
APODI/RN



REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Eu, FÁBIO SOARES LINS, brasileiro, casado, inscrito sob o título de número 007905191600, Zona: 0035 – Seção: 0037, residente e domiciliado em Apodi/RN, venho por meio deste REQUERER minha DESFILIAÇÃO ao Partido Social Cristão (PSC) em Apodi/RN, por motivos pessoais.

Apodi/RN, 04 de fevereiro de 2014.

Assinatura do Requerente

*Recebido
Em 04/02/14
Mauricio Rosendo de Moura
Assessorado.*



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: FABIO SOARES LINS

Inscrição: 007905191600

Certidão emitida às 09:34:53 de 05/02/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **GSGS.NHK8.1EAZ.T4HK**

to: FÁBIO SOARES LINS
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO
DE ARODI/AN "ACAPORN"

ção: Rm. Venâncio Domingos Faria de Freitas
59700-000 Arodi/RN

Ministério das Comunicações
Fls. _____
Rubrica _____

Para: Sr. ERICK VINICIUS LIVEIRA MORAIS
Coordenador - Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituto
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
70044-900 - Brasília - DF



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 003/2014-"ACAPORN"

Apodi/RN, 14 de março de 2014.

Ao Senhor

ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária – Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

70044-900 – Brasília-DF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000.012442/2014-79

SEAPASCE

24/03/2014-08:56

searc
131

Senhor Coordenador,

1. Em resposta ao Ofício nº 116/2014/CGRC/SCE-MC, referente a Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC, que verificou pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga, processo nº 53000.035879/2012-19, vimos através desta informar que através do ofício nº 002/2014 "ACAPORN", datado de 05 de fevereiro de 2014, encaminhado a esse órgão, foi informado que a última Assembleia Geral Ordinária da "ACAPORN", realizada em 15.07.2013, que tratou da Eleição da Diretoria, foi substituído os membros com sobrenome **Soares Lins**, e que estávamos providenciando os registros da documentação como ATA e outros, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para serem encaminhados com brevidade a este órgão competente, Ministério das Comunicações.
2. Cumprindo as diligências, estamos encaminhando a Cópia da ATA da Eleição da Diretoria e Conselho fiscal, acompanhada da CERTIDÃO do Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas que efetuou a AVERBAÇÃO no Livro competente.
3. Com relação ao vínculo político-partidário do diretor presidente, Fábio Soares Lins, ao Partido Social Cristão (PSC) do município de Apodi/RN na função de Presidente, informo que foi pedida a DESFILIAÇÃO, conforme consta em anexo Pedido de Desfiliação requerido ao Partido e comunicado ao Juiz Eleitoral da Comarca de Apodi/RN, documentos estes já em poder desse Ministério, encaminhado através do ofício nº 002/2014 "ACAPORN", datado de 05 de fevereiro de 2014.
4. Sendo só o que se apresenta no momento, continuamos à disposição para atender o que for necessário para a conclusão da Renovação da Outorga.

Atenciosamente,

Fábio Soares Lins
Presidente



**PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
EDWIGES PINHEIRO DA SILVA SOUZA**

Tabeliã do 1º Ofício

Oficial Privativo do Registro de Imóveis
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

JOSÉ ARAÚJO DE SOUZA

Bel. CAIO VALÉRIO PINHEIRO DE SOUZA

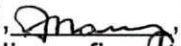
Substitutos Autorizados

Rua São João Batista – 30 - APODI-RN

Telefax: (84) 3333-2015

E-mail: 1cartorioapodi@bol.com.br

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu Ofício, a pedido verbal de pessoa interessada, que a Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN- ACAPORN, realizada em 15 de julho de 2013, com a finalidade de eleger e dar posse a nova diretoria, conselho fiscal e encontra-se **AVERBADA** no Livro “A-07”, do Registro de Pessoas Jurídicas deste 1º Cartório, sob o número de ordem **574**, fls. **085**, em data de **14 de março de 2014**. O referido é verdade; Dou fé. **Dada e passada** nesta cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, nos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze (14.03.2014). EU,  (José Araújo de Souza), Substituto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, fiz extrair a presente Certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Apodí(RN), 14 de março de 2014.


= José Araújo de Souza =

Oficial Substituto do Reg. de Pessoas Jurídicas

Válido somente com o selo de
autenticidade e fiscalização.



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS

RUA SÃO JOÃO BATISTA, 30
CENTRO

C.E.P. - 58700-000

APODI - RN

RELAÇÃO DOS SÓCIOS PRESENTES À ASSEMBLEIA
GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN",
REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2013.

1. FÁBIO SOARES LINS
2. ARACIARA DE MACEDO
3. ANTONIO VANDI DOS SANTOS
4. FRANCISCO ROBERTO FERNANDES DE PAIVA
5. SONALY CÍNTHYA DE LIMA SOUZA
6. ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA
7. DANIEL SOARES DE SOUSA
8. TALITA DINIZ DE MOURA
9. ERINAIDE SIQUEIRA SILVA
10. MARCOS ROBERTO DE MORAIS CARVALHO
11. FRANCISCO JOSÉ DE LIMA CARVALHO
12. MANOEL LUIZ DE LIMA
13. JAILSON DE MORAIS
14. GILVANA SOARES DE SOUSA MORAIS
15. FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS
16. FLÁVIO PEIXOTO SOARES LINS
17. PLÍNIO SOARES LINS
18. CLAUDINA SOARES LINS
19. FÁBIO PEIXOTO SOARES LINS
20. MARIA TATIANA C. SOARES



DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSO-
CIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE APODI/RN "ACAPORN" - REALIZADA NO DIA 15 DE
JULHO DE 2013,

Os quinze dias do mês de julho de dois mil
e treze (2013), às 19:00h, na sede provisória da
Associação, sito à Rua Vereador Domingos Freire de
Freitas S/N, bairro Betel, nesta cidade de Apodi/RN,
reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os asso-
ciados da "ACAPORN", sobre a presidência do seu

titular Fábio Soares Brito, e secretariado pelo titular
secretaria Francisco Soares Peixoto Brito. Os assessorados
eram convocados através de ofício circular, e comparece-
ram conforme relação de presenças, 30 (Vinte) Assesores,
que no final da Ata assinaram o livro juntamente com
o presidente. O presidente abriu a sessão e mandou que
fosse lido o Edital de Convocação que tratava das elei-
ções dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Após
a leitura do Edital, e como não havia registro de cha-
pas, na ocasião foi sugerida uma chapa de consenso
com a seguinte composição: DIRETORIA: Fábio Soares
Brito - Presidente; Araci Ara-de Macedo - Vice-Presidente;
Antonio Vencei dos Santos - 1º Secretário; Francisco
Roberto Fernandes de Paiva - 2º Secretário; Sonely Cinthya
de Lima Souza - 1º Tesoureiro e Antonio Francisco No-
gueira - 2º Tesoureiro. CONSELHO FISCAL (efetivos): Daniel
Soares de Sousa; Talita Diniz de Moura; Ercivalde Siqueira
Silva. CONSELHO FISCAL (suplentes): Marcos Roberto de
Moraes Corvello; Francisco José de Lima Corvello e
Manoel Luiz de Lima. Após apreciar os nomes sugeridos,
a Assembleia aprovou por unanimidade de votos e ficou
constituída a Diretoria e Conselho Fiscal acima men-
cionados, por um período de 03 anos, iniciando em
15 de julho de 2013 até 15 de julho de 2016. O Pre-
sidente agradeceu a confiança pela recondução de
mais um mandato e facultou a palavra para quem
quisesse fazer uso. Após aguardar uns minutos e não
havendo ninguém que quisesse fazer uso da palavra,
o presidente encerrou a sessão e mandou que fosse
lida a ATA, e eu, Francisco Soares Peixoto Brito,
Secretaria, li a presente Ata, que depois de
lida e achada conforme, foi assinada por todos os
presentes. Apodi/RN, 15 de julho de 2013.

Francisco Soares Peixoto Brito
Araci Ara-de Macedo



Regio Leon de La B

- * Senale Cynthia de Lima Souza
- * Antonio Francisco Nogueira
- * Donel Soares de Saia
- * Talita Diniz de Moura - Talita Diniz de Moura
- + Crinaide Eguirra Silva
- * Marcos Roberto de Morais Cabral
- * Francisco Jose de Lima Cavalcanti
- * Manoel Nilso Lima
- Jailson de Morais
- Gilviana Soares de Souza Morais
- Hauber Pereira Soares
- Alvin José Lima
- Claudina Soares Dias
- Egabio Pereira Soares Dias
- Maria Leticiana C. Soares

PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIAL
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CONTINUAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APDI/PR, "ACAPORN" - REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2013.

O DOCUMENTO ACIMA, ENCONTRA-SE QUERBADO NO LIVRO "A-03", DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, SOB O Nº DE ORDEM 574, ÀS FLS. 085, CONTINUANDO NO LIVRO "A-04", FLS 123 E 123-V.

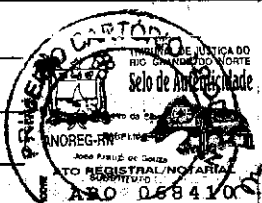
APDI-PR, 14 DE MARÇO DE 2014

Des. Antonio A. Souza

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização.

OFICIAL SUBST. DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS

08481442/0001-09



APDI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS
PLA. SÃO JOÃO BATISTA, 30
CENTRO

CEP - 58703-000

CAÇÕES

Comunicação Eletrônica

lao R, 3º Andar

-DF



14 MAR 2014

Para: MINISTÉRIO DAS COMUNI
Secretaria de Serviços de
Exploração dos Minérios, F
70044-900 - Brasília





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 30 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 30/07/2014, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0061843** e o código CRC **3A426DC8**.



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE APODI/RN

CNPJ: 02.896.981/0001-22

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:01:16 do dia 15/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 10466/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.035879/2012-19**

Processo de Outorga nº: 53780.000350/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN (ACAPORN)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apodi/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao disposto na Norma nº 1/2011, conforme segue:

a) Com relação ao art. 1º, acrescentar, dentre os objetivos sociais da entidade, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, tal como dispõe o item 8.2, alínea "g", da Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

b) No art. 5º, observar que as sócias pessoas jurídicas, sediadas na área de execução do serviço, devem caracterizar-se como entidades "sem fins lucrativos", e que a elas serão conferidos, por meio de seus representantes legais, os mesmos direitos conferidos aos sócios pessoas físicas, na forma do item 8.3, alíneas "c" e "d", da Norma nº 1/2011, cujas transcrições são:

8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

(...)

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

c) Com relação aos arts. 19 e 43, adequar a redação para que conste, expressamente, a possibilidade de admissão de uma única recondução ao mandato dos membros da diretoria, evitando-se, dessa maneira, que a omissão possa ferir tal restrição estabelecida pelo item 8.2, "h.3", da Norma nº 1/2011:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

d) Na parte em que se descrevem as competências dos diretores da entidade, indicar a qual o cargo caberá a representação passiva e ativa, conforme estabelece o item 8.2, alínea "h.1", da Norma nº 1/2011:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial;

e) Adequar as redações dos arts. 32, alínea "f", e 35, de modo que não se atribuam atividades estranhas ao real caráter não lucrativo da entidade, tal como atividades industriais, comerciais, de assessoria e de vendas auferidas mediante prestação de serviço, resguardadas, no entanto, as veiculações de patrocínio sob a forma de apoio cultural, nos termos da legislação pertinente.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

IV. CPF de todos os dirigentes;

V. Cópia autenticada do ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário vigente, conforme os itens 21.4 e 21.4.2 da Norma nº 1/2014;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, ou seja, em versão resumida que contenha a descrição da grade de programação e a sua avaliação por parte Conselho. O relatório deve ser assinado pelos membros correspondentes aos do ato constitutivo mencionado no item anterior (V).

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:42, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Tec Administrativo**, em 26/09/2014, às 10:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0136680** e o código CRC **E329D59F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 11336/2014/SEI-MC

São Paulo, 15 de setembro de 2014

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI

Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi – RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.035879/2012-19.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10466/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:43, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0137630** e o código CRC **67DB513D**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM, RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
Ofício nº 11336/2014/SEI-MC
São Paulo, 15 de setembro de 2014
Ao Senhor
FABIO SOARES LINS
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE APÓDI
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi - RN
Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.035879/2012-19.

DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

SINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

MARCO S. MORAIS

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

14/10/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

14 OUT 2014

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

86290890

PEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CNOT

AR

JH 32643362 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLINA

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680

CIDADE / LOCALIDADE: CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 003/2014-"ACAPORN"

Apodi/RN, 24 de fevereiro de 2014.

Ao Senhor
THIAGO GALVÃO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1 Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 – São Paulo-SP

53900.026498/2014-67

03/11/14

0218435

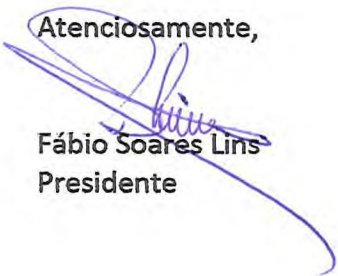
Senhor Delegado,

1. Em resposta ao Ofício nº 11336/2014/SEI-MC, referente a Nota Técnica nº 10466/2014/SEI-MC, do processo de Renovação de Outorga de nº 53000.035879/2012-19, vimos através deste apelar para o bom senso do corpo Técnico, Analistas e demais que formam o honrado Ministério das Comunicações para que seja apreciada os argumentos que ora elencamos:
2. A nossa licença de outorga venceu no dia 25/11/2012 e em data de 19/07/2012, 04 meses e 06 dias antes do vencimento, encaminhamos o Pedido de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações (doc. Anexo);
3. Em data de 21 de agosto de 2012, recebemos um ofício de nº 3231/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, para atender o constante na Nota Técnica nº 2151/2012 e em data de 01 de outubro de 2012 atendemos através do ofício nº 009/2012 "ACAPORN", tudo que constava na Nota Técnica (doc. Anexo);
4. Em data de 13 de junho de 2013, recebemos outro ofício de nº 3052/2012/CGRC/SCE-MC, para cumprir pendências apontadas na Nota Técnica nº 1605/2013 e em data de 11 de julho de 2013 atendemos através do ofício nº 013/2013 "ACAPORN", tudo que constava na referida Nota Técnica (doc. Anexo);
5. Em data de 09 de janeiro de 2014, recebemos mais um ofício de nº 116/2014/CGRC/SCE-MC, para cumprir mais diligências apontadas na Nota Técnica nº 0012/2014 e em datas de 05 de fevereiro de 2014 e 14 de março de 2014, através dos ofícios nº 002/2014"ACAPORN" e ofício nº 003/2014"ACAPORN", atendemos todas as diligências (doc. Anexo);
6. Por último recebemos o ofício de nº 11336/2014/SEI-MC, datado de 15 de setembro de 2014 e recebido por nós em 14/10/2014, onde solicita através da Nota Técnica n 10466/2014 mais exigências para renovação da outorga.(doc. Anexo);



7. Senhor Delegado, no dia 25 de novembro próximo completará 02 anos que a nossa Licença de Funcionamento está vencida e de nossa parte foram cumpridas todas as solicitações desse Ministério, onde para cumpri-las tivemos que reformar Estatuto, arcar com altos custos cartorários, entre outros, o que não foi fácil pra uma Rádio Comunitária.
8. Apelo para o espírito público que norteia os que fazem este órgão, para renovar a nossa Outorga e que as exigências constantes do ofício nº 11336/2014/SEI-MC possamos atendê-las numa próxima Assembléia Geral Extraordinária, para tratar de mais uma Reforma do Estatuto da Associação.

Atenciosamente,



Fábio Soares Lins
Presidente

POSTADO com AR (19/7/12)

07
3231
21/08/12

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas S/N – Bairro Betel
CEP: 59700-000 – Apodi/RN

Ofício 010/2012 “ACAPORN”

Apodi/RN, 19 de julho de 2012.

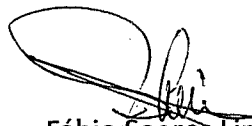
Ao
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Explanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – Ala Oeste – 3º Andar
CEP: 70044-900 – Brasília/DF

Na oportunidade estamos encaminhando solicitação para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, conforme requerimento anexo.

Informamos que a nossa Licença tem validade até 25/11/2012.

Ficamos no aguardo para providenciarmos o que for necessário para a Renovação ora solicitada.

Atenciosamente,


Fábio Soares Lins
Presidente da Associação

Postado = 21 ou 22/08/12
AR = RQ 971971768 BR

Obr: Em 05/09/12
liguei p/ o n:
061-3311-6202
pedindo informações - a quem
a associação jurídica expediu
o 07 3231 de 21/08/12 por
v- associação (aguardar)

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, FABIO SOARES LINS (nome do
representante), na qualidade de representante legal
da ACAPORN

(denominação da requerente), declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Radi/RN, 19 de julho de 2012.
(local e data)


(assinatura do representante da entidade)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 3231 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de agosto de 2012.

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Bairro Betel
59.700-000 Apodi – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.035879/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.035879/2012**, na localidade de **Apodi / RN**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2151, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, que a entidade deverá apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.
3. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 2151/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Solicitação de Documentação.**

Referência: Processo nº 53000.035879/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado sob nº 53000.035879/2012-19 encaminhado pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Apodi / RN**.

ANÁLISE

2. A Entidade deverá encaminhar os seguintes documentos, elencados no subitem 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; OK

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

→ V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

nf/CGRC

- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

q VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

→ IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.


Brasília, 15 de agosto de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2151/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de agosto de 2012.



JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n – bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 009/2012 – ‘ACAPORN’

Apodi/RN, 01 de outubro de 2012.

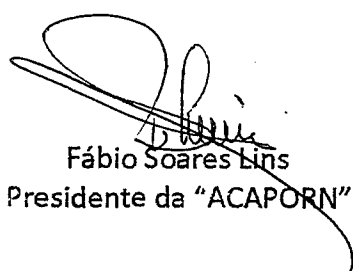
Ilmo. Senhor
JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
DD Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar – 70044-900 – Brasília-DF

Senhor Coordenador,

Em referência ao Ofício nº 3231/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, datado de 21 de agosto de 2012, estamos encaminhando toda a documentação referente Processo nº 53000.035879/2012 que trata de pedido de RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

Estamos à disposição para atender o que for necessário para a renovação da Outorga.

Atenciosamente,



Fábio Soares Lins
Presidente da “ACAPORN”



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 3052 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 13 de junho de 2013.

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Bairro Betel
59.700-000 Apodi – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.035879/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.035879/2012, na localidade de **Apodi / RN**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 1605/2013, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Vilma de Fátima Albuquerque Faria
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1605/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.035879/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga encaminhado pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Apodi / RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do envio da documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

9 I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

OK II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação do documento ao disposto na Lei nº 9.612/1998 e na Norma nº 01/2011, conforme transcrição a seguir:

OK a. ~~art. 5º, § 3º~~ diz que “somente serão aceitos como associados os interessados que forem apresentados por 5 (cinco) associados e aprovados por dois terços dos membros da Diretoria Executiva”, o que está em desacordo com o subitem 8.3, alínea “b” da Norma, transcrito abaixo:

OK “8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:
(...)”

OK b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (grifo nosso);”

OK b. Não constam no estatuto as disposições contidas no subitem 8.2, alínea “i” e 8.3, alínea “h” da Norma (transcritos abaixo), referentes à Assembleia Geral.

Norma nº 01/2011:

OK “8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:
(...)”

OK i) *indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;*

OK "8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

(...)

h) determinem as competências da Assembléia Geral, observadas as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil."

Lei nº 10.406/02:

OK "Art. 59. *Compete privativamente à assembléia geral:*

I – destituir os administradores (grifo nosso);

(...)

OK *Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores."* ✓

OK "Art. 60. *A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la."* ✓

OK c. Não está prevista a constituição do Conselho Comunitário, conforme subitem 8.2, alínea "k" da Norma e art. 8º da lei nº 9.612/1998.

OK "8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

OK *k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária."*

OK "Art. 8º. *A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei."* ✓

OK d. Não consta a determinação de que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados, conforme o subitem 8.3, alínea "g" da Norma;

OK e. Não constam no estatuto as atribuições do Vice-Presidente, do 2º Secretário e do 2º Tesoureiro, o que está em desacordo com o subitem 8.2, subalínea "h.1" da Norma, transcrito abaixo:

OK "8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

o/c h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições; (grifo nosso)

7 OK III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

OK IV. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

OK a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral. OK OK

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do local onde está sediada; e OK

OK d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). OK

OK V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e" e subitem 8.4, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

OK VI. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea "j" da Norma nº 1/2011.

OK VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

OK VIII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 1/2011. (Anexo 4) 7 9

OK IX. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f", subalínea "fi", da Norma nº 1/2011. (Anexo 3)

OK X. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de

outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.2", da Norma nº 1/2011.

XI. Grade de Programação da Emissora.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 13 de junho de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1605/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 13 de junho de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária


Vilma de Fátima Alencar Faria
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária
Substituta
Matrícula: 1366009

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n – Betel – Apodi/RN

Ofício nº 013/2013 "ACAPORN"

Apodi/RN, 11 de julho de 2013.

Ao Senhor

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – 70044-900 – Brasília-DF

Assunto: Resposta Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.035879/2012.

Senhor Coordenador,

Em referência ao Ofício nº 3052/2013/CGRC/SCE-MC, datado de 13 de junho de 2013, estamos encaminhando toda a documentação de constatação de Pendências referente ao **Processo nº 53000.035879/2012**, que trata de pedido de **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**.

Informamos que a **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**, não conseguimos acessar no site, mas como existiam 02 débitos pendentes, fizemos a quitação e segue comprovantes de pagamentos anexo;

Continuaremos à disposição para atender o que for necessário para a Renovação da Outorga.

Atenciosamente,


FÁBIO SOARES LINS
Representante Legal



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 116 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 09 de Janeiro de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI**

Rua Vereador Domingos Freire de Freitas

59.700-000 Apodi – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.035879/2012-19.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.035879/2012-19**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **APODI / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0012 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.

3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.035879/2012-19**
Processo de Outorga nº 53780.000350/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **APODI / RN**.

ANÁLISE

2. Analisando os autos, constataram-se indícios de que a entidade mantém vínculos que a subordinam à administração ou domínio familiar, visto que sua diretoria executiva é composta majoritariamente pela família Soares e Lins. A saber, os Sr(a)s. Fábio Soares Lins, Gilvana Soares de Sousa Moraes, Francisca Soares Peixoto Lins, Maria Tatiana Cavalcante Jacome Soares, Flauber Peixoto Soares Lins e Plínio Soares Lins.

3. Além disto, verificou-se que a entidade mantém vínculos político-partidários, visto que seu diretor presidente, Fábio Soares Lins, compõe o diretório do Partido Social Cristão – PSC do Município de Apodi/RN na função de presidente, conforme documentação anexa.

4. Assim, o pedido de outorga desta requerente deve aguardar o esclarecimento sobre os fatos apresentados, considerando que o art. 11 da Lei 9.612, de 1998, repudia qualquer vínculo que possa submeter as prestadoras do serviço de RadCom ao domínio, administração ou mesmo orientação familiar e político-partidária.

CONCLUSÃO

5. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para se manifestar sobre o possível vínculo familiar e político-partidário supracitados e apresentar a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, possuindo o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

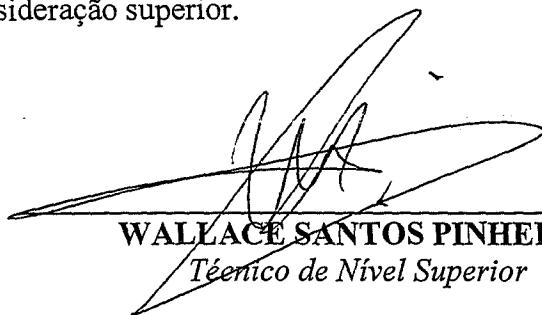
6. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será

WSP/CGRC

considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

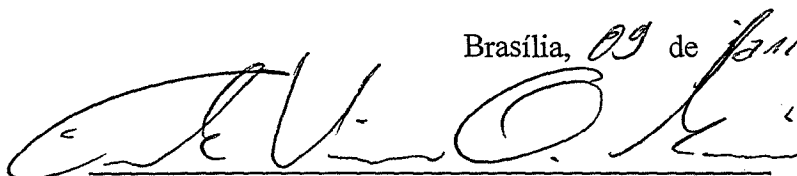
Brasília, 02 de janeiro de 2014.



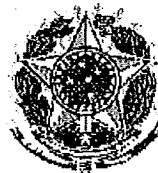
WALLACE SANTOS PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 09 de janeiro de 2014.



ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
MARCOS ROBERIO DE MORAIS CARVALHO	015901831619	VICE-PRESIDENTE	20/09/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
BRÁULIO RIBEIRO DA ROCHA	002206261694	VICE-PRESIDENTE	14/02/2011 a 19/09/2011 - INATIVO
EUCLIDES TORRES FILHO	007919911635	VOGAL	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
FÁBIO SOARES LINS	007905191600	PRESIDENTE	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
FRANCISCO JOSÉ DE LIMA CARVALHO	020796851643	SECRETÁRIO	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LIBINA EDRIANA DA COSTA OLIVEIRA	028671631651	TESOUREIRA	14/02/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgao partidário:

CNPJ: **15.743.064/0001-50**

Partido Político: **PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC**

Orgão
Partidário: **Comissão Provisória**

Abrangência: **MUNICIPAL - APODI/RN**

27/09/2011

Protocolo: 291182011

Data Protocolo: 16:53:45

Vigência: Início:14/02/2011 Fim da vigência indeterminado

Logradouro: RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/N

Bairro: BETEL

CEP: 59.700-000

Telefone:

Fax:

E-mail:

Código: ADFR.TURZ.PLHU.9AFU.

Certidão emitida
às: 02/01/2014 14:36:06

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: FABIO SOARES LINS

Inscrição: 007905191600

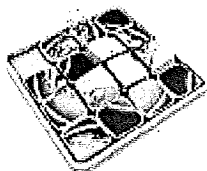
Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido UF Município Data de Filiação

1PSC RN APODI 30/09/2011

Certidão emitida às 14:34:04 de 02/01/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **4JO9.HZJU.S51B.0KJW**



QUADRO POLÍTICO

[Home](#)[Candidatos](#)[Municípios](#)[Estados](#)[Sobre](#)[Login](#)

Dados do candidato

[Tweeter](#) 0[g+1](#) 0[Recomendar](#) 0

Nome: Fabio Soares Lins

Data de nascimento: 04/01/1954

Local de nascimento: Apodi

Sexo: Masculino

Eleições Municipais 2004

Ano da eleição: 2004

Numero do candidato: 2022

Nome na urna: Fabio Fabio Soares Lins

Valor maximo de despesas: 40.000,00

Código do partido: Partido da Corrente Popular

Partido: PCP - 199

Grau de instrução: Superior Completo

Nacionalidade: Naturalizado

Estado civil: Casado
Cargo: Vereador
Estado: Rio Grande do Norte
Status: Registrado
Ocupação: Desempregado (público ou privado)

Coluna	Zona	Votos
1	35	506
Total de votos:		506

Organização por eleição: Superior: Câmara Federal, Municípios: RN, Estado: RN, Município: Apodi, Rio Grande do Norte

Eleições Municipais 2008

Ano da eleição: 2008
Numero do candidato: 2008
Nome na urna: Fabio
Valor maximo de despesas: 1,00
Código do partido: Partido dos Trabalhadores
Partido: PT
Grau de instrução: Superior Completo
Nacionalidade: Brasileiro
Estado civil: Casado
Cargo: Vereador

Estado:

Estado do Rio Grande do Norte

Status:

Candidato

Ocupação:

Atividade Profissional

Comentários para Fabio Soares Lins



Comentário

Comentário usando...

Plug-in social do Facebook

Copyright 2012 - Quadro Político

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 003/2014-"ACAPORN"

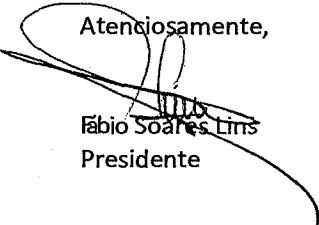
Apodi/RN, 14 de março de 2014.

Ao Senhor
ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária – Substituto
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
70044-900 – Brasília-DF

Senhor Coordenador,

1. Em resposta ao Ofício nº 116/2014/CGRC/SCE-MC, referente a Nota Técnica nº 0012/2014/CGRC/SCE-MC, que verificou pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga, processo nº 53000.035879/2012-19, vimos através desta informar que através do ofício nº 002/2014 "ACAPORN", datado de 05 de fevereiro de 2014, encaminhado a esse órgão, foi informado que a última Assembleia Geral Ordinária da "ACAPORN", realizada em 15.07.2013, que tratou da Eleição da Diretoria, foi substituído os membros com sobrenome **Soares Lins**, e que estávamos providenciando os registros da documentação como ATA e outros, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para serem encaminhados com brevidade a este órgão competente, Ministério das Comunicações.
2. Cumprindo as diligências, estamos encaminhando a cópia da ATA da Eleição da Diretoria e Conselho fiscal, acompanhada da CERTIDÃO do Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas que efetuou a AVERBAÇÃO no Livro competente.
3. Com relação ao vínculo político-partidário do diretor presidente, **Fábio Soares Lins**, ao Partido Social Cristão (PSC) do município de Apodi/RN na função de Presidente, informo que foi pedida a DESFILIAÇÃO, conforme consta em anexo Pedido de Desfiliação requerido ao Partido e comunicado ao Juiz Eleitoral da Comarca de Apodi/RN, documentos estes já em poder desse Ministério, encaminhado através do ofício nº 002/2014 "ACAPORN", datado de 05 de fevereiro de 2014.
4. Sendo só o que se apresenta no momento, continuamos à disposição para atender o que for necessário para a conclusão da Renovação da Outorga.

Atenciosamente,


Fábio Soares Lins
Presidente



PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
EDWIGES PINHEIRO DA SILVA SOUZA

Tabeliã do 1º Ofício

Oficial Privativo do Registro de Imóveis
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

JOSÉ ARAÚJO DE SOUZA

Bel. CAIO VALÉRIO PINHEIRO DE SOUZA

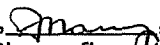
Substitutos Autorizados

Rua São João Batista – 30 - APODI-RN

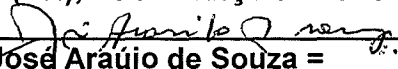
Telefax: (84) 3333-2015

E-mail: 1cartorioapodi@bol.com.br

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu Ofício, a pedido verbal de pessoa interessada, que a Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN- ACAPORN, realizada em 15 de julho de 2013, com a finalidade de eleger e dar posse a nova diretoria, conselho fiscal e encontra-se **AVERBADA** no Livro “A-07”, do Registro de Pessoas Jurídicas deste 1º Cartório, sob o número de ordem **574**, fls. **085**, em data de **14 de março de 2014**. O referido é verdade; Dou fé. **Dada e passada** nesta cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, nos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze (14.03.2014). EU, , (José Araújo de Souza), Substituto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, fiz extrair a presente Certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Apodí(RN), 14 de março de 2014.


= José Araújo de Souza =

Oficial Substituto do Reg. de Pessoas Jurídicas

Válido somente com o selo de
autenticidade e fiscalização.



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO
OFÍCIO DE NOTAS

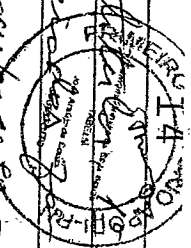
RUA SÃO JOÃO BATISTA, 30
CENTRO

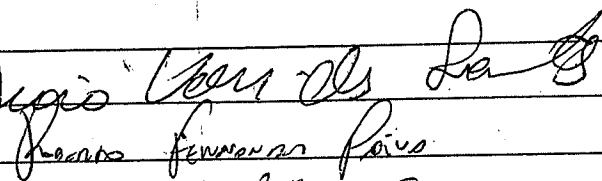
CEP - 59700-000

APODI - RN

[illegible]

Titular Sôbio Soares Lima, e Secretariado pelo Titular
Secretaria Francisco Soares Paixão Lima. Os associados
nao convocados através de ofício circular, e convocados
nao comparecerem devido de faltas, de (faltas) físicas,
pouco ou quase de Ato examinados o livro juntamente com
o presidente. O presidente abriu a sessão e mandou que
seja lido o Edital de convocação que estava des-ali-
ceado dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Depois
e leitura do Edital, e como não havia registro de che-
gada, na ocasião foi sugerido uma culpa de compare-
cerem e seguinte comparecimento: DIRETORIA: Sôbio Soares
Lima - Presidente. Assessor Almeida - Vice-Presidente.
Antonio Vences dos Santos - 1º Secretário. Francisco
Roberto Fernandes da Rocha - 2º Secretário. Genelly Enthalph
de Lima - Sérgio - 1º Tesoureiro e Antonio Francisco do
Príncipe - 2º Tesoureiro. CONSELHO FISCAL (Capitulares): Daniel
Soares de Sousa; Tito Luiz de Moura; Ernesto Siqueira
Silva. CONSELHO FISCAL (Capitulares): Marcos Roberto de
Moura Enthalph; Francisco José de Lima Enthalph e
Manoel Luiz de Lima. Após a leitura os nomes sugeridos
e a Assembleia aprovou por unanimidade os votos e ficou
constituída a Diretoria e Conselho Fiscal acima men-
cionados, por um período de 03 anos, iniciando em
15 de julho de 2013 até 15 de julho de 2016. O Pre-
sidente organizou a Congregação pela recondução de
seus membros mandatos e presidente o conselho para serem
prezados por 1 ano. Após a leitura dos membros e mandatos
e presidente encaminhou a sessão e mandou que seja
leitura do ATN, e foi Francisco Soares Paixão Lima,
Secretaria, leitura o projeto de Lei, que depois de
leitura e leitura aprovada, foi aprovada por todos os
presença. Após isso, 15 de julho de 2013.
Assinaturas Soares Paixão Lima
Assessor Almeida





* Shalex, Cinthya de Lima Souza

*f. Antonio Francisco Nojarene

~~Don't~~ Soary & Soary

* TALITA DINIZ DE MOURA - Talita Diniz de Moura

+ Graciele Siqueira Silva

* Marcos Roberto de Moraes Cabral

X FRANCISCO JOE DE LIMA (PENALMA)

MANDBZ INL JB LMO

Faílson de Moraes

Gilvana Soares de Souza Morais

Hauber Peixoto Soares Lima

Shirley Newlin

Claudia Soares Bins

Epithio Pezato Soares Lima

~~Utricularia~~ *Latiana* C. Spores

~~SECRET~~

PRIMERO CARTARIO JUDICIAL

REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS

CONTINUAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE
APODIIPN, "ACAPORN" - REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2013.

O DOCUMENTO ACIMA, ENCONTRA-SE AVERBADO

NOLIVRD "A-13", DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, SOB
O Nº DE ORDEM 574, ÀS FLS. 085, CONTINUANDO NOLIVRD "A-04",
FLS. 123 à 123-V.

APROD-EM, 14 DE MARÇO DE 2014

23. Answer to Q. 20

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização.

OFICIAL SUBST. DO REG. DE PEDAGOGOS INDICAT.

08481442/0001-09

ARODI CASTÓRIO PEREIRA

ONDO DE NOTAS

~~RUA SÃO JÃO BATISTA, 30~~
CENTRO

CEP - 59700-000

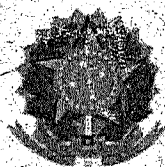


ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN" – REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2013.

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e treze (2013), às 19:00h, na sede provisória da Associação, sito à rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n, bairro Betel, nesta cidade de Apodi/RN, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, os associados da "ACAPORN", sobre a presidência do seu titular Fábio Soares Lins, e secretariado pela titular, 1ª secretária Francisca Soares Peixoto Lins. Os associados foram convocados através de ofício circular, e compareceram conforme relação de presenças, 20 (vinte) sócios, que no final da Ata assinarão o livro juntamente com o presidente. O presidente abriu a sessão e mandou que fosse lido o Edital de Convocação que tratava das eleições dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Após a leitura do Edital, e como não havia registro de chapas, na ocasião foi sugerida uma chapa de consenso com a seguinte composição: DIRETORIA: Fábio Soares Lins – Presidente; Araci Ara de Macedo – Vice-Presidente; Antonio Vanci dos Santos – 1º Secretário; Francisco Roberto Fernandes de Paiva – 2º Secretário; Sonaly Cínthya de Lima Souza – 1ª Tesoureira e Antonio Francisco Nogueira – 2º Tesoureiro. CONSELHO FISCAL (efetivos): Daniel Soares de Sousa; Talita Diniz de Moura; Erinaide Siqueira Silva. CONSELHO FISCAL (suplentes): Marcos Robério de Moraes Carvalho; Francisco José de Lima Carvalho e Manoel Luiz de Lima. Após apreciar os nomes sugeridos, a Assembléia aprovou por unanimidade de votos e fica constituída a Diretoria e Conselho Fiscal acima mencionados, por um período de 03 anos, iniciando em 15 de julho de 2013 até 15 de julho de 2016. O Presidente agradeceu a confiança pela recondução de mais um mandato e facultou a palavra para quem quizesse fazer uso. Após aguardar uns minutos e não havendo ninguém que quizesse fazer uso da palavra, o presidente encerrou a sessão e mandou que fosse lavrada a ATA, e eu, Francisca Soares Peixoto Lins, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Apodi/RN, 15 de julho de 2013.

ASSINATURAS:

FRANCISCA SOARES PEIXOTO LINS
ARACI ARA DE MACEDO
ANTONIO Vanci DOS SANTOS
FRANCISCO ROBERTO FERNANDES PAIVA
SONALY CINTHYA DE LIMA SOUSA
ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA
DANIEL SOARES DE SOUSA
TALITA DINIZ DE MOURA
ERINAIDE SIQUEIRA SILVA
MARCOS ROBÉRIO DE MORAIS CARVALHO
FRANCISCO JOSÉ DE LIMA CARVALHO
MANOEL LUIZ LIMA
JAILSON DE MORAIS
GILVANA SOARES DE SOUSA MORAIS
FLAUBER PEIXOTO SOARES LINS
PLÍNIO SOARES LINS
CLAUDINA SOARES LINS
EFÁBIO PEIXOTO SOARES LINS
MARIA TATIANA C J SOARES
FÁBIO SOARES LINS



*Recebido do Conselho
dia 14/10/14, por
Ginaide*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 11336/2014/SEI-MC

São Paulo, 15 de setembro de 2014

Ao-Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI

Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.035879/2012-19.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10466/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:43, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060

*Quilbo na
ANATEL*



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0137630** e o código CRC **67DB513D**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 10466/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.035879/2012-19**

Processo de Outorga nº: 53780.000350/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN (ACAPORN)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apodi/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

1. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao disposto na Norma nº 1/2011, conforme segue:

a) Com relação ao art. 1º, acrescentar, dentre os objetivos sociais da entidade, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, tal como dispõe o item 8.2, alínea "g", da Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

b) No art. 5º, observar que as sócias pessoas jurídicas, sediadas na área de execução do serviço, devem caracterizar-se como entidades "sem fins lucrativos", e que a elas serão conferidos, por meio de seus representantes legais, os mesmos direitos conferidos aos sócios pessoas físicas, na forma do item 8.3, alíneas "c" e "d", da

Norma nº 1/2011, cujas transcrições são:

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

c) Com relação aos arts. 19 e 43, adequar a redação para que conste, expressamente, a possibilidade de admissão de uma única recondução ao mandato dos membros da diretoria, evitando-se, dessa maneira, que a omissão possa ferir tal restrição estabelecida pelo item 8.2, "h.3", da Norma nº 1/2011:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

d) Na parte em que se descrevem as competências dos diretores da entidade, indicar a qual o cargo caberá a representação passiva e ativa, conforme estabelece o item 8.2, alínea "h.1", da Norma nº 1/2011:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial;

e) Adequar as redações dos arts. 32, alínea "f", e 35, de modo que não se atribuam atividades estranhas ao real caráter não lucrativo da entidade, tal como atividades industriais, comerciais, de assessoria e de vendas auferidas mediante prestação de serviço, resguardadas, no entanto, as veiculações de patrocínio sob a forma de apoio cultural, nos termos da legislação pertinente.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

IV. CPF de todos os dirigentes;

V. Cópia autenticada do ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário vigente, conforme os itens 21.4 e 21.4.2 da Norma nº 1/2014;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, ou seja, em versão resumida que contenha a descrição da grade de programação e a sua avaliação por parte Conselho. O relatório deve ser assinado pelos membros correspondentes aos do ato constitutivo mencionado no item anterior (V).

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

A consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:42, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 12f7060



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Tec Administrativo**, em 26/09/2014, às 10:35, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0136680** e o código CRC **E329D59F**.

Para: Ministério dos Comunicadores

Endereço: Rua Mergenthaler 599 - Bloco 1 Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 - São Paulo - SP



Remetente: FIBRO SOARES LTDA
Endereço: Rua Manoel Nogueira 550 - Centro
59700-000 - APODI/RN

ENDRY®

MANDUO, CHEGOU.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

53900.027292/2014-54
06/11/14

Ao Senhor

THIAGO GALVÃO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1 Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 – São Paulo-SP

Senhor Delegado,

O ofício de nº 003/2014 "ACAPORN", datado de Apodi/RN, 24 de fevereiro de 2014, por incorreção na data, solicitamos que considere a data de 24 de outubro de 2014, e substitua o ofício anexo a este.

Atenciosamente,



Fábio Soares Lins
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 003/2014-"ACAPORN"

Apodi/RN, 24 de outubro de 2014.

Ao Senhor

THIAGO GALVÃO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1 Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 – São Paulo-SP

Senhor Delegado,

1. Em resposta ao Ofício nº 11336/2014/SEI-MC, referente a Nota Técnica nº 10466/2014/SEI-MC, do processo de Renovação de Outorga de nº 53000.035879/2012-19, vimos através deste apelar para o bom senso do corpo Técnico, Analistas e demais que formam o honrado Ministério das Comunicações para que seja apreciada os argumentos que ora elencamos:
2. A nossa licença de outorga venceu no dia 25/11/2012 e em data de 19/07/2012, 04 meses e 06 dias antes do vencimento, encaminhamos o Pedido de Renovação de Outorga ao Ministério das Comunicações (doc. Anexo);
3. Em data de 21 de agosto de 2012, recebemos um ofício de nº 3231/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, para atender o constante na Nota Técnica nº 2151/2012 e em data de 01 de outubro de 2012 atendemos através do ofício nº 009/2012 "ACAPORN", tudo que constava na Nota Técnica (doc. Anexo);
4. Em data de 13 de junho de 2013, recebemos outro ofício de nº 3052/2012/CGRC/SCE-MC, para cumprir pendências apontadas na Nota Técnica nº 1605/2013 e em data de 11 de julho de 2013 atendemos através do ofício nº 013/2013 "ACAPORN", tudo que constava na referida Nota Técnica (doc. Anexo);
5. Em data de 09 de janeiro de 2014, recebemos mais um ofício de nº 116/2014/CGRC/SCE-MC, para cumprir mais diligências apontadas na Nota Técnica nº 0012/2014 e em datas de 05 de fevereiro de 2014 e 14 de março de 2014, através dos ofícios nº 002/2014"ACAPORN" e ofício nº 003/2014"ACAPORN", atendemos todas as diligências (doc. Anexo);
6. Por último recebemos o ofício de nº 11336/2014/SEI-MC, datado de 15 de setembro de 2014 e recebido por nós em 14/10/2014, onde solicita através da Nota Técnica n 10466/2014 mais exigências para renovação da outorga.(doc. Anexo);



7. Senhor Delegado, no dia 25 de novembro próximo completará 02 anos que a nossa Licença de Funcionamento está vencida e de nossa parte foram cumpridas todas as solicitações desse Ministério, onde para cumpri-las tivemos que reformar Estatuto, arcar com altos custos cartorários, entre outros, o que não foi fácil pra uma Rádio Comunitária.
8. Apelo para o espírito público que norteia os que fazem este órgão, para renovar a nossa Outorga e que as exigências constantes do ofício nº 11336/2014/SEI-MC possamos atendê-las numa próxima Assembléia Geral Extraordinária, para tratar de mais uma Reforma do Estatuto da Associação.

Atenciosamente,



Fábio Soares Lins
Presidente

Para: Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações
no Estado de São Paulo

Endereço: Rua Margenthaler 592 - Bloco 1 - Mezanino - Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 - São Paulo-SP



Recebido: FÁBIO SOARES LINS
Representante Legal da Assoc. Com. de Ensino e Cultura de Apodi.
Rua Vereador Domingos Faria de Faria s/nº - Delf
59 700-000 - Apodi-RN

NOTA TÉCNICA Nº 19594/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.035879/2012-19**

Processo de Outorga nº: 53780.000350/1998

Assunto: **Requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apodi/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista os documentos de números 53900.026498/2014-67 e 53900.027292/2014-54, encaminhados pela entidade nas datas de 29 e 31 de outubro de 2014, em resposta tempestiva ao Ofício nº 11336/2014/SEI-MC, de 15 de setembro de 2014, informamos o que segue:

I. Em reexame às exigências constantes da Nota Técnica nº 10466/2014/SEI-MC, encaminhada à entidade por meio do ofício acima qualificado, mostra-se razoável a reconsideração das solicitações elencadas pelo seu item 2, incisos I e II, ou seja, aquelas referentes a alterações estatutárias, bem como reconsiderar também as solicitações do item 2, incisos V e VI, estas referentes ao Relatório do Conselho Comunitário, uma vez que tais documentos já haviam sido objeto de análise anterior que os julgou satisfatórios.

II. Já as exigências constantes dos incisos III e IV do mesmo item 2, estas configuram-se como requisitos imprescindíveis à continuidade da análise do presente processo, conforme os arts. 7º e 9º, §2º, III e IV, da Lei nº 9.612/1998, motivo pelo qual deve ser reiterada a solicitação para que a **entidade apresente os seguintes documentos**:

a) Prova de que seus diretores: *Araciara de Macedo, Antonio Vanci dos Santos, Francisco Roberto Fernandes de Paiva, Sonaly Cinthya de Lima Souza e Antonio Francisco Nogueira* são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (**cópia do RG ou Certidão de Casamento**), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

b) **CPF** dos diretores acima listados.

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada pelo **item 2, inciso II, desta Nota Técnica**, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 10:52, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Tec Administrativo**, em 16/12/2014, às 12:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0273250** e o código CRC **A90314E1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 21896/2014/SEI-MC

São Paulo, 08 de dezembro de 2014

Ao Senhor

FÁBIO SOARES LINS

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE
APODI

Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi – RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.035879/2012-19.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19594/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 10:52, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0274988** e o código CRC **297793FD**.

COM LETRA DE FORMA **AR**

Ofício nº 21896/2014/SEI-MC

São Paulo, 08 de dezembro de 2014

Ao Senhor
FÁBIO SOARES LINS
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE
APODI
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi - RN

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.035879/2012-19.

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR
Erinilde Siqueira Silva
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
07/10/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION
AC APODI
07 JAN 2015
DR/RN

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR
SIGNATURE DE L'AGENT
Carlos Alberto da Silva
Agente de Correios - Distribuição Coleta
Mat.: 2.627.077.4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 NC0463 / 16 114 x 186 mm

		AVISO DE RECEBIMENTO		AR	
CORREIOS BRÉSIL		SAO PAULO - SP 25 DE JUL 2014		JH 22349657 0 BR	
DATA DE EMISSÃO / DATE OF ISSUE UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)	
PREENCHER COM LETRA DE FORMA		NOME DO RAZÃO SOCIAL DO EXPEDIENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO RUA MERGENTHALER 582 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680 CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR ENDREÇO PARA DEVOLUÇÃO		CIDADE / LOCALITE UF BRASIL			

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 001/2015-"ACAPORN"

Apodi/RN, 14 de janeiro de 2015.

Ao Senhor

THIAGO GALVÃO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1 Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 – São Paulo-SP

53800.003369/2015-81
21/01/15

Senhor Delegado,

1. Em atendimento ao Ofício nº 21896/2014/SEI-MC, referente a Nota Técnica nº 19594/2014/SEI-MC, do processo de Renovação de Outorga de nº 53000.035879/2012-19, estamos encaminhando a documentação solicitada, cópias autenticadas dos RGs e CPFs dos diretores: Araci Ara de Macedo, Antonio Vanci dos Santos, Francisco Roberto Fernandes de Paiva, Sonaly Cinthya de Lima Souza e Antonio Francisco Nogueira, bem como Declaração de que todos são brasileiros natos há mais de dez anos e maiores de 18 anos.
2. Sendo só o que se apresenta no momento, continuamos à disposição para atender o que for necessário para a conclusão da Renovação da Outorga .

Atenciosamente,



Fábio Soares Lins
Presidente

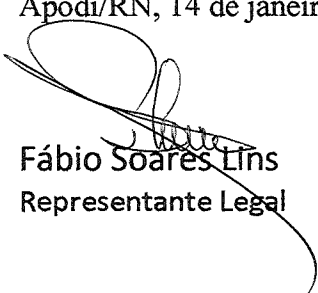
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/nº - Betel
59700-000 – Apodi/RN

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins junto ao Ministério das Comunicações, que os diretores abaixo elencados, são brasileiros natos há mais de dez anos e maiores de dezoito anos, conforme cópias anexa, dos RGs e CPFs autenticados.

1. Araci Ara de Macedo;
2. Antonio Vanci dos Santos;
3. Francisco Roberto Fernandes de Paiva;
4. Sonaly Cinthya de Lima Souza;
5. Antonio Francisco Nogueira.

Apodi/RN, 14 de janeiro de 2015.



Fábio Soares Lins
Representante Legal

(CÉDULA DE IDENTIDADE)

POLEGAR DIREITO

Araci Ara de Macedo

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Segundo Cartório Judicial
Rua Cel. João de Brito, 24
Centro - Apodi/RN
Telefax: (84) 3333-2565

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Confere com o original.

Apodi/RN, 13 de Out de 2015.

- ☒ Regina Coeli Gurgel Magno - Tabela
☐ Joilma Dantas Moreira
☐ Luana Cristine Dantas do N. Moraes
Escreventes

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TECNOLÓGICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO: 13.07.64

07.07.64

NATURALIDADE: NATAL DO NASCIMENTO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



Segundo Cartório Judicial
Rua Cel. João de Brito, 24
Centro - Apodi/RN
Telefax: (84) 3333-2565

CIC

NASCIMENTO: 07.07.64

INSCRIÇÃO NO CPF: 447 699 384 20

CONTRIBUINTE

ARACI ARA DE MACEDO

Regina Coeli Gurgel Magno - Tabela

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Confere com o original.

Apodi/RN, 13 de Out de 2015.

- ☒ Regina Coeli Gurgel Magno - Tabela
☐ Joilma Dantas Moreira
☐ Luana Cristine Dantas do N. Moraes
Escreventes



Segundo Cartório Judiciário
Rua Cel. João de Brito, 28
Centro - Apodi/RN
Telefax: (84) 3333-2566

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Confere com o original.

Apodi/RN, 13 de 01 de 2015

- ☒ Regina Coeli Gurgel Magno - Tabeliã
 - ☐ Joilma Dantas Moreira
 - ☐ Luana Cristine Dantas do N. Moraes
- Escreventes



Segundo Cartório Judiciário
Rua Cel. João de Brito, 28
Centro - Apodi/RN
Telefax: (84) 3333-2566

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Confere com o original.

Apodi/RN, 13 de 01 de 2015

- ☒ Regina Coeli Gurgel Magno - Tabeliã
 - ☐ Joilma Dantas Moreira
 - ☐ Luana Cristine Dantas do N. Moraes
- Escreventes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Francisco Roberto Fernandes Paiva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.814.482 DATA DE EXPEDIÇÃO 27.04.2006

NOME Francisco Roberto Fernandes Paiva

FILIAÇÃO Francisco Sales de Paiva Eliene Fernandes de Lima Paiva

NATURALIDADE Rodolfo Fernandes-Rn DATA DE NASCIMENTO 26.07.1986

DOC. ORIGEM C/Cas. Nº 4.696 Fls. 92 Liv. 29
Cart. de Apodi Rn
066.553.394-21

José Galvão Silveira
SUB-COORD. REGIONAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

066.553.394-21

Nome

FRANCISCO ROBERTO FERNANDES PAIVA

Nascimento

26/07/1986



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Março/2004

CORREIOS
www.correios.com.br

Segundo Galvão Silveira
Rua Cel. João José
Centro - Apodi/RN
Telefax: (84) 3333

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Confere com o original.

Apodi/RN, 14 de 07 de 2015

☒ Regina Coeli Gurgel Magno - Tabelião
☐ Jolima Dantas Moreira
☐ Luana Cristine Dantas do N. Moraes - Escreventes

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Sonalcy cynthya de lima souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2808807 1.VIA 05/04/2008 DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME SONALY CINTHYA DE LIMA SOUZA

FILIAÇÃO RAIMUNDO NONATO DE SOUZA
MARIA DAS DORES DE LIMA SOUZA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 25/10/1992

APODI RN DOC. ORIGEM

CERT. NASCIM. 19405 1045 5113

APODI RN

CARTÓRIO

FABIO B. G. DANTAS ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/84

BRASIL LIVRE DA RUBEOLA

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado e confere com o original.

Regina Coeli Gurgel Magno - Tabeliã

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 084.749.144-77

Nome SONALY CINTHYA DE LIMA SOUZA

Nascimento 25/10/1992

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

ALU 058560

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Brasão
Agosto/2006

CORREIOS
www.correios.com.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Selo de Autenticidade

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

ALU 058561

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado e confere com o original.

Apodi/RN 14 de 2015

Regina Coeli Gurgel Magno - Tabeliã

Jolma Dantas Moreira

Luana Cristine Dantas do N. Moraes Escreventes

EM BRANCO



Segundo Cartório Juizal
Rua Cel. João de Deus, 28
Centro - Apodi/RN
Telefax: (84) 3333-2565

Certifico para os devidos efeitos que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Confere com o original.

Apodi/RN, 14 de 07 de 2015.

- ☒ Regina Coeli Gurgel Magno - Tabelião
 - ☐ Joilma Dantas Moreira
 - ☐ Luana Cristine Dantas do N. Moraes
- Escreventes

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número
391.914.354-04

Nome
ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA

Nascimento
11/04/1961

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
9BF1.3B50.D714.7B9E

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:31:10 do dia 14/01/2015 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

Para: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Endereço: Rua Margenthaler 597, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo - SP



Remete: Associação Comunitária de Comerciantes e Cultores de Abadi/RN
"ACARON"

Endereço: Rua Venâncio Domingos Freire de Freitas s/nº - Betel
59700-000 - Abadi/RN

**Registro de Candidatura - Vereador (APODI / RN)**

Nome para urna eletrônica: SONALY CINTHYA
Nome completo: SONALY CINTHYA DE LIMA SOUZA
Data de nascimento: 25/10/1992
Nacionalidade: Brasileira nata
Grau de instrução: Ensino Médio completo
Endereço do site do candidato:

Número: 15111
Sexo: Feminino
Estado civil: Solteiro(a)
Naturalidade: APODI / RN
Ocupação: Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados

Situação do Registro
[\[Sobre a Situação do Registro\]](#)
APTO
(Deferido)

Partido: Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - (15)
Coligação: APODI QUE CRESCE I
Composição da coligação: PMDB / PPS / DEM
No. processo: 88-49.2012.6.20.0035
CNPJ de campanha: 16.405.523/0001-58
No. protocolo: 398172012
Limite de gastos: 50.000,00



Voltar



Gerar PDF

Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral do município.

Declaração de bens

Certidões criminais

Situação do processo

Prestação de contas

Nenhum bem declarado



eleições2012



Estatísticas de Eleitorado

Estatísticas de Candidaturas

Estatísticas e Resultados da Eleição

- Quadro de comparecimento
- Quadro de votação
- Quocientes eleitoral e partidário
- Resultado da Eleição
- Faixa etária/cargo
- Cargo/partido
- Cargo/ocupação
- Cargo/sexo
- Cargo/partido/sexo

Estatísticas de Prestação de Contas

Repositório de dados eleitorais

Eleições anteriores

Estatísticas e Resultados da Eleição - Resultado da Eleição

- Os quantitativos de votos nominais, de legenda, brancos, nulos e anulados estão sujeitos a alterações em virtude do processamento de retotalização.

Última Atualização 10/04/2015 - 19:30

Parâmetros de pesquisa

UF:
Município:
Eleição: Turno:
Situação: Cargo:

Resultado da eleição

Exportar dados

Última totalização: 10/12/2012 - 21:01:31

UF	Município	Cargo	Nr	Candidato	Partido	Situação	Qt Votos Válidos	% Válidos
RN	APODI	Vereador	15.369	KEIQUE ROSALINA DA SILVEIRA E SILVA	PMDB	Suplente	48	0,202
RN	APODI	Vereador	15.147	ANTONIA ROGERIO DE GOIS	PMDB	Suplente	29	0,122
RN	APODI	Vereador	15.000	CARLA CIMARA DE ALBUQUERQUE BATISTA	PMDB	Suplente	11	0,046
RN	APODI	Vereador	15.555	LEYLLA CARLA DANTAS DE SENA	PMDB	Suplente	1	0,004
RN	APODI	Vereador	15.111	SONALY CINTHYA DE LIMA SOUZA	PMDB	Suplente	0	0,000
RN	APODI	Vereador	22.555	FRANCISCO HELIO FERREIRA MACHADO	PR	Suplente	579	2,431
RN	APODI	Vereador	22.444	FRANCISCO ANTONIO GAMA	PR	Suplente	527	2,213
RN	APODI	Vereador	10.123	EDDY RUMMENICK DUARTE MARINHO	PRB	Suplente	290	1,218
RN	APODI	Vereador	22.456	JOSÉ CHAGAS NETO	PR	Suplente	86	0,361
RN	APODI	Vereador	22.123	GERALDO FRANCISCO PINTO	PR	Suplente	71	0,298
RN	APODI	Vereador	22.333	ANTONIA ZILMA DA SILVA	PR	Suplente	45	0,189
RN	APODI	Vereador	22.111	LAZARO BANDEIRA E SOUSA	PR	Suplente	41	0,172
RN	APODI	Vereador	22.255	JOSÉ ELTON SOBRINHO	PR	Suplente	27	0,113
RN	APODI	Vereador	22.000	KEIBER ROBERTO MAIA OLIVEIRA	PR	Suplente	4	0,017
RN	APODI	Vereador	22.777	DAGMAR SUASSUNA DA SILVA	PR	Suplente	1	0,004

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 7660/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.035879/2012-19**

Processo de Outorga nº: 53780.000350/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apodi/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, diante da documentação encaminhada em resposta ao Ofício nº 21896/2014/SEI-MC, de 08 de dezembro de 2014, observou-se a necessidade de esclarecimentos do item disposto abaixo:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto **no art. 11 da Lei 9612/98**, vez que **a Primeira Tesoureira da entidade, Sonaly Cinthya de Lima Souza, filiada ao partido PMDB, concorreu nas Eleições Municipais de 2012, tendo ficado na suplência do cargo de Vereadora do município de Apodi/RN, conforme certidões do TSE (Anexo 1 - NT 7660/2015)**, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

II. Observa-se que, caso ocorra alteração na diretoria, torna-se necessário apresentar a Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem como o CPF e documento que comprove que os atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados. Não será aceita, a título de comprovação de nacionalidade, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da

composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá **esclarecer** o item acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 16/04/2015, às 15:41, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 17/04/2015, às 08:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0459170** e o código CRC **263C6541**.

Minutas e Anexos

Anexo 1 - NT 7660/2015 (0459164) - Certidões do Tribunal Superior Eleitoral - Sonaly Cinthya de Lima Souza



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 11211/2015/SEI-MC

São Paulo, 14 de abril de 2015

Ao Senhor
FÁBIO SOARES LINS
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi – RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.035879/2012-19.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7660/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, **Delegado**, em 16/04/2015, às 15:41, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0460249** e o código CRC **2610DCDF**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 11211/2015/SEI-MC

São Paulo, 14 de abril de 2015

Ao Senhor
FABIO SOARES LINS
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi - RN

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.035879/2012-19.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

SIGNATURE DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

27/04/15

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

ECT - DR - RN

27 ABR 2015

AC - APODI-RN

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

Alberto da Silva
Correios - Distribuição Coleta
tel.: 8.627.977-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE POUR RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 114 x 186 mm



CORREIOS
BRASIL

AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JH 22352372 6 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE OF DEPOT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU / DE DEPOT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-0680
CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN "ACAPORN"
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas s/n –Bairro Betel – Apodi/RN

Ofício nº 002/2015-"ACAPORN"

Apodi/RN, 21 de maio de 2015.

Ao Senhor

THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVÃO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1 Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 – São Paulo-SP


53900.026126/2015-11

28/05/15

Senhor Delegado,

1. Em atendimento ao Ofício nº 11211/2015/SEI-MC, referente a Nota Técnica nº 7660/2015/SEI-MC, do processo de Renovação de Outorga de nº 53000.035879/2012-19, estamos nos manifestando sobre o assunto, informando que para evitar uma nova eleição da diretoria que implicará em altos custos cartorários e tendo em vista que o mandato desta diretoria termina em 15 de julho de 2016, quando haverá uma Assembléia Geral para efetuar novas eleições, a senhora Sonaly Cinthya de Lima Souza, atual primeira Tesoureira da entidade, resolveu pedir a sua desfiliação partidária do PMDB (conforme requerimentos anexo) e continuar fazendo parte da diretoria da entidade.
2. Sendo só o que se apresenta no momento, continuamos à disposição para atender o que for necessário para a conclusão da Renovação da Outorga .

Atenciosamente,


Fábio Soares Lins
Presidente

Ilustríssimo Senhor
Presidente do Diretório Municipal do PMDB
APODI/RN

REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Eu, SONALY CINTHYA DE LIMA SOUZA, brasileira, inscrito sob o título de número 029497061600, residente e domiciliado em Apodi/RN, venho por meio deste REQUERER minha DESFILIAÇÃO ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Apodi/RN, por motivos pessoais.

Apodi/RN, 15 de maio de 2015.

Sonalys Cinthya de L. Souza
Assinatura do Requerente

cinthya
21/05/2015
João S.
PMDB

Excelentíssimo Senhor
Dr. Juiz de Direito da 35ª zona eleitoral
APODI/RN


REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Eu, SONALY CINTHYA DE LIMA SOUZA, brasileira, inscrito sob o título de número 029497061600, residente e domiciliado em Apodi/RN, venho por meio deste REQUERER minha DESFILIAÇÃO ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Apodi/RN, conforme solicitação já feita ao partido, cuja cópia protocolada segue anexo.

Nestes Termos
Peço Deferimento

Apodi/RN, 15 de maio de 2015.

Sonalyn Cinthya de L. Souza
Assinatura do Requerente

RECEBIDO km
21/05/15.

Edson Lyneker Costa Moraes
Servidor da 35ª Zona Eleitoral
Mat.: 60001801

Para: THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVAO

Delegado Regional do Ministério dos Comunicações em São Paulo
Rua Margenthaler, 597, Bloco 1 Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 - São Paulo/SP



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



Remet: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN
"ATAPORU"

Endereço: Rua Vereador Domingos Faria de Freitas s/n
59700-000 - Apodi/RN

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memorando nº 1849/2015/SEI-MC

São Paulo, 03 de junho de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>
<u>Localidade</u>	
1. Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos	
Arcos/MG	02.705.921/0001-85
2. Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição	
Pereiras/SP	02.668.339/0001-96
3. Associação Beneficente 07 de Outubro	
Itaíçaba/CE	01.612.948/0001-60
4. Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu	
Itatiaiuçu/MG	01.953.010/0001-04
5. Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó	
Orobó/PE	02.706.761/0001-99
6. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN	
Apodi/RN	02.896.981/0001-22
7. Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa	
Patrocínio/MG	01.004.041/0001-19
8. Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar	
Lagamar/MG	01.779.929/0001-23
9. Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro	
Quatro Pontes/PR	02.852.367/0001-69
10. Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro São Bernardo	

Campinas/SP

02.612.177/0001-74

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 03/06/2015, às 17:52, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0538819** e o código CRC **4498A35C**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RN
Município: Apodi
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Apodi
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN)
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/N - CENTRO
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.896.981/0001-22
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02896981000122

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN)
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 59700000 Logradouro: RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/N - CENTRO
Número: . Complemento: Bairro: CENTRO UF: RN
Município: Apodi Distrito: Apodi SubDistrito:
Telefone: 00 0000000000 Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 59700000 Logradouro: RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/N - CENTRO
Número: . Complemento: Bairro: CENTRO UF: RN
Município: Apodi Distrito: SubDistrito:
Telefone: Fax: E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 25/11/2002 Data Limite Instalação: 05/03/2020
Número do Processo: 537800003501998 Fistel: 50011439424
Caixa: Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	432		Portaria	MC	03/08/2000	10/08/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	19594		ATO	SCM	03/10/2001	10/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	293		Decreto Legislativo	CN	21/11/2002	25/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	51033		ATO	CMPRL	16/06/2005	17/06/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	486		Despacho	MC	24/06/2009	06/10/2009	Advertência	Jur.

Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN
(ACAPORN) - CNPJ/CPF(02.896.981/0001-22)**Situação:** [Atenção: Entidade devedora](#)
(Não bloqueada)**Município/UF:** APODI/RN**Canal:** 200**Indicativo:** ZYD527**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

23:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53900.045500/2015-88**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN)**

Em atenção ao Memorando nº 1849/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.050777/2006	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0704422);• Despacho nº 486, de 24/6/2009, publicado no Diário Oficial da União em 6/10/2009 - ADVERTÊNCIA;• Infração: Alteração das características constantes da Licença (data de ocorrência: 4/10/2005).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 10/09/2015, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0704426** e o código CRC **69C8B21F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 11628/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.035879/2012-19**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Apodi/RN**, por meio da Portaria nº **432**, publicada no DOU de 10/08/2000, e Decreto Legislativo nº **293**, publicado no DOU de 25/11/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 25/11/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou seu pedido de renovação de outorga em 30/07/2012, (página 02 do evento SEI 0061811), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN

QUADRO DIRETIVO
<p>Fabio Soares Lins - Presidente</p> <p>Araci Ara de Macedo - Vice-Presidente</p> <p>Antonio Vanci dos Santos - 1º Secretário</p> <p>Francisco Roberto Fernandes Paiva - 2º Secretário</p> <p>Sonaly Cinthya de Lima Souza - 1ª Tesoureira</p> <p>Antonio Francisco Nogueira - 2º Tesoureiro</p>

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 19 a 32 e 55 a 60 do evento SEI (0061811)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 142 a 145 do evento SEI (0061811)

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, página 114 do evento SEI (0061811) Páginas 03 a 08 do evento SEI (0336515) do documento 53900.003369/2015-81
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 16 do evento SEI (0061811)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0137628)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 18 do evento SEI (0061811)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, página 39 do evento SEI (0061811)

--	--	--

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0704426 processo anexado 53900.045500/2015-88.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 16/09/2015, às 11:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 17/09/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 11:24, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0530965** e o código CRC **18F45ABB**.

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.035879/2012-19**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi / RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.035879/2012-19 e nº 53780.000350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Apodi / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

DESPACHO

Processo n.: 53000.035879/2012-19

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0718692), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Página 15, evento SEI (0061811)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		Postagem datada em 01/10/2012 (página 47, evento SEI 0061811)
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Ok, página 16 do evento SEI (0061811)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Ok, evento SEI (0137628)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Ok, página 18 do evento SEI (0061811)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Ok, páginas 19 a 32 e 55 a 60 do evento SEI (0061811)
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Ok, páginas 142 a 145 do evento SEI (0061811)
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Ok, página 114 do evento SEI (0061811) Páginas 03 a 08 do evento SEI (0336515) do documento 53900.003 369/2015-81
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		Ok, página 39 do evento SEI (0061811)

9	Relatório de apuração de infrações	X	Evento SEI (0704426) processo anexado 53900.045500/2015-88
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?	X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.	X	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0718724** e o código CRC **C2FF1493**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 71/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.035879/2012-19 e nº 53780.000350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Apodi / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912103** e o código CRC **335309A1**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.035879/2012-19**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi / RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912118** e o código CRC **719F19E0**.



Processo: 25351.485471/2015-70
Expediente do Recurso: 0790372/15-3
Parecer: 787/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: CARIACICA PREFEITURA
CNPJ: 27.150.549/0002-08
Processo: 25351.662281/2014-43
Expediente do Recurso: 1109879/14-1
Parecer: 823/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: WLGC - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS ELI-RELI-ME
CNPJ: 15.382.923/0001-22
Processo: 25351.426310/2012-98
Expediente do Recurso: 0842534/15-5
Parecer: 783/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: F I CIRINO FARMÁCIA-ME
CNPJ: 27.720.846/0001-52
Processo: 25351.208113/2002-72
Expediente do Recurso: 410282/10-7
Parecer: 828/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DROGARIA LÍDER DA MARÉ LTDA.
CNPJ: 10.561.406/0001-05
Processo: 25351.240166/2012-50
Expediente do Recurso: 0753556/14-2
Parecer: 820/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Processo: 25351.569684/2015-90
Expediente do Recurso: 0916678/15-5
Decisão: POR UNANIMIDADE, DETERMINAR O RETORNO DO PROCESSO À ÁREA TÉCNICA PARA REANÁLISE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DO DIRETOR 001/2016-DIREG.

Empresa: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
CNPJ: 45.453.214/0035-09
Processo: 25351.518742/2014-53
Expediente do Recurso: 0843004/15-7
Parecer: 776/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FRETEBRASIL, SERVIÇOS LOGÍSTICOS E SOLUÇÕES
CNPJ: 01.447.874/0001-54
Processo: 25351.098952/2010-58
Expediente do Recurso: 0912743/15-7
Parecer: 834/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FARMÁCIA VINIFARMA LTDA.
CNPJ: 19.426.770/0001-29
Processo: 25351.090526/2014-28
Expediente do Recurso: 0835002/15-7
Parecer: 862/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: M. R. MARCONDES BRAGA REDENÇÃO-EPP
CNPJ: 01.198.348/0001-06
Processo: 25351.498013/2014-19
Expediente do Recurso: 0780653/14-1
Parecer: 810/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A
CNPJ: 03.311.116/0003-00
Processo: 25351.513348/2015-41
Expediente do Recurso: 0838159/15-3
Parecer: 778/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DISTRIBUIDORA CENTRO-OESTE DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 66.438.011/0001-66
Processo: 25351.645317/2014-56
Expediente do Recurso: 1049529/14-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, E RETORNAR À ÁREA TÉCNICA PARA REANÁLISE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DIMON Nº 06/2016.

ARESTO Nº 386, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 21 de janeiro de 2016, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 53 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25 de 04 de abril de 2008, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, acompanhando a posição da Relatoria que acata o Parecer nº 008/2016-COARE/SUINP.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: BORGES & BÓZIO LTDA..
CNPJ: 09.148.298/0001-56
Processo: 25351.617680/2009-10
Expediente do Recurso: 927854/10-1
Empresa: AUVERINDO BORGES BATISTA
CNPJ: 08.715.555/0001-21
Processo: 25351.664797/2008-84
Expediente do Recurso: 166434/10-4
Empresa: PINEDA LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO

LTDA.
CNPJ: 00.022.760/0001-08
Processo: 25351.202500/2002-03
Expediente do Recurso: 407435/10-1
Empresa: DROGARIAS BIFARMA
CNPJ: 02.743.218/0015-67
Processo: 25351.631870/2008-31
Expediente do Recurso: 710872/11-9
Empresa: SAG FARMACÊUTICA LTDA.-ME
CNPJ: 08.893.288/0002-63
Processo: 25351.096242/2011-01
Expediente do Recurso: 915656/11-9
Empresa: DROGA SHANGAI LTDA.
CNPJ: 03.231.794/0002-73
Processo: 25351.753424/2010-00
Expediente do Recurso: 986520/11-9
Empresa: DROGARIA PADOVANI & VERDOLIN LTDA.
CNPJ: 07.103.150/0001-70
Processo: 25351.272080/2005-67
Expediente do Recurso: 0172335/12-9
Empresa: DROGARIA E PERFUMARIA SCANFARMA

LTDA.-ME
CNPJ: 07.762.659/0001-24
Processo: 25351.340026/2013-61
Expediente do Recurso: 0975194/13-7
Empresa: DROGARIA CENTRAL NOVA SAMPAIO LT-

DA.-ME
CNPJ: 07.366.978/0001-10
Processo: 25351.005833/2006-10
Expediente do Recurso: 1011648/14-6
Empresa: HOMEOPATIA SANTOS E FURTADO LTDA.
CNPJ: 42.805.366/0001-88
Processo: 25351.203564/2002-13
Expediente do Recurso: 0074799/15-8
Empresa: COLOPLAST DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 02.794.555/0004-20
Processo: 25351.090022/2015-34
Expediente do Recurso: 0842172/15-2

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 68, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.022289/2013-15 e nº 53800.000384/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19/08/2013, a autorização outorgada à ASCOCAB-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CABIXI-RO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabixi/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 69, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.066832/2013-88 e nº 53790.001072/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVA PALMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Palma/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 70, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065155/2013-81 e nº 53790.000029/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CULTURAL DE SENADOR SALGADO FILHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Senador Salgado Filho/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 71, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.035879/2012-19 e nº 53780.000350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Apodi / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 72, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057858/2013-35 e nº 53740.000137/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.035879/2012-19**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Apodi - Rn (cacaporn)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 71, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Apodi/RN**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.035879/2012-19**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976183** e o código CRC **743F1975**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.035879/2012-19**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Apodi - Rn (cacaporn)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 71, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Apodi/RN**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.035879/2012-19**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0976183** e o código CRC **743F1975**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Brasília, 27 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi / RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de

renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.

2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.

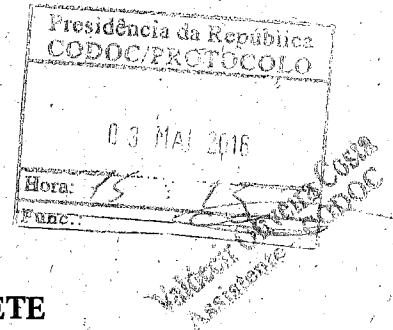
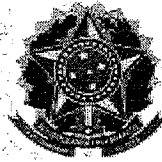
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 14599/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

EM nº 169/2016 MC

- 53000.058848/2011

EM nº 171/2016 MC

- 53000.012652/2008

EM nº 172/2016 MC

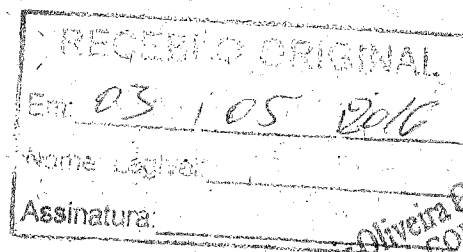
- 53000.059087/2011

EM nº 173/2016 MC

- 53000.057408/2011

EM nº 174/2016 MC

- 53000.058765/2011



Valdecir Oliveira Costa
Assistente

EM nº 175/2016 MC

- 53000.059431/2011

EM nº 176/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 177/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 178/2016 MC

- 53000.025761/2013

EM nº 179/2016 MC

- 53000.074982/2013

EM nº 181/2016 MC

- 53000.056209/2011

EM nº 182/2016 MC

- 53000.027302/2011

EM nº 183/2016 MC

- 53000.072343/2013

EM nº 184/2016 MC

- 53000.063406/2011

EM nº 186/2016 MC

- 53000.043084/2012

EM nº 187/2016 MC

- 53640.000775/1998

EM nº 188/2016 MC

- 53000.004800/2012

EM nº 189/2016 MC

- 53000.025225/2010

EM nº 190/2016 MC

- 53900.007781/2015

EM nº 191/2016 MC

- 53000.019876/2005

EM nº 192/2016 MC

- 53000.003804/2013

EM nº 193/2016 MC

- 53000.003954/2014

EM nº 194/2016 MC

- 53000.019131/2013

EM nº 195/2016 MC

- 53000.058130/2011

EM nº 196/2016 MC

Valdineia Oliveira Costa
Assistente - CODOC

- 53000.057301/2012

EM nº 197/2016 MC

- 53000.067258/2013

EM nº 198/2016 MC

- 53900.019194/2014

EM nº 199/2016 MC

- 53000.056208/2011

EM nº 200/2016 MC

- 53000.031941/2012

EM nº 201/2016 MC

- 53000.058079/2011

EM nº 202/2016 MC

- 53000.059476/2011

EM nº 203/2016 MC

- 53000.006809/2013

EM nº 204/2016 MC

- 53000.048665/2012

EM nº 205/2016 MC

- 53000.033271/2013

EM nº 206/2016 MC

- 53900.029909/2015

EM nº 207/2016 MC

- 53000.023205/2013

EM nº 208/2016 MC

- 53000.061812/2011

EM nº 209/2016 MC

- 53000.028016/2008

EM nº 210/2016 MC

- 53000.056622/2011

EM nº 211/2016 MC

- 53000.051845/2012

EM nº 212/2016 MC

- 53000.058099/2011

EM nº 213/2016 MC

- 53000.062221/2013

EM nº 214/2016 MC

- 53900.032165/2014

EM nº 215/2016 MC

- 53900.016191/2015

Marcelo Oliveira Costa
Assistente - CODOC

EM nº 216/2016 MC

- 53000.057355/2011

EM nº 217/2016 MC

- 53000.030397/2012

EM nº 218/2016 MC

- 53000.034031/2012

EM nº 219/2016 MC

- 53000.053921/2012

EM nº 220/2016 MC

- 53900.018692/2014

EM nº 221/2016 MC

- 53000.056632/2011

EM nº 222/2016 MC

- 53000.027685/2013

EM nº 223/2016 MC

- 53000.040771/2013

EM nº 224/2016 MC

- 53000.022289/2013

EM nº 225/2016 MC

- 53000.040656/2013

EM nº 226/2016 MC

- 53000.040721/2013

EM nº 227/2016 MC

- 53000.047754/2013

EM nº 228/2016 MC

- 53000.024854/2013

EM nº 229/2016 MC

- 53000.051661/2012

EM nº 230/2016 MC

- 53000.039925/2013

EM nº 231/2016 MC

- 53000.046267/2013

EM nº 232/2016 MC

- 53000.056210/2011

EM nº 233/2016 MC

- 53000.056441/2013

EM nº 234/2016 MC

- 53000.041601/2013

EM nº 235/2016 MC

Valdimir Oliveira Costa
Assistente - CONOC

- 53000.021870/2013

EM nº 236/2016 MC

- 53000.055726/2012

EM nº 237/2016 MC

- 53000.049242/2012

EM nº 238/2016 MC

- 53000.025272/2013

EM nº 239/2016 MC

- 53000.056213/2011

EM nº 240/2016 MC

- 53000.044838/2012

EM nº 241/2016 MC

- 53000.028888/2013

EM nº 242/2016 MC

- 53000.035879/2012

EM nº 243/2016 MC

- 53000.027789/2013

EM nº 244/2016 MC

- 53900.013869/2014

EM nº 245/2016 MC

- 53000.047332/2013

EM nº 246/2016 MC

- 53000.041226/2011

EM nº 248/2016 MC

- 53000.059022/2011

EM nº 249/2016 MC

- 53000.065119/2010

EM nº 261/2016 MC

- 53900.042184/2015

Atenciosamente,

ADRIANA SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 02/05/2016, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Felipe Oliveira Costa
Assistente - COPAC



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1105414** e o código
CRC **E0C1B035**.

Criado por nelsonk, versão 2 por nelsonk em 02/05/2016 16:00:49.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.035879/2012-19

Referência: Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 13 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 13/05/2016, às 12:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1134067** e o código CRC **1E564EFB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17334/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor
FÁBIO SOARES LINS
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi
Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº - Betel
59.700-000 / Apodi – RN
CNPJ nº 02.896.981/0001-22

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.035879/2012-19.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi, sediada em **Apodi – RN**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **25 de novembro de 2012**, conforme Portaria nº 71, de 01/02/2016, publicada no DOU de 12/02/2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 18/05/2016, às
14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1134878** e o
código CRC **C3958185**.

Ofício nº 17334/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.035879/2012-19

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 17334/2016/SEI-MCTIC, 18/05/2016

53000.035879/2012-19

ENDEREÇO / ADDRESS

FÁBIO SOARES LINS

ASS. COMUNIT. DE COMUNIC. E CULTURA DE APODI

RUA VEREADOR DOMINGOS FREIRE DE FREITAS, S/Nº -

CEP / CODE POSTAL

BETEL

59.700-000

APODI - RN

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Luzia Dacimone da Costa

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

07/06/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR
SIGNATURE DE L'AGENCE

Alberto da Silva
Agente de Correios - Distribuição/Coleta
Mat.: 8.627.077-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 39168219 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Comunicação
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Espionagem dos Militares, Anexo R, Anexo 2 Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

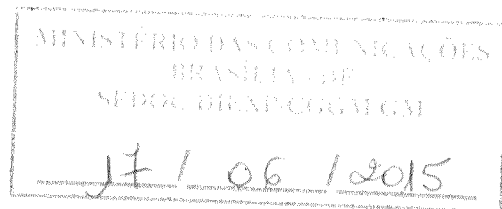
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,

ANDRÉ BUCAR
Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiara – Indiara (GO)	Indiara	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	186	2016	Associação Cultural do Município de Indiara – Indiara (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019194/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM no 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).ÉM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádio e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP). EM nº 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). EM nº 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM nº 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). EM nº 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). EM nº 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).EM nº 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).EM nº 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.EM nº 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.EM nº 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.EM nº 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RNEM nº 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.EM nº 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.EM nº 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.EM nº 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.EM nº 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM nº 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM nº 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM nº 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM nº 229/2016 MC - 53000.051661/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM nº 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM nº 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM nº 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM nº.233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. -EM nº 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM nº 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSOSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSOSA FM - Venturosa/PE. EM nº 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM nº 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG	Araújo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG. - EM nº 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM nº 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM nº 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM nº 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM nº 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.	Itaíçaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.EM nº 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM nº 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM nº 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM nº 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM nº 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM nº 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM nº 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM nº 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM nº 306/2016 MC - 53000.057907/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM nº 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM nº 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG).	Ipuina	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG).	Itatiaiuçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	262	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa- ACCJ - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.028353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.036682/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão -Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

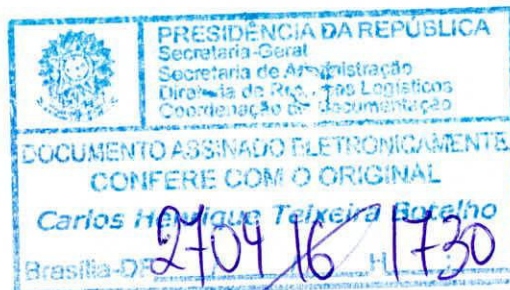
Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR).	Ibiporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53900.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

71

53000.035879/2012-19

EM nº 00242/2016 MC

Brasília, 27 de Abril de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi / RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

- técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
 - 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
 - 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
 - 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
 - 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
 - 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
 - 9 Relatório de apuração de infrações.
 - 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
 - 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

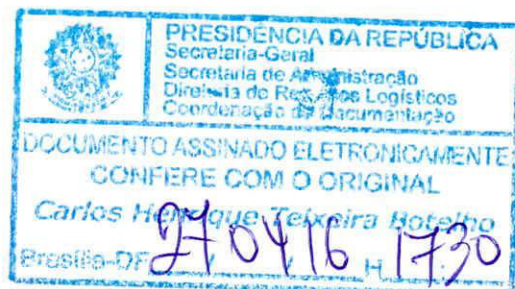
1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to Cacilda Lanuza da Rocha Duque, written over the stamp area.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.035879/2012-19

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 11628/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 22/07/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1239803** e o código CRC **FFDD7321**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi / RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.


Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Fwd: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

De : Regina Francisca Pereira
<regina.pereira@mctic.gov.br>

Ter, 06 de dez de 2016 14:16

 1 anexo

Assunto : Fwd: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Para : 'Meyk Wilson dos Reis Vieira'
<meyk.vieira@mctic.gov.br>

----- Mensagem encaminhada -----

De: Altair de Santana Pereira <altair.pereira@mctic.gov.br>
Para: Regina Francisca Pereira <regina.pereira@mctic.gov.br>
Cc: Rossetto, Giordano <giordano.rossetto@agu.gov.br>, Giordano Almeida de
Azevedo <giordano.azevedo@mctic.gov.br>, Ana Maria dos Santos
<anamaria.santos@mctic.gov.br>
Enviadas: Tue, 06 Dec 2016 11:42:45 -0200 (BRST)
Assunto: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Prezados,

solicito que os processos relacionados na lista anexa sejam tramitados, com a maior brevidade possível, para o Gabinete da Secretaria de Radiodifusão (GSRAD)

Atenciosamente,

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga
Departamento de Radiodifusão Comercial
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Telefone: (061) 2027-6826
altair.pereira@mctic.gov.br

--

Regina F. Pereira
Chefe de Divisão de Documentação Jurídica
Consultoria Jurídica
61 2027 - 6248
regina.pereira@mctic.gov.br



Processos que voltaram da Casa Civil.xlsx

35 KB

Processo
53000.056902/2013-90
53900.009135/2014-67
53000.059079/2011-11
53000.044144/2012-86
53900.032185/2014-48
53790.000382/1997-85
53000.061151/2013-23
53000.061863/2006-13
53900.017191/2015-56
53900.006559/2014-70
53900.014122/2014-18
53000.018882/2009-72
53000.008099/2010-34
53000.012760/2013-59
53900.061306/2015-40
53000.041005/2012-09
53900.008062/2014-96
53000.027244/2009-42
53000.008287/2002-52
53000.019718/2007-11
53000.000369/2006-82
53700.000177/1998-35
53700.000752/1997-09
53000.021672/2008-81
53000.019584/2007-38
53820.000056/1997-28
53690.000864/1998-17
53900.034453/2015-47
53000.059022/2011-11
53103.000408/2000-06
53000.003848/2010-37
53650.000357/2002-70
53000.042938/2009-18
53000.041175/2009-80
53000.014911/2007-65
53000.002902/2003-06
53000.019876/2005-17
53000.004549/2005-52
53000.026910/2010-69
53000.007973/2012-88
53710.000579/2001-50
53000.010790/2008-63
53000.026836/2011-61
53820.000061/1998-49
53740.000488/1998-91
53000.005447/2010-11
53000.008174/2012-29

53000.014329/2010-02
53000.021339/2010-96
53000.004800/2012-16
53000.050022/2009-23
53000.003556/2012-66
53000.058466/2011-21
53740.000282/2002-18
53000.006331/2012-61
53000.006332/2012-14
53000.008854/2012-42
53710.000552/2002-48
53790.000837/2001-55
53000.031438/2010-86
53000.072155/2006-16
53000.054438/2013-05
53790.000305/1998-15
53000.002269/2010-77
53000.061475/2011-08
53000.005304/2012-71
53000.092143/2006-08
53000.065857/2011-01
53000.063659/2005-56
53000.037813/2009-68
53000.045005/2005-41
53000.050773/2007-88
53000.024521/2009-65
53000.015534/2004-39
53000.022111/2004-75
53000.036133/2007-65
53740.000857/2000-31
53000.059414/2011-72
53000.045699/2010-83
53000.006767/2012-51
53000.072343/2013-65
53720.000345/2002-74
53900.009140/2014-70
53000.005325/2012-97
53000.057831/2011-81
53770.000815/2002-12
53000.058765/2011-66
53000.001524/2001-73
53830.000784/2000-78
53740.000259/2002-23
53000.058139/2011-70
53000.041498/2007-10
53000.010042/2007-08
53000.016307/2011-50
53000.025124/2007-49
53670.002069/2002-11
53000.024307/2008-28

53000.042680/2010-85
53000.003954/2014-14
53640.000323/1997-21
53790.001359/1997-07
53740.000250/2001-31
53650.000551/2001-74
53000.006271/2010-15
53000.003644/2010-04
53000.057408/2011-81
53000.058587/2011-73
53000.052145/2007-37
53000.059087/2011-59
53000.060663/2011-19
53000.002580/2013-69
53000.059021/2011-69
53000.070524/2013-57
53000.051937/2006-11
53000.017739/2012-69
53000.059431/2011-18
53000.063406/2011-21
53000.017635/2012-54
53000.012652/2008-19
53000.008620/2012-03
53000.061812/2011-59
53000.004800/2014-70
53000.059679/2011-71
53000.060071/2011-99
53000.037683/2007-00
53000.059721/2011-53
53000.056113/2011-97
53000.067009/2011-28
53720.000299/2000-41
53000.008188/2012-42
53000.043428/2005-26
53790.000211/2000-68
53000.039692/2010-22
53740.000559/2002-11
53000.066680/2011-51
53000.042099/2010-63
53830.000258/2001-99
53000.009024/2012-32
53710.000326/2002-67
53000.058935/2011-11
53000.009001/2012-28
53650.001793/1997-29
53000.026815/2009-21
53000.064978/2011-27
53000.058783/2011-48
53720.000225/2002-77
53000.006761/2012-83

53000.004357/2012-75
53000.059407/2013-32
53000.046729/2011-50
53000.046584/2006-20
53000.008862/2012-99
53000.022272/2008-92
53000.020436/2013-12
53000.062820/2011-12
53000.006481/2010-11
53000.003089/2010-11
53000.027954/2010-14
53830.000833/2001-53
53000.056116/2011-21
53000.020768/2004-06
53000.060803/2011-41
53500.002411/2000-73
53000.067686/2010-65
53000.028016/2008-17
53710.000385/2001-54
53000.042668/2010-71
53000.067147/2011-15
53000.034209/2003-94
53000.035688/2008-71
53000.010630/2007-33
53000.049063/2007-13
53000.001775/2003-10
53000.004356/2012-21
53000.027685/2013-21
53000.006763/2012-72
53000.041226/2011-98
53000.019200/2010-82
53000.027302/2011-52
53000.005244/2012-97
53000.000011/2011-17
53000.037302/2011-61
53650.000701/2000-69
53000.035924/2007-78
53000.065035/2012-01
53000.006809/2013-34
53000.041617/2013-74
53000.036097/2007-30
53000.039533/2007-22
53000.024523/2008-73
53000.065263/2007-13
53000.059718/2011-30
53000.008608/2008-12
53900.019194/2014-43
53000.057907/2011-78
53000.056210/2011-80
53000.009070/2013-12

53000.057324/2005-07
53000.068928/2007-32
53000.013513/2010-27
53000.056648/2012-49
53000.008124/2013-22
53000.055380/2013-17
53000.063885/2013-47
53000.051262/2011-60
53000.046795/2012-19
53000.019259/2014-02
53000.006813/2013-01
53000.026610/2013-22
53000.023205/2013-52
53000.007050/2013-15
53000.058874/2013-45
53000.031935/2012-46
53000.068456/2013-66
53900.006893/2014-23
53000.056632/2011-55
53000.031941/2012-01
53000.035879/2012-19
53000.007687/2014-84
53000.071367/2013-05
53000.056631/2011-19
53000.063230/2005-69
53900.007781/2015-71
53000.029611/2007-81
53000.057294/2012-50
53000.048668/2012-46
53000.032965/2012-70
53000.040866/2012-61
53000.067473/2013-86
53000.005981/2014-51
53000.027228/2011-74
53900.013869/2014-41
53000.068056/2013-51
53000.074700/2013-20
53000.058142/2011-93
53000.043932/2010-93
53000.006751/2002-76
53000.056637/2011-88
53000.054050/2012-15
53000.005527/2014-09
53000.070528/2013-35
53000.064006/2007-56
53000.002483/2003-02
53000.059254/2013-23

Processos que voltaram da Casa Civil

Interessado

FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA
 FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL LUCYKEISER
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 FUNDAÇÃO CULTURAL VICENTINA LUCENA
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
 SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA
 FUNDAÇÃO RODRIGO SALIBA LESSA RIBEIRO
 FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI – RÁDIO E TELEVISÃO
 FUNDACAO STENIO CONGRO
 FUNDAÇÃO CLARET
 RÁDIO BEL LTDA
 FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA
 FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
 FUNDAÇÃO EXCLUSIVA EDUCATIVA
 FUNDAÇÃO CULTURAL AURORA DO POVO
 CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTOA
 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA
 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRO-CULTURA E COMUNICAÇÃO DE PONTAL DO PARANA
 REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA
 RADIO CULTURA DE NAVIRAÍ LTDA
 TELEVISAO PLANALTO CENTRAL LTDA
 RÁDIO FM AMÉRICA DE AQUIDAUANA LTDA
 SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA NORTESTADO LTDA
 FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ
 RADIO PRINCESA DA SERRA LTDA
 RÁDIO SOM MAIOR FM LTDA
 RÁDIO DIFUSORA DE CÂCERES
 REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SC
 AGRESTE RADIODIFUSÃO LTDA
 MÁRCIO FREITAS ÁUDIO E VÍDEO LTDA
 RADIO ONDAS MEDIAS DE PARAMBU LTDA
 TV NOVA CONEXAO LTDA
 EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A
 TELEVISAO ALVORADA DO SUL
 TELEVISÃO CIDADE VERDE S/A
 RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA
 RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO TOCANTINS LTDA
 FM SOCIEDADE LTDA
 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA BAHIA
 VALE FM LTDA
 RADIO FELIZ DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA LTOA
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 RÁDIO ELDORADO FM DE JOINVILLE LTDA
 RÁDIO NOVA DIMENSÃO F.M LTDA
 RÁDIO BAYEUX FM LTDA.
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS- CAMPUS
 JANUÁRIA

TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A
FUNDAÇÃO FRANCISCO RODRIGUES SANCHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CONTESTADO COMUNICAÇÕES LTOA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
TV NORTE LTOA
EM MURCIA LTDA
TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA
RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTOA
REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA
RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA
TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
MUNICÍPIO DE CATANDUVA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
RADIO TERRA DE MONTES CLAROS LTDA - ME
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
ALAGAMAR RÁDIO SOCIEDADE LTDA.
RADIO NOVA SUMARÉ LTDA
RADIO TV INDEPENDENCIA OESTE DO PARANA LTOA
RÁDIO REPÚBLICA DE MORRO AGUDO LTDA
RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA
TELEVISÃO RIO GRANDE S.A
TELEVISÃO CAPITAL DE FORTALEZA LTDA.
TV E RADIO JORNAL DO COMMERCIO LTDA
SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
RÁDIO CANAÃ FM LTDA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS,
RÁDIO SÃO ROQUE LTDA
A2 COMUNICAÇÕES LTDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL LUCYKEISER
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)
MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
SISTEMA MARANHENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA
SANTA CRUZ FM RÁDIO E JORNAL LTDA.
SISTEMA TECCHIO DE RADIODIFUSÃO LTDA.
ARCA - ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA (RADIO ALTERNATIVA FM)
RADIO JORNAL DE HOJE LTDA
TV INDEPENDENTE NORTE DO PARANÁ
RÁDIO ATALAIA LTDA
TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA
SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE TELEVISÃO LTDA
RÁDIO BELA VISTA LTDA

B & D SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA
REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO
RADIO ARATU LTDA
ATIVA RADIODIFUSÃO LTDA
RADIO AMIGA LTDA
RADIO FM SERROTE LTDA
R.E. COMUNICAÇÃO LTDA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUSKOW DA FONSECA
RÁDIO SOCIEDADE SEBERI LTDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFAL
ASSOCIAÇÃO ALIANÇA COMUNITÁRIA (ALICOM)
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES AMIGOS DE MARAGOGIPE,
RÁDIO E TELEVISÃO TAROBA LTDA.
RADIO JK FM LTDA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
RADIO PRINCIPAL FM LTDA
J. MACHADO GUIMARÃES EMPREENDIMENTOS LTDA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
RADIO TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANA
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL
REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA
FUNDACAO JABOTICABAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA
TV PIRAPITINGA LTDA
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM
NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA
FUNDAÇÃO CULTURAL CANTO DA VIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ
B&D SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO
FUNDAÇÃO UNIDESC DE COMUNICAÇÕES - FUNDAÇÃO TELEUNISC
VALE VERDE COMUNICAÇÕES LTDA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-CAMPUS
RÁDIO MACICO DE BATURITÉ LTDA
RÁDIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA
REDE DE RADIO E TELEVISÃO ESTAÇÃO PARA LTDA
FUNDAÇÃO FRANCISCO RODRIGUES SANCHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE PORTO DA FOLHA
RÁDIO PATRIARCA DE CASSILÂNDIA LTDA
INTERVISÃO – EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-CAMPUS CRATEÚ
RÁDIO BRASILEIRA DE DIVINÓPOLIS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
FUNDAÇÃO PAI ETERNO
SISTEMA ALELUIA DE COMUNICAÇÃO LTDA
RÁDIO E TELEVISÃO RIO PRETO LTDA
GR SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
FUNDAÇÃO CULTURAL MIR
FUNDAÇÃO UNISC DE COMUNICAÇÕES
FUNDAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA DA CHAPADA DO ARARIPE
UNIVERSIDADE SANTA CECILIA - UNISANTA
SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
FUNDAÇÃO TV MINAS - CULTURAL E EDUCATIVA
TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA.
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
TELEVISÃO URUGUAIANA LTDA
FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA
RÁDIO NAJUÁ DE IRATI LTDA
RÁDIO CHOPINZINHO LTD
RÁDIO ELDORADO LTDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
ASSOCIAÇÃO PRO-DESENVOLVIMENTO DE VERA CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO ASSISTENCIAL E COMUNITÁRIO DA BELA VISTA
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BROTAS
FUNDAÇÃO EXCLUSIVA EDUCATIVA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO RIO VERMELHOS FM
RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA
FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA
SERVIR - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SERVIR)
ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TOCANTINS
RADIO DANUBIO AZUL LTDA
RÁDIO PIONEIRA DE FORMOSA LTDA
RÁDIO PRINCESA MONTE AZUL LTDA
RADIO SANANDUVA LTDA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PRIMAVERA - ARCOP
ABRIGO LUZ DO AMANHÃ
BENEFICÊNCIA INSTITUCIONAL BASICA INTEGRADA - BIBI
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA, ESPORTE E LAZER DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA

RÁDIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA
RADIO ARAGUAIA LTDA
MARTINS E FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE EUCLIDES DA C
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL CONTORNO DE CAPIM GROSSO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VALINHOS
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIUNA
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO DO TABOCAL E REGIÃO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERDADE ACREUNENSE
ASSOCIAÇÃO LÁBREA SOLIDÁRIA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA DE SÃO BENTO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE PAULO DE FARIA
RÁDIO LIBERDADE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE BÁLSAMO
ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL DINÂMICA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL MUNDONOVENSE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PERI PERI E ADJACÊNCIAS
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA DE CORAÇÃO DE JESUS
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO NORTE DE RADIO DIFUSÃO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ABADIÂNIA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL FREI ODORICO VIRGA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE SUMARÉ
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E INFORMAÇÃO "PRINCESA DO NO
ASSOCIAÇÃO MORADORES DE CACAULÂNDIA
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
RÁDIO VALE DO TAQUARI LTDA. - ME
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE INHAMBUPE - ABCI
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PEDRO OMETTO (AMAJPO)
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ESPONTÂNEA, BENEFICENTE DOS MORADORES DO DISTRITO DE PATATIBA
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE EUGENÓPOLIS
INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO HUMANA - INTECH
ASSOCIAÇÃO CULTURAL LAGE GRANDE
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE LAGES DO BATAT
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE - ASCOJIPA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA VIDA FM
ACCCE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTRELA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CUMARU
OBA FM SOCIEDADE LTDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSÉ ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA
ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE MONTE DOURADO DA AMAZÔNIA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE RIANÁPOLIS
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE PLACAS
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CORURIBE
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS DA PIRAUÍRA LIMOEIRO - PE - AMC
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE LAJEADO - RCL
INSTITUTO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES - IDS

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.035879/2012-19

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN

Assunto: Renovação da Outorga

A Chefia de Gabinete do Ministro

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 11628/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, encaminho Exposição de Motivos n.º 988 (1202408) com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Radiodifusão**, em 07/03/2017, às 19:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1716954** e o código CRC **9EAA02A3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.035879/2012-19

SEI nº 1716954

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 15/03/2017, às 20:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1202408** e o código CRC **71E602B4**.

Brasília,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por:



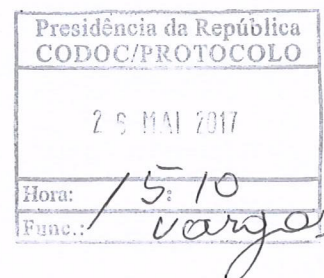
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 21802/2017/SEI-MCTIC

Brasília, 17 de maio de 2017.

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF



Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
82/2017	53900.006893/2014-23	Associação de Assistência Comunitária de Coração de Jesus
83/2017	53900.013869/2014-41	Associação Comunitária Jiparanaense (SCOJIPA)
84/2017	53000.026610/2013-22	Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria
85/2017	53000.058874/2013-45	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica
86/2017	53000.006809/2013-34	Associação Radio Comunitária Araguari
87/2017	53000.056210/2011-80	Associação Cultural de Belo Jardim
88/2017	53000.008124/2013-22	Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso
89/2017	53000.055380/2013-17	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos
90/2017	53000.063885/2013-47	Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiuna
91/2017	53000.019259/2014-02	Associação Lábrea Solidária
92/2017	53000.031935/2012-46	Associação Comunitária e Cultural Mundonovense
93/2017	53000.056632/2011-55	Associação Comunitária Centro Norte de Radiodifusão
94/2017	53000.031941/2012-01	Associação Comunitária Abadiânia
95/2017	53000.035879/2012-19	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN

96/2017	53000.040866/2012-61	Associação de Comunicação Cultural de Eugenópolis
97/2017	53000.065035/2012-01	Serviço de Promoção da Criança e do Adolescente (SERVIR)
98/2017	53000.058142/2011-93	Associação de Radiodifusão de Cumaru
99/2017	53000.070528/2013-35	Associação Comunitária e Cultural de Coruripe
100/2017	53900.019194/2014-43	Abrigo Luz do Amanhã
101/2017	53000.057907/2011-78	Beneficência Institucional Básica Integrada (Bibi)
102/2017	53000.058139/2011-70	Associação de Rádio Comunitária Alternativa (ARCA)
103/2017	53000.027685/2013-21	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz
104/2017	53000.041226/2011-98	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 17/05/2017, às 17:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1889749** e o código CRC **1F8BC324**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 21802/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 1889749

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.035879/2012-19
Referência: Ofício nº 21802/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 21802/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 30/05/2017, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1913985** e o código CRC **F3B0A3ED**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.035879/2012-19

SEI nº 1913985

53000.035879/2012-19

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 07 de maio de 2018.

Ao Protocolo Central.

Assunto: **Devolução de Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19 e Exposição de Motivos nº 95/2017-MCTIC.**

Solicito a **devolução** do presente **processo administrativo (SEI)** e sua respectiva **Exposição de Motivos (SIDOF)** ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em razão da necessidade de melhor instrução do processo, uma vez que há indícios de desenvolvimento de atividade político-partidária, em desacordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 19/02/1998, por parte do seguinte integrante do quadro diretor da sociedade: Sr. Fabio Soares Lins (DOC 0617842).

AMANDA DE SOUZA GERACY

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Amanda de Souza Geracy, Assessor(a)**, em 07/05/2018, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0617847** e o código CRC **2CBE91A9** no site:

(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53000.035879/2012-19

SEI nº 0617847

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.035879/2012-19
Referência: Despacho SEI/PR - 0617847
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Despacho SEI/PR - 0617847 (2979293) à Subchefia de Assuntos Jurídicos e Subchefia Adjunta de Infraestrutura, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 16/05/2018, às 18:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2979425** e o código CRC **6A2E4711**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.035879/2012-19

SEI nº 2979425



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	10 - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO		
Órgão Partidário:	Órgão provisório		
Abrangência:	APODI - RN - Municipal		
Vigência:	Início: 22/08/2017 Final: 01/08/2018		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Validação:	22/08/2017
Protocolo/Código do requerimento:	441751098221		
Endereço:	RUA MANOEL NOGUEIRA, 550	Bairro:	BOA VIAGEM
Município:	APODI / RN	CEP:	59700000
Complemento:		CNPJ:	09.415.255/0001-90
Telefone:	(84) 9179-7500	Fax:	
Celular:	(84) 99661-5950		
E-mail:	cidadefm91@yahoo.com.br		

Membro	Cargo	Exercício / Situação
FABIO SOARES LINS	PRESIDENTE	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo
FRANCISCO MÁRIO DE CARVALHO	TESOUREIRO	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo
GEORGE DE OLIVEIRA NASCIMENTO	MEMBRO	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo
IGOR LEONARDO BANDEIRA LOPES	VICE-PRESIDENTE	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo
THIAGO SOARES DE SOUZA	SECRETARIO	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo
CRISTIANO SOARES DE SOUZA	PRIMEIRO VOGAL	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo

Membro	Cargo	Exercício / Situação
JAIME HINDEMBERGUE FERREIRA DE SOUZA	SEGUNDO VOGAL	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo
ANTONIO FRANCISCO DUARTE	TERCEIRO VOGAL	22/08/2017 - 01/08/2018 / Ativo

Código de Validação	Cs1yy2/3/XqxBAuH9FXFEWDgbo8=
Certidão emitida em	18/05/2018 11:19:39

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidospoliticos/validarcertidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.035879/2012-19.**

Referência: **Despacho Interno ASRAD 2979425.**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN.**

Assunto: **Restituição dos autos.**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Em atenção ao Despacho SEI_PR 2979293, informo o seguinte:

1.1 Esclareço que, à época em que a Nota Técnica nº 11628/2015/SEI-MC, 0530965, de revisão final, foi editada, e a Portaria nº 71/2016/SEI-MC, que aprovou a renovação da outorga da Entidade, foi publicada no Diário Oficial da União, em **12/02/2016**, 0964102, o dirigente não participava do órgão partidário. Como informado pelo próprio subscritor do *e-mail* e, após consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (Certidão obtida via Internet TSE - 2987546), verificou-se que o senhor Fábio Soares Lins passou a exercer o cargo de Presidente do PRB (Partido Republicano Brasileiro) apenas em 22/08/2017; ou seja, data posterior à publicação da Portaria de renovação da outorga.

1.2 Assim, uma vez que o ato que renovou a outorga da Entidade reuniu todos os elementos constitutivos exigidos pela legislação e que o possível vínculo só se iniciou após a publicação da Portaria, não há que se falar em revisão do ato administrativo.

1.3 Todavia, instaurou-se o processo administrativo nº 01250.028473/2018-20, com o objetivo de que a Entidade regularize a situação; e encaminhou-se o assunto à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas, para apuração da infração.

2. Com base nessas informações, os autos devem ser restituídos à Casa Civil para prosseguimento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/05/2018, às 15:21, conforme art. 3º, III,



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2987164** e o código CRC **9E6D2474**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.035879/2012-19

SEI nº 2987164



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista o que consta do Despacho Interno CGRC_REN (2987164), encaminhe-se o processo a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para reenvio da Exposição de Motivos (1202408) via SIDOF à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 22/05/2018, às 17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2997959** e o código CRC **4998E8F8**.

Brasília, 23 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.035879/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Apodi/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20681/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 23/05/2018, às 20:18, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2999193** e o
código CRC **FBE6C772**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20681/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.035879/2012-19 - Nº SEI: 2999193